

BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE Nº 18



DEZEMBRO - 1993 / 94

**BOLETIM CULTURAL
DE ESPOSENDE**



BOLETIM CULTURAL DE ESPOSENDE

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Nº 18

DEZEMBRO - 1993 / 94

BIBLIOTECA MUNICIPAL
Manuel Boaventura
Esposende
n.º 65538



Ficha Técnica:

<i>Director:</i>	Manuel Albino Penteadó Neiva
<i>Comissão Redactorial:</i>	Sebastião José Sá Matos Carlos Alberto Brochado de Aneida
<i>Propriedade:</i>	Câmara Municipal de Esposende
<i>Publicação:</i>	Câmara Municipal de Esposende 4740 Esposende
<i>Tiragem deste número:</i>	750 exemplares
<i>Composição:</i>	Infotur - Publicações 4465 Leça do Balio
<i>Impressão e acabamento</i>	Helvética - Artes Gráficas, Lda 4420 Gondomar

Dezembro de 1994

Depósito Legal Nº 19971 / 88

Os artigos assinados são de responsabilidade dos respectivos autores.

Toda a colaboração é solicitada.

O Boletim Cultural de Esposende aceita permutas e / ou colaboração com outras publicações nacionais e estrangeiras

SUMÁRIO

- A Obra do poeta António Corrêa D'Oliveira
Estudada através de um fundo Bibliográfico
Pertencente a uma Biblioteca Particular 7
Manuel Albino Penteado Neiva

- Manuel de Boaventura e a sua actividade
Jornalística 25
Manuel Albino Penteado Neiva

- Palmeira do Faro até finais do séc. XIII 43
Silvestre Matos da Costa

- Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela 81
Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha

- António Corrêa D'Oliveira: Poeta da Terra e do Céu 103
Francisco Eduardo da Fonseca

- Famílias da Casa da Capela (Vila Cova - Barcelos) 113
Silvestre Matos da Costa

- O Mosteiro de São Salvador de Palme 143
J. C. Viana

A Obra do Poeta António Corrêa D'Oliveira estudada através de um Fundo Bibliográfico pertencente a uma Biblioteca Particular

Manuel Albino Penteado Neiva

" No afã de tudo amar e cantar
este Poeta Lusíada estava
predestinado a ser católico, universal. "

" Com o desaparecimento de Corrêa D'Oliveira
extinguiu-se uma voz portuguesa
das mais puras

"O sentimento universal, na pena deste poeta,
naturaliza-se português. "

João Mendes

Explicação

Não é nossa intenção fazer qualquer estudo biográfico ou mesmo Bio-Bibliográfico sobre o Poeta António Corrêa D'Oliveira pois muitos e bons trabalhos têm dado a conhecer o nosso Poeta de Belinho. Tão pouco nos sentimos com capacidade para o fazer. Também não pretendemos, com este breve estudo, referenciar todas as obras, e são muitas, que saíram da pena do "Monge de Belinho" mas unicamente proceder ao levantamento do conjunto de obras de Corrêa D'Oliveira, existentes num fundo especial, de uma Biblioteca Particular.

Procuramos ainda basear este estudo nas obras de referência que, sobre o Poeta, aí se encontram.

Estamos conscientes do limite e valor desta nossa investigação mas julgamos que, desta forma, daremos mais alguns pormenores para a divulgação e, porque não, reabilitação da obra de António Corrêa D'Oliveira. Os seus livros são aqui apresentados, não sob o ponto de vista literário, mas através de dados, talvez curiosos, como por exemplo as sua dedicatórias e "pertences", os editores, os ilustradores e outros aspectos menos versados em tratados já conhecidos.



*Monumento ao Poeta António Corrêa D'Oliveira existente na Praça do Município em Esposende
(Escultor : António Carlos Esteves)*

Joaquim Paço D'Arcos apelidou Corrêa D'Oliveira como "Poeta Pela Graça de Deus".

Em 1899 é editado um livro do Poeta com o título "Eiradas". Dedicado, em impressão tipográfica, a Trindade Coelho (1). Curiosamente o exemplar estudado foi adquirido pelo próprio Trindade Coelho que, autografando-o, o oferece a Fernando de Vasconcelos - então Secretário da Administração do Concelho de S. Pedro do Sul, terra natal de A. Corrêa D'Oliveira.

Nesta interessante obra o Poeta indicava que tinha editado um Poemeto com o título "Ladaínha".

Passado um ano, em 1900, novo trabalho é dado á estampa, em formato pequeno (14x7,5 cm) com o título "Auto do Fim do Dia ". O exemplar, a preto e vermelho, pertenceu a alguém de apelido "Salgueiro" que o comprou em 9 de Março de 1914. Conhecemos, e analisamos, uma 2ª edição deste mesmo trabalho (2).

Em 1901, sai "Alívio dos Tristes" , de formato pequeno (14 x 7,5 cm) e fora editado em papel de luxo. O Poeta dedicou-o " Ao Domingos" e anunciava que tinha em preparação "Novas Eglogas". Conhecemos uma nova edição, de 1918, editada pela Livraria Aillaud e Bertrand.

A obra do Poeta começa a ganhar volume e é editada, quanto a nós, a sua primeira colectânea, com versos produzidos entre 1898 e 1903. Tem o título "Raiz" e é dedicado a D. Maria Amália Vaz de Carvalho (3). Lembremos que foi através desta ilustre Poetisa que Corrêa D'Oliveira conheceu D. Maria Adelaide, sua esposa.

Apresenta um desenho - a nanquim - com o busto do Autor. Nesse desenho não vislumbramos qualquer assinatura.



*Corrêa D'Oliveira cumprimentando a Rainha D. Amélia
in "Revista Resistência"*

A 1ª edição de "Ara" surge em 1904. Manda imprimir uma dedicatória à Rainha D. Maria Amélia. A grande admiração do Poeta pela figura régia de D. Amélia prende-se com o facto desta ter sido quem apadrinhou o casamento do Poeta com Maria Adelaide. Era comercializado pela Livraria Ferreira, da cidade de Lisboa. O exemplar estudado possui uma dedicatória manuscrita de Bastos Dias onde escreveu que "admiro o Poeta e por isso compra e oferece aos seus Amigos os livros do Poeta". Este exemplar ofereceu-o a Fortunato Beleisam Baetta. Conhecemos um outro exemplar que refere ser 2º milhar. Estamos certos tratar-se de uma nova edição.

A referência ao seu grande Amigo e principal ilustrador da sua obra - António Carneiro (4) surge, pela primeira vez, na dedicatória impressa em "Parábolas", editado em 1905.



*Auto-retrato de António Carneiro
in "Revista Prelo"*

Em 1907 surge "As Tentações de Sam Frei Gil". Dedicada esta obra "Á Terra e á sua Mãe". Como se antevia no livro Parábolas, o ilustrador da capa das Tentações é precisamente António Carneiro.

Em 1908 escreve e edita "Elogia dos Sentidos", dedicando-o a seu irmão João (5). É a primeira vez que vemos numa obra do Poeta o seu Ex-Libris (6). Foi feita uma tiragem especial, com encadernação dos Editores e com o Monograma, a ouro, do Editor (7). Ainda em 1908 surge "Pinheiro Exilado",

com ilustração, na capa, de A. Carneiro. Dedicá-o, em impressão tipográfica, ao Poeta José Ayres. O exemplar estudado possui dedicatória manuscrita do Poeta ao Dr. Joaquim José da Costa e Lima.

Por volta de 1910, ou data um pouco posterior, é editado "Alma Religiosa" (8). O exemplar tem a lápis a referência de 1ª edição. O desenho da capa, de A. Carneiro, é datado de 1910. Tem apostado o Ex-Libris do Poeta - em cor vermelha, diferente do que nos apareceu em Elogio dos Sentidos.

O "Auto das Quatro Estações" é editado em 1911. É expressamente dedicado a D. Maria A. Vaz de Carvalho Ayres de Magalhães e a Cristovão Aires (9). O exemplar estudado faz parte de uma tiragem especial, com encadernação inteira de pele, com gravação a ouro das iniciais C. F. Neste mesmo ano, denotando uma grande intensidade de produção literária, edita "Dizeres do Povo". É de formato pequeno (10 x 8,5 cm) (10).

Estudamos, também, um exemplar da 3ª edição desta mesma obra onde o Poeta se apresenta como Membro da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras. Foi, segundo alguns autores, a primeira obra escrita em Belinho.

Em 1912 surge "Romarias" e, curiosamente, o apelido do poeta surge como "Correia". Escreveu este trabalho em 1909. Impresso no rosto da obra, aparece um pequeno desenho, de A. Carneiro, que, a nosso ver, representa a figura do Poeta, em posição de pensador. Tratar-se-á de um novo Ex-Libris? Sabemos, isso sim, que esta obra custava 100 reis.

O Poeta Corrêa D'Oliveira sempre amou e viveu a Natureza (11). O seu solar de Belinho era, e é, o exemplo de um verdadeiro parque natural onde a vegetação tem primazia.



Postal editado pela Câmara Municipal de Esposende, apresentando o portão de entrada da Quinta de Belinho (1920?)

Em 1913 edita "A Criação I : Vida e História da Árvore". É uma obra interessantíssima e o exemplar está autografado pelo Poeta ao Escritor Hygino de Mendonça. A dedicatória impressa é, ironicamente, dedicada ao "Inimigo da Árvore". Houve uma edição especial, somente 3 exemplares, numerada e impressa em papel Whatman. Esta obra foi inteiramente preparada na sua Quinta de Belinho (12). O Poeta sempre dedicou às crianças uma grande fatia da sua vida e obra. Como exemplo disso, referenciamos uma edição especial - adaptação para crianças do trabalho Criação I. A esta adaptação deu por título "A Alma das Árvores para crianças". É datada, em 1ª edição, de 1913. Conhecemos ainda uma 3ª edição, cujo desenho da capa é assinado por J.P.

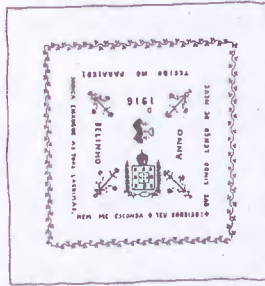
Em 1914 edita "Os Teus Sonetos". O exemplar que estudamos, tem a chancela do Poeta e, neste mesmo ano, e mais uma vez dedicado aos mais pequenos, apresenta "Menino: Sonetinhos". Todos os exemplares são chancelados pelo Autor e, em dedicatória impressa, escreveu "Para quem tem Meninos Pequenos".

A partir de 1915, e com saída mensal, segundo nota do Autor, começou a ser editada a colecção "A Minha Terra". O Primeiro Volume "Caminho", possui uma dedicatória manuscrita ao Dr. Eduardo Burnay e tem apostado o seu Ex-Libris. Em dedicatória impressa, dedica-o ao Dr. José Bernardino (13). O Volume 2, "Auto do Anno-Novo", tem desenhos de António Carneiro e é-lhe dedicado, em texto impresso. Este exemplar é autografado a Hipólito Raposo (14). O 3º Volume "Á Lareira", sai em 1916. Tem o carimbo com o Ex-Libris do Poeta. A dedicatória manuscrita continua a ser a H. Raposo bem como os restantes números desta colecção. O 4º Volume "Vida dos Lavradores", tem desenhos interessantíssimos de A. Carneiro e apresenta um novo Ex-Libris do Poeta. O Volume 5, "D'Aquém e D'Além Ondas" apresenta uma ilustração com algumas variações cromáticas. Na Pág. 52, António Carneiro desenhou o próprio Poeta. Se tivéssemos dúvidas quanto ao modelo retratado, bastava reparar na forma como a mão segura a caneta, para além de outros traços fisionómicos. O Volume 6º tem por título "Do meu Quintal". O Volume 7º "Os Namorados" e possui uma dedicatória impressa a "Maria Cândida". O Pintor António Carneiro preencheu as páginas deste "livrinho" com bonitos desenhos de coloridos trajes de lavradeira - alguns com características próprias da região de Esposende. Na Pág. 39 tem um desenho, a sépia, da Capela de Nossa Senhora do Rosário, existente na Quinta de Belinho e que serve de Panteão da família Soutomaior (15). Do Volume VIII "Auto de Junho", conhecemos a 2ª edição, datada de 1916.

O Volume 9º "Um Lenço de Cantigas" é dedicado aos seus Primos D. Anna do Valle e Sousa de Menezes Corte Real e a Luiz Alberto Corte Real. De entre os vários desenhos, possui um, de especial efeito, representando um lenço de Namorados, cujo verso é :

"Nunca enxugues as tuas lágrimas
Nem me escondas o teu sorriso
Que lindo lenço de neve
Tecido no Paraíso"

Belinho, Anno de 1916



Lenço de Namorados



Capela da Senhora do Rosário - Quinta de Belinho



Capela da Senhora dos Remédios - S. Paio de Antas

Na Pág. 31 encontra-se desenhada a Capela da Senhora dos Remédios, levantada na freguesia de Antas. A dedicatória manuscrita a H. Raposo vai no sentido de lhe desejar Boas Festas. O Volume 10 "Cartas ao Vento" é publicada em 1917. Tem o Ex-Libris do Autor e é profusamente ilustrado por A. Carneiro. Mais uma vez retratou o Poeta nas páginas 8 e 90. Após a publicação dos 10 volumes de "A Minha Terra", a Livraria lisboeta Aillaud e Bertrand, em 1917, compilou-os em dois volumes.

Em 1917 sai a 2ª edição de "Eiradas". A 1ª ed. é de 1899. O texto, escrito em 1897, foi produzido ainda o Poeta vivia em S. Pedro do Sul. Há quem considere a edição de 1899 como uma 2ª edição o que, quanto a nós, é errado.

Um ano mais tarde, em 1918, sai à estampa "Alívio dos Tristes", dedicado ao Domingos. A 2ª edição é aquela que nos serviu de estudo. Também neste mesmo ano, e lembrando o conflito da I Grande Guerra Mundial, editou "Soldado

que vaes à Guerra". Supomos, pela análise que fizemos, que este trabalho foi editado e comercializado na cidade do Rio de Janeiro - Brasil, a cargo da Livraria Portugalia Editora. Possui uma dedicatória autógrafa a António S. Andrade. Escreveu este trabalho na Quinta de Belinho, no ano de 1917.

Sem dúvida que 1918 foi um ano importante para o Poeta. A sua actividade literária foi intensa e edita "... Estas Mal Notadas Regras". Mandou imprimir a dedicatória a Maria Amália Vaz de Carvalho, a exemplo de outros anteriores. O exemplar estudado, está autografado a Martha Vaz de Carvalho Ayres de Magalhães.

Em 1920 edita "Na Hora Incerta ou A Nossa Pátria". É uma colecção de oito pequenos opúsculos que foram publicados entre 1920 e 1927. O 1º Volume ou Livro 1, intitula-se "É Portugal que vos fala". Tem uma dedicatória autógrafa a Armando Ferreira. Foi feita uma tiragem especial, em papel diferente, já que a edição normal se enquadrava nos chamados folhetos de cordel. O Livro 2, "Viriato Luzitano" sai, também, em 1920 e possui a mesma dedicatória, aliás como os outros desta colecção. "Auto do Berço" é o Livro 3 e nele se refere que se trata de uma edição de "folheto de cordel". O Livro 4º "O Santo Condestável" foi editado em 1920, escrito em Belinho onde, segundo dedicatória do Autor, "... andou Nun'Alvares". Surge entretanto uma compilação dos três primeiros livros desta colecção. É datada de 1921. O Livro 5 "A Fala que Deus nos deu" é editada em 1921. O exemplar que estudamos pertenceu a Ribeiro da Silva. O Livro 6 tem por título "A Nau Catrineta" e sai em 1922, ano que também vê o Livro 7 "A Terra do Paraíso". Neste volume o Autor demonstra a sua grande devoção a Nossa Senhora e refere que o escreveu durante o mês de Maria.

Volvidos cinco anos, em 1927, sai o último título desta colecção, o Livro 8, "Os Sinos do Cativo". Acabou de o escrever, na Quinta de Belinho, em 24 de Março de 1927. O exemplar que estudamos possui uma dedicatória autografada a Eduardo Salgueiro, datada de Julho de 1927. Nesta dedicatória pode-se constatar que o Poeta admirava imenso este senhor (16).

Em 1920, voltamos ao ano em que se iniciou a publicação de "Na Hora Incerta ou a Nossa Pátria", sai "Pão Nosso: Alegre Vinho, Azeite da Candeia". Embora não tenha os desenhos assinados, julgamos terem saído da pena de António Carneiro.

Em 1926 publica "Verbo Ser e Verbo Amar" (17). Mandou imprimir uma dedicatória a Maria Amália Vaz de Carvalho. Na dedicatória manuscrita diz "Ao Dr. Luis Augusto de Oliveira, envolvendo toda a velha amizade, gratidão e carinho de Belinho inteiro". O "Auto das Quatro Estações" sai em 1928. Julgamos tratar-se da 2ª edição refundida - a título de lição definitiva (1910-1927).

O exemplar que estudamos pertenceu a uma tiragem especial de 107 exemplares - sendo este o Nº 79, assinados pelo Poeta. Foi impressa em papel de linho Prado. Possui a dedicatória a Maria do Carmo Vaz de Carvalho Ayres de Magalhães e a Cristovão Ayres de Magalhães Sepúlveda.

Em 1929 é editado "Teresinha" e o nosso exemplar é assinado e dedicado "ao Senhor D. António Pereira Forjaz, homenagem do seu admirador e amigo".

Em 1930 edita-se "Cartas em Verso", referindo-se na mesma obra que se trata de um 1º Volume. O exemplar que estudamos possui aspectos curiosos. Pertenceu a Castro Osório (18) e foi-lhe dedicado em 1952. A assinatura do Poeta denota grande fragilidade física. É uma tiragem especial de 107 exemplares em papel de linho Prado. Este exemplar, assinado pelo Autor, tem o número 8 e, curiosamente, o Poeta assume-se, talvez pela primeira vez, como Quintanista de Letras por Aclamação dos Estudantes de Coimbra. Conhecemos um outro exemplar desta edição especial. A dedicatória manuscrita é a Hipólito Raposo e diz "ao encantador Poeta do Correio de Santo António, ao Pensador e Mestre dos Dois Integralismos". Hipólito Raposo foi companheiro e acompanhou, de perto, a Aclamação que os estudantes de Coimbra lhe fizeram.

Em 1931 saiu o título "Assim Morreu Teresinha". Foi escrito em Belinho e o Poeta ofereceu-o para a Semana da Tuberculose que decorreu na Cidade de Braga.

Com uma tiragem especial de 100 exemplares, 90 dos quais destinados ao mercado, saiu em 1932 "Job: Mistério em quatro visões". O exemplar que estudamos foi comprado em 1935 por Ribeiro da Silva.

Em 28 de Maio de 1934, António Corrêa D'Oliveira foi Presidente da 3ª Secção do Congresso da União Nacional. O seu discurso foi em verso e deu origem, posteriormente em 1935, à publicação de "Pátria Nostra". O manuscrito deste trabalho, então discurso, foi oferecido a António de Oliveira Salazar e estava datado de 13 de Maio de 1934. A edição que estudamos possui uma encadernação verde e lilás mas temos conhecimento de que se fizeram outro tipo de encadernações dessa obra. Possui uma dedicatória autógrafo do Poeta a Jaime Walter de Vasconcellos "amigo do pobre Poeta".

A Quinta de Belinho transformou-se num interessante Colégio. O seu fundamento era - Educação Física e Moral, Instrução Primária e Secundária e, como atractivos deste Colégio destacava-se o Mar, Campo, Rio, Monte e a vasta Cêrca e jardins, Campos de Desporto e Ginástica. Aí respirava-se Ambiente e Familiaridade. Possuía, segundo anúncio da época, uma Organização Docente Modelar. O seu Ex-libris, formado pela Cruz de Cristo, tinha por legenda "Aprender para Ensinar - Ensinar para Aprender" .



Gravura anunciando o Colégio de Belinho



Ex-Libris do Colégio de Belinho

Em 1936 edita "Roteiro da Gente Moça" e dedica-o a "meus filhos e a todos os estudantes". O exemplar estudado pertenceu a Vasco de Carvalho que o comprara em Coimbra, no ano de 1937.

Em Almada surge, entretanto, a imponente estátua a Cristo-Rei. Constituiu-se um Secretariado encarregado da angariação de fundos e, mais uma vez, o Poeta de Belinho não fica alheio a esta iniciativa. Edita em 1937 "Carta a Jesus" e dedica-o à Estátua de Cristo-Rei. O produto da sua venda iria directamente para o Secretariado. O exemplar estudado é dedicado a Hipólito Raposo. Pelo teor da dedicatória conclui-se que H. Raposo terá enviado a Corrêa D'Oliveira alguns trabalhos de sua autoria, nomeadamente "Pátria Morena" e "Aura Régia". Entretanto o Poeta não lhe terá respondido, com a brevidade que desejava, pelo que pedia desculpa escrevendo "os meus silêncios não são ruindade da Alma: apenas doença- horror à pena de escrever. Os versos, quasi não escrevo também: a palavra mental é que me faz riscas no pensamento".

António Corrêa D'Oliveira desloca-se, em 1937, ao Brasil. Ai é acolhido com entusiasmo sendo recebido oficialmente no Real Gabinete Português de Leitura. Isto acontece em 10 de Junho de 1937. Por esta altura edita "Pátria Nossa-Pátria Vossa: Saudação ao Brasil". Dedicada esta obra a Albino de Sousa Cruz (19). O exemplar estudado por nós é uma edição especial, datada de 1940, mandada fazer pela Delegação do Brasil às Comemorações Centenárias. Possui uma carta de Albino Sousa Cruz - então Presidente do Conselho da Colónia Portuguesa no Brasil e Presidente do Real Gabinete.

No dia 1 de Maio de 1938 realizou-se em Viana do Castelo um grande

cortejo Comemorativo da Festa do Trabalho. Para esta comemoração A. Corrêa D'Oliveira escreveu um auto - "Auto das Oferendas", que se destinou a ser representado naquela cidade minhota. Para além de outras distintas senhoras que o representaram, conta-se Maria Manuela Couto Viana (20).



Grupo de Senhoras que representaram o Auto das Oferendas - in "Revista Resistência"

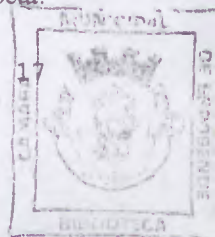
Em 1940, altura em que se comemoravam os Centenários (1140-1640-1940), sai a público "História Pequeninha de Portugal Gigante". Tinha como subtítulo - Um serão dos Centenários. A sua dedicatória impressa é a Alberto de Oliveira (21). Volta a distinguir este Autor na sua obra "Missão de Portugal".

O espírito solidário do Poeta é, ao longo da sua vida, chamado a acudir aos mais necessitados e infortunados.

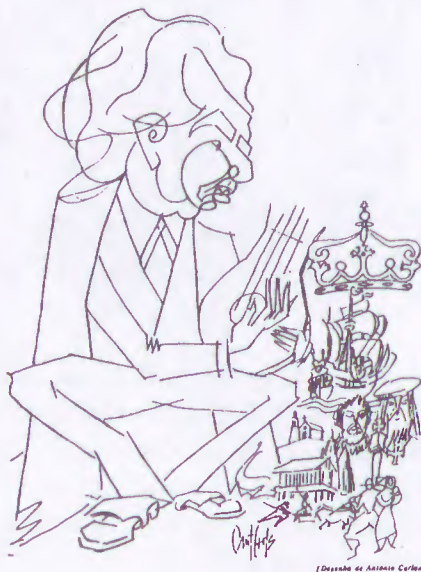
Em 1941 publica "O Ciclone" (22), com uma tiragem de 500 exemplares, cujo produto da venda se destinava inteiramente à subscrição nacional a favor das vítimas do ciclone que assolou o país em 15 de Fevereiro de 1941.

Politicamente Corrêa D'Oliveira sempre se definiu como um Monárquico convicto, defensor dos ideais de uma sociedade o mais purista possível. É assim que em 1943 edita "Elogio da Monarquia" (23). A publicação deste trabalho revestiu-se, para o Poeta, de um simbolismo muito especial. Antes de morrer, "sua esposa amantíssima", leu o original de Elogio da Monarquia e pediu insistentemente para que o publicasse. Corrêa D'Oliveira não teve oportunidade para o fazer e vai fazê-lo mais tarde, em sua memória. O Poeta explica porque o fez, numa breve introdução. O exemplar que estudamos tem uma dedicatória autógrafa ao Capitão Aníbal Afra Nozes, e é datada de 1944.

Em 1944 é editado "Saudade Nossa". Esta obra, segundo o Autor, era, ou deveria ser, uma pequena edição, inteiramente destinada a ofertas pessoais do Poeta.



Por essa mesma razão se classificou como "fora do mercado". Pela Nota Preambular, pouco usual na obra do Poeta, é-nos dito que aquele trabalho saíra um ano depois da data prevista, possivelmente - suposição nossa - após a morte de D. Maria Adelaide. Possui na página que antecede a folha de rosto, uma pagela colada com um carvão de António Carneiro, representando o rosto de D. Maria Adelaide. O exemplar que estudamos foi assinado pelo Poeta, em Maio de 1956 e a sua assinatura denota alguns problemas de saúde. O teor da dedicatória é curioso: "Ó Fernando olha que Ela também era muito tua Amiga.". Assina somente com António.



O Poeta Corrêa D'Oliveira visto por António Carlos Esteves

Em 1946 é editada a primeira Antologia sobre o Poeta António Corrêa D'Oliveira - "Antologia I: Líricas". Esta obra é prefaciada por Luís de Almeida Braga e da selecção dos poemas encarregou-se o seu irmão João Corrêa D'Oliveira e o seu Amigo e biógrafo Rev. P.e Moreira das Neves.

Aquando a realização do Serão de Arte, que teve lugar na cidade do Porto, durante as Festas de S. João em 1947, o Poeta escreveu e publicou "Auto da Cidade" destinado áquele serão. A apresentação gráfica deste trabalho é de grande cuidado.

Em 1948, dedicado "a todos os vinte anos", publica "Redondilhas". O Autor, pela primeira vez, escreve um prefácio explicativo da razão desta publicação, do título e o porquê do assunto versado. Assina esse mesmo prefácio de uma forma curiosa "Ora assim foi ... Será assim ? "

Estamos no ano comemorativo dos seus 50 Anos Literários. Por essa ocasião, e para marcar a efeméride, editou-se uma obra especial.

Trata-se de uma compilação dos chamados folhetos de cordel, editados entre 1919 e 1927. Teve como título geral "Hora Incerta: Pátria Certa". A tiragem foi de 800 exemplares, todos assinados e numerados pelo Autor, mas, para além desses, foi feita uma edição especial de 200 exemplares em papel Malmo Offset. Na parte final da obra foi apenso um interessante estudo crítico cujo autor foi Tasso da Silveira. O prefácio coube a Júlio Dantas, o arranjo gráfico a Ferreira Gomes e a ilustração a Jorge Barradas. Saiu em 1958.

Já aqui referimos, mais do que uma vez, o espírito cristão do Poeta e a grande veneração à Virgem Maria. Em 1950 andou em itinerância, pelas várias dioceses, a Virgem Peregrina. Era conhecida, pelas autoridades eclesiásticas, a devoção de Corrêa D'Oliveira à Virgem. Assim, quando Ela se despedia do distrito de Viana do Castelo e entrava no de Braga, passou e recolheu-se na Capelinha da Quinta de Belinho, dedicada à Senhora do Rosário. Para comemorar esse evento, o Poeta escreveu e dedicou-lhe "Senhora Nossa". Estes poemas foram cantados em louvor da Peregrina, durante a vigília e, após a sua edição, o produto da venda deste livrinho reverteria a favor das obras da Igreja Paroquial de S. Paio de Antas.

Também em 1950, e mais uma vez em espírito de benemerência, comemorando-se o Ano Santo, edita "Farrapinhos: Cantigas de Bem Pedir". Foi uma tiragem de 1500 exemplares e destinava-se a ser oferecido pelos meninos da rua - a favor dos pequenos pobres.

Em 1953 saiu "Antologia II: Pátria". Prefaciada por João Ameal, da Academia Portuguesa de História. Um ano mais tarde, em 1954, é publicada "Azinheira em Flor" versando o mistério de Fátima. O Autor dedica esta obra à memória da Rainha D. Amélia e também a seu irmão, Poeta e Dramaturgo, João Corrêa D'Oliveira. Numa nota final diz que "por falta de vista não pode o Autor fazer a revisão de provas do original".

Finalmente em 1961, inserido na Biblioteca Social e Corporativa, Coleção II - Formação Social, Série L, Nº 1, saiu uma nova Antologia de Corrêa D'Oliveira - "O Homem e o Trabalho". Os textos foram seleccionados por Henrique Barrilaro Ruas e a ilustração coube a Álvaro Duarte de Almeida. Saiu precisamente um ano após a morte do Poeta António Corrêa D'Oliveira.

NOTAS:

(1) - José Francisco Trindade Coelho, nasceu em Mogadouro em 1861, morrendo em Lisboa em 1908. Autor de "Os Meus Amores" e "In Illo Tempore", entre outros. Tomou parte activa contra o analfabetismo. Fez o Curso de Direito e era grande amigo de Camilo Castelo Branco. Contrariamente ao espírito da sua obra, acabou com a sua vida através do suicídio.

(2) - Obra escrita em S. Pedro do Sul e impressa em Paris, para a Livraria Aillaud.

(3) - Maria Amália Vaz de Carvalho (1847 - 1921) foi casada com o Poeta Gonçalves Crespo. Distinguiu-se com trabalhos tipo crónica, dando ênfase aos aspectos da mulher e aos problemas da Educação. De entre as obras de sua autoria, salientamos "A Vida do Duque de Palmela".

(4) - O Pintor António Carneiro foi "no contexto da pintura de finais do século XIX, na transição para as primeiras décadas do seguinte, alguém que isoladamente definiu na arte subjacentes caminhos de uma portugalidade portuense ..."

(5) - Trata-se de João Corrêa D'Oliveira, Dramaturgo, Autor de "O Milagre da Serra" e "Os Lobos", entre outros.

(6) - Possui a inscrição FONS VITAE

(7) - Desta tiragem existe um exemplar na Biblioteca Municipal de Esposende.

(8) - Saiu um pequeno opúsculo da Autoria de Maria Amália Vaz de Carvalho onde se fazia a recensão crítica a "Alma Religiosa"

(9) - Homem de letras, ligado à Historiografia e ao Realismo. Dedicou-se intensamente às questões Ultramarinas.

(10) - J. M. da Cruz Pontes elaborou um interessante trabalho sobre "Dizeres do Povo" onde confrontou esta obra com a de Fernando Pessoa. Apresenta ainda uma Carta inédita deste para aquele Poeta.

Ver: - Prelo, N°5, Out/Dez. de 1984.

(11) - Álvaro Dória classifica o Poeta como "o cantor enternecido da Natureza Vegetal"

(12) - Conhecemos um outro exemplar, autografado pelo Poeta, dedicado a D. Albertina Paraíso. Trata-se da Poetisa que colaborou imenso com a Enciclopédia das Famílias (1889). Nesta Enciclopédia dedicou um interessante poema a António Fogaça (Pág. 265, N° 17 de 1889).

(13) - Conhecemos um outro exemplar, com dedicatória manuscrita a Hipólito Raposo

(14) - Hipólito Raposo (1885-1954) - Humanista, Autor de obras de carácter doutrinal, crónicas, ficção e História. Esteve ligado a "Nação Portuguesa" e a "Crítica Literária".

(15) - Para melhor conhecer este pequeno, mas interessante, monumento quincentista aconselhamos:

António Nuno Corrêa D'Oliveira - A Capela de Nossa Senhora do Rosário da Casa de Belinho, Esposende, 1983.

(16) - Pensamos tratar-se da mesma pessoa que em 9 de Março de 1914, comprou o "Auto do Fim do Dia".

(17) - Ver artigo sobre esta obra, de autoria de António Alves Martins, inserto na Revista Resistência.

(18) - Julgamos tratar-se do Escritor João de Castro Osório, um dos Contemporâneos Portugueses. É autor, de entre outros trabalhos, de "O Baptismo de D. Quixote". Nasceu em 1899.

(19) - O Comendador Albino Sousa Cruz foi um dos grandes dinamizadores da comunidade lusitana no Brasil e um dos mecenas do Real Gabinete Português de Leitura. Este grande empresário é natural do concelho de Santo Tirso.

(20) - O Poeta era amigo de Manuel Couto Viana e foi este quem lhe solicitou o Auto das Oferendas. Foi representado na Praça da República, em Viana do Castelo. Sobre a história deste Auto aconselhamos a leitura de: - História da Capa de um Livro, por António Manuel Couto Viana, in "Resistência".

(21) - Alberto de Oliveira (1873-1940) - Frequentou a Universidade de Coimbra. Autor de vários trabalhos literários, considerava-se nacionalista e contrário a uma regionalização com o intuito de "despertar a vida local para que a nação não seja um corpo adormecido". Normalmente considera-se Alberto de Oliveira como o "mentor do neogaretismo da geração literária de 1890)."

(22) - Inicialmente publicado na Revista Ocidente, Vol. XIII, 1941.

(23) - Para melhor conhecimento desta obra, aconselhamos a leitura de:

- Henrique Barrilaro Ruas-O Elogia da Monarquia, em António Corrêa D'Oliveira
- José Pequito Rebelo - Corrêa D'OLiveira e o seu "Elogia da Monarquia".

TRABALHOS SOBRE O POETA CORRÊA D'OLIVEIRA EXISTENTES NA BIBLIOTECA ESTUDADA

- **Moreira das Neves** - António Corrêa D'Oliveira: Subsídios para um estudo sobre o Poeta, Lisboa, 1934
- **Brito Mendes** - Lendo António Corrêa D'Oliveira, Porto, 1918
- **Américo Cortêz Pinto** - O Mundo, o Espírito da Pátria e a grandeza de Deus dentro da Alma de um Poeta, Ed. SNI
- **António de Magalhães** - António Corrêa D'Oliveira, ed. Brotéria, Lisboa, 1960
- **Bento Coelho da Rocha** - António Corrêa D'Oliveira: Poeta da Grei, 1960
- **João de Castro Osório** - Raiz terrena da espiritualidade na obra de António Corrêa D'Oliveira, Esposende, 1955 (Conferência proferida no Salão Nobre da Câmara Municipal de Esposende em 30 de Julho de 1955).
- **Emília de Sousa Costa** - António Corrêa D'Oliveira: Príncipe de Poetas - Alma de Portugal, Ed. Europa.
- **Benjamin Salgado** - A Poesia Mariana de Corrêa D'Oliveira: Ensaio, Esposende, 1956 (Conferência proferida no Salão Nobre da Câmara Municipal de Esposende, em 6 de Maio de 1956).
- **Gouveia Osório** - António Corrêa D'Oliveira: no centenário do seu nascimento, Viseu, 1979
- **António de Magalhães** - António Corrêa D'Oliveira, ed. Instituto Nun'Alvares, Santo Tirso, 1955 (Conferência proferida em Esposende, no dia 30 de Julho de 1956, aquando a encerramento das homenagens nacionais prestadas ao Poeta).
- **A. Lopes de Oliveira** - No Centenário do Poeta António Corrêa D'Oliveira.
- **João Mendes** - Literatura Portuguesa IV, Ed. Verbo, 1979

REVISTAS E JORNAIS SOBRE O POETA, EXISTENTES NO MESMO FUNDO

- **Beira Alta**, Ano XIV, Nº 1 e II, Viseu, 1955
- **Resistência**: Revista de História, Cultura e Crítica, Ano XI, Nº 192-194, 1979
- **4 Ventos**: Revista Lusitana de Literatura e Arte, 2ª SÚrie, Nº 7/ 8
- **O Ocidente** - Nº 209, Vol XLIX, Lisboa
- **Tribuna de Lafões** - Ano III, Nº 61, 15 de Julho de 1955
- **O Cronista** - Nº 29 de 16 de Julho de 1955
- **O Cávado**, vários
- **Jornal de Esposende**, vários



Edifício da Câmara e Praça do Município - 1920-1970-1993

MANUEL DE BOAVENTURA* E A SUA ACTIVIDADE JORNALÍSTICA

*"... tudo isto está descrito,
com romantismo e ternura,
nos livros que tem escrito
Manuel de Boaventura ! "*

A. Gomes da Costa **

Manuel Albino Penteado Neiva

Várias, insuficientes talvez, têm sido as manifestações culturais que se realizaram em torno da figura do Escritor Manuel de Boaventura (1). Ao colocarmos algumas reticências na afirmação anterior, fazemo-lo porque nunca houve qualquer manifestação de âmbito nacional, ou mesmo regional, que consagrasse Manuel de Boaventura como um dos grandes contistas deste século, quiçá um dos últimos escritores que bebeu sabiamente na sabedoria e fantasia popular. Como escreveu Guedes de Amorim, em 1960, "já era tempo de se homenagearem, em Lisboa, os escritores esquecidos da Província ...". Um alerta que ficou unicamente nas colunas de O Século Ilustrado. Ombreado com João de Araújo Correia, M. de Boaventura - paladino de Susão, deveria ter merecido, em vida, a consagração de ter entrado na Sociedade dos Escritores.

A. Gomes da Costa (2) afirmava que M. de Boaventura possuía "... uma natural modéstia, que se escondia sob a atlética estatura ..." mas isso, embora sendo uma inegável virtude, "... concorreu, em parte, para o quase desconhecimento do valor desse Homem, escondido, como ele tem vivido a maior parte da vida, em Esposende, nesse engrinalgado presépio de hera, que é a Casa de Susão - a quem alguém chamou já, com propriedade, "o ninho de um

Poeta". Num artigo assinado por José Moreira (3), afirmava-se que o Escritor Manuel de Boaventura, tendo-se debruçado sobre as realidades geohumanas "... era um intelectual verdadeiro e um contista de invulgares proporções". A corroborar esta afirmação, Antonino Tavares também escreveu que "se os romances de Camilo e de Júlio Dinis nos encantam, os de Manuel de Boaventura não nos encantam menos. Lêem-se de um só fôlego!". Muitos têm sido aqueles que procuraram dar a conhecer Manuel de Boaventura (4), construindo, pouco a pouco, a sua Biografia, o seu perfil literário, a sua ligação à sociedade em que nasceu e viveu. Alguns estudos, poucos, debruçaram-se sobre o cenário e palco das suas novelas (5).



Escritor Manuel de Boaventura
H. Teófilo 1987

Pinharanda Gomes disse que M. de Boaventura possuía o sentido do local e do regional "... soube aproveitar o experiencial que uma vida de província, aliada a uma formação tradicionalista, lhe deu ... também ele, à semelhança de Miguel Unamuno, embora não o haja dito, achou que era necessário amar para conhecer ... na procura de um estilo, o Autor, descendo aos temas, aí encontra o estilo, porque, em crónica, o estilo é, por excelência, a expressão realista mas poética do conteúdo. E a linguagem do povo encontrou em Manuel de Boaventura a policromia filosófica que a oralidade não possui porque traduz necessidade e não arte." (6) Mas Manuel de Boaventura doou-nos uma obra, até agora quase inteiramente desconhecida, composta por centenas de artigos dispersos por periódicos sediados desde a capital do País até aos mais recônditos lugares. É precisamente este trabalho, queurgia ser feito, que agora apresentamos. (7). Assinou os seus trabalhos como Manuel de Boaventura, Ruben, Bruno Evata e Gil de Reboredo. Desde 1985, ano do I Centenário do Nascimento de Manuel de Boaventura, que andamos a consultar os periódicos onde o Escritor colaborou. Como se pode imaginar não é um trabalho fácil já que a dispersão geográfica dos mesmos é diversa e mesmo porque, maior parte das vezes, só através de outra documentação é que pudemos chegar ao artigo publicado. Para a prossecução deste trabalho contamos com o apoio da filha do Escritor, D. Amélia Boaventura, que simpaticamente nos deu alguns elementos e possibilitou, por diversas vezes, a consulta à Biblioteca do Escritor. Estamos certos que alguma colaboração não foi identificada, mas somente através do estudo da correspondência de, e para o Escritor se poderá ter a noção exacta das solicitações e respostas dadas aos vários periódicos que pediam colaboração. Em 1961 ficou célebre a entrevista dada por Manuel de Boaventura à Rádio Televisão Portuguesa (8). O entrevistador começou por referir que "... afastado das redacções, dos cafés e dos grupinhos onde se fazem reputações literárias ... Manuel de Boaventura é, no entanto, um dos escritores minhotos contemporâneos mais representativos". Classifica-se o escritor como "vigoroso" e que se tinha "moldado em contacto com a alma e o carácter do povo minhoto, tão vivo e sempre tão presente na sua obra". Manuel de Boaventura, com o seu saber estar, deleitou os telespectadores com narrativas brilhantes e com contos "que o povo contava".

Assim julgamos ter dado mais um passo para dar a conhecer o ESCRITOR
MANUEL DE BOAVENTURA.

O Escritor Manuel de Boaventura visto por :



NOTAS:

* - Manuel Joaquim de Boaventura, nasceu em Vila Chã, concelho de Esposende, a 15 de Agosto de 1885. Filho de Albino Augusto Dias de Boaventura e de D. Balbina Gonçalves do Vale.

Faleceu a 25 de Abril de 1973.

Publicou o seu primeiro romance "O Solar dos Vermelhos" quando tinha a idade de 24 anos. Após este trabalho prendou-nos com dezenas de títulos que vão desde o romance ao folhetim político, passando pela investigação histórica.

** - Poema recitado no Almoço de Homenagem ao Escritor Manuel de Boaventura, realizado em Barcelos, aquando os 50 anos de vida literária.

1) - Jantar de Homenagem pelos 50 anos de vida Literária de M. Boaventura - Barcelos 24 de Setembro de 1960.

- Homenagem prestada pelo Jornal de Riba D'Ave em 23 de Maio de 1965

- Homenagem do Rotary Clube de Esposende em 25 de Abril de 1978 (Descerramento de uma lápide da casa do Escritor)

- Exposição Bio-bibliográfica e Conferência sobre o Autor e a sua obra - Câmara Municipal de Esposende, 1981

- Colóquio Comemorativo do I Centenário do Nascimento de M. de Boaventura - Câmara Municipal de Esposende, 23 e 24 de Novembro de 1985

- Edição de um Número especial do Boletim Cultural de Esposende, comemorativo do I Centenário do Nascimento do Escritor

- Homenagem da Ronda de Vila Chã ao seu Antigo Director Manuel de Boaventura - 6 de Setembro de 1985 - (Descerramento de uma Lápide na casa onde nasceu - Vila Chã)

- Conferência e Exposição sobre Manuel de Boaventura, realizada na Casa Nogueira da Silva - Braga, promovida pela Biblioteca de Braga - 1986

- Conferência e Exposição sobre Manuel de Boaventura na Casa do Minho - Lisboa, promovida pela Câmara Municipal de Esposende - 1987

- Atribuição do nome de Manuel de Boaventura na Toponímia da Cidade de Esposende

- Atribuição pela Câmara Municipal de Esposende da Medalha de Mérito Cultural - a título Póstumo, a Manuel de Boaventura - 1992

- Colocação de um Busto em Bronze de Manuel de Boaventura, na Biblioteca Municipal de Esposende.

2) - A. Gomes da Costa - in "Diário do Norte", de 29 de Junho de 1961.

3) - José Moreira - Um escritor e uma obra literária à espera de merecida consagração, in "Correio do Minho", 27 de Junho de 1961.

4) - Alberto Codeço - Encontro com o Escritor Manuel de Boaventura- in "Correio do Minho", 1972

- Benjamin Salgado - Um livro de Manuel de Boaventura, in "Correio do Minho", 23 de Dezembro de 1968

- Amândio César - Contos de Manuel de Boaventura, in "O Debate", 23 de Janeiro de 1969

- António Cruz - O Arqueólogo Regional, in "Diário do Norte - Porto", 2 de Abril de 1956

- Manuel Militão de Oliveira Porto - Camões, D. Pedro, D. Inês, Manuel de Boaventura e Eu, in "Correio do Minho", 18 de Outubro de 1956

- Rafael de Barros Soeiro - Manuel de Boaventura, Escritor Regionalista, in "Correio do Minho", 11 de Setembro de 1957

- Arnaldo de Azevedo Pinto - Um Contista invulgar, in "Correio do Minho", 16 de Setembro de 1954

- António Filipe - A Tapada e o Solar dos Vermelhos, in "O Cávado", 1 de Janeiro de 1961

- Antonino Tavares - Obras de Manuel de Boaventura , in "O Cávado", 22 de Janeiro de 1961
 - Jerónimo de Castro - Manuel de Boaventura: Um grande escritor, in "Jornal de Famalicão", 24 de Junho de 1961
 - Guedes de Amorim - Manuel de Boaventura: Um grande Escritor, in "Século Ilustrado", 13 de Junho de 1961
 - A. Gomes da Costa - Uma Homenagem que se deve a um Escritor Norteno, in "Diário do Norte", 26 de Junho de 1961
 - Manuel Sobral Torres - Recordando Manuel de Boaventura: Escritor Minhoto, in "Jornal de Esposende"
 - Franquelim Neiva Soares - Manuel de Boaventura e a sua Obra Literária (1885-1973), in "A Voz do Minho", 9 de Agosto de 1986
 - Fernando de Aguiar - Os nossos Colaboradores: Manuel de Boaventura, in "Notícias de Guimarães", 9 de Maio de 1965
- 5) - Amândio, Bernardino - Manuel de Boaventura, Esposende, 1981
- Losa, António - Percurso Literário de Manuel de Boaventura, Esposende, 1987
 - Codeço, Alberto - Um Encontro com o Escritor, Esposende, 1986
 - Fortunato, António - Manuel de Boaventura e a Ronda de Vila Chã, Esposende, 1987
 - Santos, Alvaro Miranda - Um Perfil de Perfil (Psicosociologia e Estética Literária), Esposende, 1987
 - Pinho, António C. - O Presidiário de S. Barnabé (M. Boaventura), Esposende, 1987
 - Paço, A. Afonso do - Subsídio para o estudo da Personalidade de M. de Boaventura, Esposende, 1987
 - Ferreira, Dina , et al. - Análise de alguns contos de M. de Boaventura, Esposende, 1987
 - Araújo, José Rosa - Uma Página esquecida de Manuel de Boaventura, Esposende, 1987
- 6) - Pinharanda Gomes - Jornal de Lousada - 24 de Março de 1962
- 7) - Marcelino Dias Pereira escreveu no Boletim Cultural de Esposende, Nº 7/8, um interessante artigo que se refere à colaboração do Escritor Manuel de Boaventura nos vários periódicos. É este, sem dúvida, o embrião deste nosso trabalho.
- 8) - Chamou-se o Programa "Encontro com Manuel de Boaventura"

A AURORA DO LIMA

Viana do Castelo

TÍTULO:

DATA:

- 1 - Agrupamentos Folclóricos e Bandos Recreativos
- 18 de Agosto de 1961
- 2 - Didimo Mesquita publicou Monografia de Forjões
- 18 de Agosto de 1972
- 3 - Uma página da novela "Terra Alta" (I)
- 14 de Dezembro de 1954
- 4 - O Etnógrafo Quintas Neves
- 12 de Maio de 1972
- 5 - A Arte na rua: ligeiras impressões de um visitante
- 17 de Julho de 1970
- 6 - Maio Desmaiado: Página esquecida
- 6 de Outubro de 1972
- 7 - Ida Prá Romaria: Excerto de um cadeixo de memórias
- 20 de Agosto de 1970
- 8 - Artefactos Agrícolas: A famosa tesoura de Deocriste
- 30 de Novembro de 1954
- 9 - Balada da cinza e sinfonia azul e verde
- 3 de Setembro de 1954
- 10 - Justiça do Soajo: Excerto
- 17 de Dezembro de 1965
- 11 - No centenário do Dr. Luís Ramos Pereira
- 18 de Setembro de 1970

O BARCELENSE

Barcelos

TÍTULO:

DATA:

- 12 - Os sapatinhos de Ouro de S.to António
- 29 de Agosto de 1964
- 13 - Um Homem
- 19 de Junho de 1965

BOLETIM DO GRÊMIO DO COMÉRCIO DE BARCELOS

Barcelos

TÍTULO:

DATA:

- 14 - Noite de Consoada: Excerto
- Março de 1955
- 15 - Barcelos de "Algum Dia": Amor dos Amores
- Junho de 1955
- 16 - Lendas da nossa Terra: Lenda Medieval a perder-se na memória do Povo (Século XIV).
- Setembro de 1957
- 17 - O Espírito Santo desceu ao Parlamento
- Março de 1957.

CARDEAL SARAIVA

Ponte de Lima

TÍTULO:

DATA:

- 18 - Poeta António Ferreira
- 30 de Novembro de 1962

O CÁVADO

Esposende

TÍTULO:

DATA:

- 19 - Os Sapatinhos de S.to António
- 10 de Janeiro de 1960
- 20 - Cantiga de S. Lourenço: Ronda de Vila Chã - Esposende
- 21 - Feira Franca: O Traje da Região
- 18 de Março de 1956
- 22 - Gontemir Prope de Sancto Faustro... "ou" Subtis Montem Sancti Fausti
- 23 - Lagoa Negra
- 5 de Fevereiro de 1956
- 24 - O Maio Pardusquinho
- 6 de Maio de 1962
- 25 - Justiça do Soajo
- 6 de Julho de 1968
- 26 - Livros: Pedras à beira da estrada
- 30 de Dezembro de 1962
- 27 - Em volta de uma consagração Nacional
- 4 de Março de 1956
- 28 - Nabucos de Esposende
- 8 de Maio de 1955
- 29 - Propaganda das nossas coisas: Pequeno Reparo

- 24 de Março de 1946

30 - Zende

- 22 de Março de 1969

31 - Cândido Landolt: Etnógrafo

- 22 de Junho de 1963

32 - A Federação das Casas do Povo

- 21 de Abril de 1963

33 - O Cortejo de Oferendas

- 4 de Dezembro de 1965

34 - Futebol e Educação

- 19 de Março de 1952

35 - O Maio-Moço

- 6 de Maio de 1962

36 - Personalidade e História: Conferência

- 8 de Dezembro de 1962

37 - Dr. João Gonçalves Pereira de Barros: Homem de antes quebrar que torcer.

- 8 de Abril de 1942

38 - Tombou a Cerejeira do "Milagre da Ressureição"

- 11 de Janeiro de 1959

39 - Júlio Evangelista e os seus "Cantares de Todo o Ano"

- 28 de Julho de 1957

40 - Dois Escritores: Dr. António Losa - Dr. Bernardino Amândio

- 23 de Junho de 1957

41 - O Sargaceiro

- 18 de Dezembro de 1955

42 - O Último livro de Paço D'Arcos

- 15 de Julho de 1962

43 - Mais um Livro de Luso Soares

- 22 de Julho de 1962

44 - Encontros por José de Melo

- 26 de Agosto de 1962

45 - Algumas vozes poéticas de África

- 18 de Novembro de 1962

46 - Noite de Núpcias: Livros

- 11 de Novembro de 1962

47 - Em Prol da Educação Popular...

- 25 de Novembro de 1962

48 - Personalidade e História

- 13 de Janeiro de 1963

49 - Para a História do Concelho: A Capela do Senhor dos Desamparados, no Monte de Terroso, em Palmeira:

Documento Histórico.

- 7 de Agosto de 1966
- 50** - Uma Perspectiva
- 5 de Junho de 1955
- 51** - Um casamento de ... penas e Antologia da Terra Portuguesa
- 16 de Junho de 1957
- 52** - Queima das Fitas: Crónica de uma viagem
- 53** - Marão cheio de Alma e de Crepúsculo
- 26 de Junho de 1966
- 54** - A Poetisa Julieta Faial
- 12 de Abril de 1969
- 55** - Anda pela África o saudosismo Lusíada
- 1 de Maio de 1969
- 56** - As Celânides: Excerto
- 19 de Outubro de 1958
- 57** - Um Panorama de Esposende
- 5 de Outubro de 1946
- 58** - Turismo do Concelho de Esposende
- 11 de Agosto de 1957
- 59** - Para a História de Esposende: A propósito de um livro e de um Historiógrafo
- 24 de Dezembro de 1958
- 60** - O Maio Pardusquinho: Crónica
- 6 de Maio de 1962
- 61** - Os Nomes do Rio Cávado
- 11 de Janeiro de 1959
- 62** - Ronda de Vila Chã
- 8 de Junho de 1968
- 63** - O Ministro Cancela de Abreu e a variante da Estrada 13, que ladeia Esposende
- 25 de Abril de 1965
- 64** - Cerveira "La Chiquita"
- 22 de Janeiro de 1961
- 65** - Pró Região: As nossas Praias
- 17 de Fevereiro de 1946
- 66** - Esposende para lá da História: Apontamentos
- 17 de Fevereiro de 1946

**O COMÉRCIO DE
LEIXÕES**
Matosinhos

TÍTULO:

DATA:

- 67** - Lendário de Matosinhos
- Abril de 1970

**O COMÉRCIO DA
PÓVOA
DE VARZIM**
Póvoa de Varzim

TÍTULO:

DATA:

- 68** - Do Autêntico Folclore aos Ranchos Hodiernos
- 29 de Outubro de 1966
- 69** - Vila Menendiz - A Apúlia Primitiva
- 70** - Poveiros: Epopeia dos Humildes
- 15 de Novembro de 1952
- 71** - Os Cobres e a Viticultura
- 16 de Fevereiro de 1952
- 72** - Caetano D'Oliveira: O Professor, O Poeta
- 25 de Agosto de 1951

CORREIO DO MINHO
Braga

TÍTULO:

DATA:

- 73** - Colóquio de Matosinhos: O Mar na Literatura e nas Lendas Medievais
- 28 de Maio de 1963
- 74** - Ainda do Etnógrafo Rocha Peixoto: Do Autêntico Folclore aos Ranchos Hodiernos
- 9 de Novembro de 1966
- 75** - Um Pintor de Arte
- Maio de 1969
- 76** - Esposende: Graciosa "A Deliciosa filha do Cávado"
- 77** - Esposende palpado por um ... cego
- 3 de Abril de 1935
- 78** - Marão cheio de Alma e de Crepúsculo - Outubro de 1966
- 79** - Indústria Nacional
- 8 de Dezembro de 1950
- 80** - Turismo de Braga
- 12 de Outubro de 1950
- 81** - Artesanato Barcelense: Arte dos Trabalhadores
- 7 de Junho de 1956
- 82** - Rodrigues de Faria: Ao Homem Bom a História fará justiça
- 16 de Novembro de 1949

- 83** - Um escultor desconhecido e o "sonho do Monte de S. Lourenço".
- 13 de Agosto de 1952
- 84** - Fernando de Aguiar e a sua obra literária e doutrinária
- 85** - Augusto Soucasaux: Escritor
- 27 de Junho de 1957
- 86** - Escritores Humoristas
- 13 de Novembro de 1952
- 87** - Subsídio para a História de Santo Tirso: Comentário
- 20 de Maio de 1954
- 88** - Recordações do sul de Angola, pelo Coronel António Quadros Flores
- 1952
- 89** - Roxo Rei. Último Livro de Amândio César
- 19 de Março de 1964
- 90** - A propósito de um livro "Debruçado sobre o Evangelho"
- 8 de Janeiro de 1953
- 91** - Estante
- 24 de Novembro de 1951
- 92** - António Gomes da Costa
- 23 de Agosto de 1956
- 93** - P.e Arlindo Ribeiro da Cunha: O Escritor Didáctico, o Monografista, o Arqueólogo, o Historiador da língua
- 21 de Maio de 1953
- 94** - Santo António não fez o Milagre
- 13 de Janeiro de 1963
- 95** - Deus, Silêncio Impossível
- 1 de Fevereiro de 1963
- 96** - Olivença
- 20 de Maio de 1951
- 97** - O Etnógrafo Quintas Neves
- 26 de Abril de 1972
- 98** - De Mar-a-Monte: Relato de uma excursão a Celorico e ao Monte Farinha
- 12 de Novembro de 1953
- 99** - Romarias do Minho: Alguns aspectos etnográficos
- 27 de Junho de 1935
- 100** - S. Frutuoso em campo Etnográfico
- 22 de Outubro de 1966
- 101** - Vieira de Castro e Camilo
- 29 de Abril de 1967
- 102** - O Processo de Vieira de Castro e as fugas de Camilo

- 28 de Abril de 1967
- 29 de Abril de 1967
- 3 de Maio de 1967
- 103** - Por terras de Barcelos: Quinta de Santa Maria
- 11 de Dezembro de 1952
- 104** - O Maioral da Lavoura
- 9 de Novembro de 1952
- 105** - Caminho de Consortes de Araújo Correia
- 7 de Janeiro de 1955
- 106** - Uma Ara votiva no castro de S. Lourenço em Esposende
- 21 de Outubro de 1954
- 107** - Manuel Monteiro: Historiador de Arte
- 15 de Setembro de 1951
- 108** - A Arte do mobiliário em Braga
- 5 de Agosto de 1952
- 109** - Leite de Vasconcelos, Corrêa D'Oliveira e a "Mulher de Barbas"
- 27 de Janeiro de 1955
- 110** - Alberto Vieira Braga: Historiador de Guimarães
- 29 de Dezembro de 1951
- 111** - A Alma da Pedra
- 2 de Setembro de 1954
- 112** - A tradição do canhoto
- Dezembro de 1958
- 113** - Um dia com o Poeta Manuel de Valadares
- 12 de Julho de 1952

O DEBATE

Lisboa

TÍTULO:

DATA:

- 114** - Histórias Contadas à Lareira

O DESFORÇO

TÍTULO:

DATA:

- 115** - Uma Conferência no Salão Nobre dos Paços do Concelho
- 4 de Maio de 1967

DIÁRIO ILUSTRADO

Lisboa

TÍTULO:

DATA:

- 116** - Nunca seja o escritor a mendigar dos Mecenias a paga da sua laboriosidade

- 18 de Agosto de 1962

- 117** - Do Minho ao Algarve: A um mês de uma grande Romaria ... São João de Braga

- 17 de Maio de 1958

- 118** - O Sargaceiro

- 7 de Abril de 1957

- 119** - O Traje tradicional de Vila Chã - Esposende

DIÁRIO DO MINHO

Braga

TÍTULO:

DATA:

- 120** - De como vim a fazer parte de uma coluna de tropas revolucionárias do 7 de Valença: Atribuições de quatro viajantes incautos ...

- 9 de Fevereiro de 1927

- 121** - Marechal Carmona

- 16 de Abril de 1935

- 122** - Os Sapatinhos de S.to António

- 25 de Dezembro de 1969

- 123** - Magalhães Costa

- 20 de Dezembro de 1948

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Lisboa

TÍTULO:

DATA:

- 124** - Os Sapatinhos de Ouro de S.to António

- 3 de Dezembro de 1959

- 125** - Os Maios

- 1 de Novembro de 1962

ERA NOVA

Barcelos

TÍTULO:

DATA:

- 126** - Crónica: Uma Noite de Arte

- 10 de Maio de 1917

ESCOLA REMOÇADA

TÍTULO:

DATA:

- 127** - O Escritor Manuel de Boaventura fala à Escola Remoçada
- 15 de Outubro de 1959

O ESPOZENDENSE

Esposende

TÍTULO:

DATA:

- 128** - Rodrigues Sampaio em Concílio com os Espíritos
- Ano de 1915

ESTRELA DA MANHÃ

TÍTULO:

DATA:

- 129** - Quatro Contarelos
- 19 de Setembro de 1965
- 130** - Vasco de Carvalho: Um historiógrafo de Mérito
- 17 de Dezembro de 1960

ESTRELA DO MINHO

TÍTULO:

DATA:

- 131** - Uma Página sobre Famacião
- 11 de Maio de 1952

O FANGUEIRO

Fão - Esposende

TÍTULO:

DATA:

- 132** - O Sargaceiro
- 24 de Agosto de 1958
- 133** - Antero de Figueiredo e o Padre Liberato
- 9 de Março de 1958
- 134** - Uma Necrópole em Fão: Inédito
- 19 de Outubro de 1958
- 135** - Galeria de Fangueiros Ilustres: António Leite Ribeiro
- 4 de Janeiro de 1959
- 136** - A Velha Terra de Fão
- 1 de Março de 1959

ILHAVENSE

Ilhavo

TÍTULO:

DATA:

137 - Duas Crónicas com o título "Rumo ao Sul" a que deu o subtítulo: A Ria - a costa nova - Pescaria nas corças - A Chávega
- 20 de Dezembro de 1954

JORNAL DAS AVES

TÍTULO:

DATA:

138 - O Burro do Senhor Abade que corria Fado ...
- 9 de Julho de 1966

139 - O Etnógrafo Rocha Peixoto
- 12 de Novembro de 1966

JORNAL DE BARCELOS

Barcelos

TÍTULO:

DATA:

140 - Anedotas do Fim do Século ... 1898 - 1899
- 1 de Maio de 1971

141 - Quantos nomes teve o Cávado ?

- 1 de Maio de 1969

142 - Deus lhe Pague
- 24 de Dezembro de 1964

143 - À espera do Milagre
- 7 de Julho de 1955

144 - Poeira dos Séculos: Judeus Entre Douro e Minho - os da Vila de Barcelos e Esposende
- Nº 26, Ano de 1950

145 - Poeira dos Séculos : Amor Antigo

- Nº 1, Ano de 1950

146 - Novos Contos do Minho: Milagre da Ressureição

- Nº 21, Ano de 1950

147 - O Comendador de Almourol
- Do Nº 7 ao Nº 22, Ano 1950

148 - P.e Domingos Pacheco: O Homem, o Amigo, o Sacerdote, o Cidadão

- Nº 24, Ano de 1950

149 - Toponímia Urbana: Nome de Ruas

- Nº 34 do Ano de 1950

150 - Avé Maria !

- Nº 89 do Ano de 1951

151 - O Espírito gracedor de Carmona

- Nº 75 do Ano de 1951

152 - Conselheiro Sousa Ribeiro

- Nº 64 do Ano de 1951

153 - Zé do Telhado e os dois ladrões

- Nº 63 do Ano de 1951

154 - Corrêa D'Oliveira na Academia das Ciências

- Nº 59 do Ano de 1951

155 - Eça de Queirós: és Gallego y bien gallego

- Nº 52 do Ano de 1950

156 - Franqueira

- Nº 40 do Ano de 1950

157 - Contos e Lendas: Milagre de Santo António de Lisboa

- Nº 23 do Ano de 1950

158 - Consoada ou Consuada?

- 1 de Março de 1956

159 - Castro de Balugães: Uma Citânia

- 1 de Setembro de 1965

160 - O Escritor Alberto Rocha Martins

- 28 de Abril de 1955

161 - O Ilustre Barcelense Sousa Martins: Pioneiro do Turismo nor-tenho

- 3 de Junho de 1965

JORNAL DE FAMILIÇÃO

Vila Nova de Famalicão

TÍTULO:

DATA:

162 - Zé Finório: Um conto inédito do Escritor

- 5 de Março de 1966

163 - Lendário de Matosinhos: Crónica

- 31 de Dezembro de 1969

164 - Santo Amaro e o Caçador de Belinho: Inédito

- 2 de Janeiro de 1971

165 - Anedotas do Fim do Século

... 1898 - 1899

- 30 de Dezembro de 1972

166 - Landim

- 6 de Julho de 1957

167 - Notas Toponímicas

- 22 de Março de 1958

168 - Tudo quanto a bruxa futurava saía certo ...

- 18 de Janeiro de 1969

169 - Três Trovadores Medievais
- 4 de Abril de 1964

170 - Marrucho Mentideiro: No regresso da Feira

- 30 de Agosto de 1969

171 - Marrucho Mentideiro: Morreu o Tio e foi o Sobrinho a enterrar ...

- 6 de Dezembro de 1969

172 - Marrucho Mentideiro : No Regresso da Feira (Cont.)

173 - O Compadre de S. José

- 3 de Janeiro de 1970

JORNAL DE NOTÍCIAS

Porto

TÍTULO:

DATA:

174 - Esposende Encantadora: Vila e Praia do Suave Mar e Zona de Turismo importante

- 28 de Março de 1946

JORNAL DE RIBA D'AVE

TÍTULO:

DATA:

175 - Quando Nosso Senhor e S. Pedro andavam pelo mundo

- 24 de Maio de 1969

176 - Morreu o Tio ... mas ... enterrou-se o Sobrinho

- 20 de Maio de 1967

177 - Serões Vilachanenses

- 24 de Dezembro de 1965

178 - O Santo Graal e o Talismã da Virgem

- 25 de Dezembro de 1971

O NORTE DO DISTITO DE LEIRIA

Leiria

TÍTULO:

DATA:

179 - Os Sapatinhos de Ouro de S.to António
- 10 de Janeiro de 1960

NOTÍCIAS DE BASTO

Cabeceiras de Basto

TÍTULO:

DATA:

180 - De Mar - a - Monte
- 26 de Novembro de 1953

NOTÍCIAS DE CHAVES

Chaves

TÍTULO:

DATA:

181 - Abade de Baçal: As suas distrações e o seu humorismo lusiada ...

- 24 de Fevereiro de 1951

182 - Grandes de Trás-os-Montes: Uma feição diferente de Guerra Junqueiro

- 14 de Julho de 1951

183 - Gonçalves: A cobra e a raposa

- 16 de Julho de 1966

184 - O Humor lusiada de Carmona

- 24 de Maio de 1951

NOTÍCIAS DE FAFE

Fafe

TÍTULO:

DATA:

185 - No Presbitério de Várzea Cova

- 13 de Maio de 1967

186 - O Processo de Vieira de Castro e as Fugas de Camilo

- 6 de Maio de 1967

NOTÍCIAS DE FAMALICÃO

Vila Nova de Famalicão

TÍTULO:

DATA:

187 - Dois Poetas

- 24 de Fevereiro de 1961

NOTÍCIAS DE GUIMARÃES

Guimarães

TÍTULO:

DATA:

188 - Há sessenta anos - vai neles ...

- 6 de Dezembro de 1959

189 - Lapinhas de Natal: Contos

- 9 de Maio de 1965

190 - A Alavanca

- 9 de Maio de 1965

191 - Morreu o Tio ... enterrou-se o Sobrinho...

- 16 de Janeiro de 1966

192 - A Páscoa e o Fim do Mundo: Inédito

- 17 de Abril de 1960

193 - Alberto Vieira Braga: Historiador de Guimarães

- 14 de Março de 1965

194 - Uma Festa de confraternização "Nicolina"

- 6 de Dezembro de 1964

195 - O Espírito Santo desceu ao Parlamento

- 4 de Dezembro de 1960

NOTÍCIAS DE VIANA

Viana do Castelo

TÍTULO:

DATA:

196 - O Milagre de Santo António:

À laia de Conto minhoto

- 16 de Agosto de 1962

POVO DE FAFE

Fafe

TÍTULO:

DATA:

197 - O Maio Pardusquinho

- 15 de Maio de 1971

PRIMAVERA

TÍTULO:

DATA:

198 - A propósito do florir das amendoiras

- 21 de Março de 1973

O PRIMEIRO DE JANEIRO

Porto

TÍTULO:

DATA:

199 - A antiga terra de Soajo

- 31 de Dezembro de 1972

200 - Esposende e a sua nova Avenida Marginal

- 18 de Setembro de 1964

O TEMPLÁRIO

Tomar

TÍTULO:

DATA:

201 - Os Sapatinhos de Santo António

- 7 de Setembro de 1969

TERRA MINHOTA

Monção

TÍTULO:

DATA:

202 - Ranchos Folclóricos

- 1 de Junho de 1957

203 - O Lavrador Confiado, o Com-padre Relinheiro e a Santa Inquisição

- 1 de Junho de 1969

204 - O Pedro Macau - Um livro de Tavares

- 2 de Setembro de 1971

205 - O Filho da Tia Caetana

- Maio de 1951

206 - O Vaticano

- Junho de 1951

207 - O Estudante Caramalho matou uma feiticeira: Inédito

- 1 de Junho de 1967

208 - Consoar ou Consuar? Carta a um velho Amigo

- Fevereiro de 1956

209 - Nunca se faz a vontade ao corpo... nunca...

- 1 de Maio de 1953

O TRIPEIRO

Porto



O CRIFEIRO



PELO PORTO

SUMÁRIO

DO PORTO VEIO PORTUGAL — NOTAS AS ORIGENS PORTUGALENSES — A. de Almeida Fernandes, pág. 33

CAMILO?... O INIMIGO!... — Manuel de Boaventura, II de Sebastião Sanhudo, pág. 39

A NOSSA CAFE — pág. 43

O VELHO BARBO DO BARREDO — Horácio Marçal, pág. 43

A JANEIRINHA — Augusto Dias, pág. 48

UM SONETO DE ANTONIO NOBRE, pág. 49

ANTONIO NOBRE, COIMBRA, EÇA E JUNQUEIRO EVOCADOS POR ALBERTO DE OLIVEIRA — Cruz Malpique, pág. 50

O DR. JOAO FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA — José Dinis, pág. 54

PORTUGALLO, PORTUGALE OU PORTUGALES? — António Abrantes, pág. 56

COMUNICAÇÕES DOS LEITORES — pág. 58

EFEMÉRIDES PORTUENSES — pág. 59

NA CORDOARIA, HA CEM ANOS... — Urbano Loureiro, pág. 60

ACONTECEU HA 50 ANOS... — pág. 62



DR. MANUEL MONTERROSO
(AGUARELA DE ALBERTO DE SOUSA)



VI SÉRIE • ANO VIII • N.º 2 • FEVEREIRO 1968

- TÍTULO:**
DATA:
210 - Camilo?!... O Inimigo !...
 - Fevereiro de 1968
211 - A Páscoa e o fim do Mundo
 - Abril de 1968

O VALENCIANO
 Valença do Minho

- TÍTULO:**
DATA:
212 - Valença tem Ilustres Irmãs
 - 1 de Maio de 1969
213 - O Compadre S. José: Inédito
 - 1 de Maio de 1962

A VANGUARDA
 Arcos de Valdevez

- TÍTULO:**
DATA:
214 - Virgílio Amaral: O Poeta e o Artista
 - 16 de Março de 1952

A VOZ DE CHAVES
 Chaves

- TÍTULO:**
DATA:
215 - Deus lhe Pague: Um Conto de Nata
 - 12 de Janeiro de 1967

A VOZ DO MINHO
 Barcelos

- TÍTULO:**
DATA:
216 - O Cávado do Hilário Morto e Ressuscitado*
 - 31 de Dezembro de 1966
 (Assina como BRUNO EVATA)

NÚMEROS ÚNICOS

AOS HEROIS DE 1640
 Braga

*Aí! que enluti justiça ao menos que dejerat!
 A Patria Portuguesa enho licou liberal!
 O juço castelhano anaxacion e aliado.
 Pruvou perante a Histria o quanto foi feraz.*

*...E o velho Portugal já outro, na verdade,
 Exclamou: — Viva a Patria e viva a liberdadett!
 — Abaixo a tirania! abaixo o castelhano!*

*Abri em 1 de Dezembro, ao terminar do anno,
 Portugal revolta alivo e poderoso,
 Libertando o País dequibie eho leproso!*

Culturas — Fim de Novembro de 1911.
 Leão Martins.

Quarenta Homens

EM politica o crime e a Virtude confundem-se a miludo. Paradoxo requintadamente abusado, mas verdade incontornavel e exacta. Pois não glorificamos nos agora Conspiradores antigos? E não temo os patriotas de hoje encluido de doestos e injurias os conspiradores modernos?

É não obstante alguma desses patriotas heroicos ainda, ha tres annos suplantam grande virtude o que agora consideram como nefando crime! Isto mais uma vez nos faz pensar na realidade da justiça: o que é justo para um é injusto para outro. Cada consciencia, cada sentença.

Mas esses heroicos conspiradores que ha 274 annos liberam o humilde arrojio de estrangular uma tirania e calca-la aos pés, merecem do Povo que libertaram a grande glorificação a que tem jus.

1640 é uma data gloriosa que por si só representa a Liberdade dum Povo que foi herico e grande. Nessa época um certo numero daquelles Homens enérgicos e decididos, cuja grandeza de Alma se pode bem avaliar pela enormidade do feito que praticaram, conjungiram os seus esforços dispersos, convencidos de que a união lhes trazia força.

Erão somente quarenta esses deslenidos portugueses!

Mas quarenta patriotas delegados de três milhoes de almas, que se impuzeram á missão nobre de expurgar dum povo, os homens degenerados que vendiam a sua lúbia consciencia á causa duma dinastia ambiciosa e tirana.

É mais que tudo isso movia-os, talvez, o grande desejo de libertar este povo que tinha ainda vontade de viver porque do desamada raça portuguesa de 1680, havia um resto do sangue nítido dos lusitanos das velhas eras.

Depois de sessento annos de sujeição a recepção era de esperar. Quando o Castelhel fechava os olhos, Diógenes, o estoico, de lanterna em punho, percorria Portugal de pés a pés sem ter encontrado outro Homem além do insigne jurisconsulto Febo Mota — o patriota por excelência!

Mas não ha nada como as gerações Dóres para servirem de veículo ás ideias boas e venerozas! Foram porisso quarenta annos de duro exílio para apurar nos cadinhos da quimica social a raça nobre que tinha produzido os aborrecidos Miguel de Vasconcelos, estúpido e mau, e o Cardeal-el caquético e lúbrico!

A supuração vieram estes degenerados — escórias e resíduos; mas saíram da retorta quarento cristais limpídeos — os quarenta conspirados de 1640!

A mecnica histórica tem deitas extravagâncias necessarias.

- TÍTULO:**
DATA:
217 - Quarenta Homens
 - Dezembro de 1914
218 - A arraia-miúda da revolução: Tradição
 - Dezembro de 1916

Nunca é de mais intellecter os grandes homens duma pátria. E os conspiradores de 1640 são figuras de destaque na Historia, porque, sem outro interesse que não fosse a simples intenção de reviver o velho Portugal e dotar um Povo oprimido com as luminosidades duma Liberdade merecida e digna, sujeitaram-se ás contingencias tão sorte podendo ter pago com a vida o seu sacrificado amor pátrio.

Bem haja a moçidade académica, por se lembrar que esta data gloriosa — «1.º de Dezembro» — é o emblema sagrado de Resurreição da Pátria!

Bem haja!

Exposente, novembro de 1914.
 Manuel Boa Ventura.

Portugal é livre

PENSANDO na monstruosa, na horrivel hecatombe que avassalou a Europa, que' amago o mundo, parece-me ouvir aqui, nml perillho, o ruir cadencioso do tambor; o sibilar das ballas cortando o espaço; o lugubre rinar de canhões prodigiosos, de explosivos tremendos estalidos de coqueadas, de aeronaves, de avioes imprevisos, que impiedosamente abatem o grilo guerreiro de milhares d'homens que se batem pela patria.

Arma, arma, tudo são tudo guerra;
 São o mar guerra, guerra a terra adá;
 Dos valles repulsião nos oitros
 Responde guerra os ecos destradicão. (*)

Este horror do fogo que o mundo, convulsão não pode ser, para nós portuguezes, o presagio d'um porvir lútero, irris como o veço, de anaguar...

Oitimos o futuro, amemos a patria e não esqueçamos que enquanto ehois, esse braço, tremendo, de alerir em: que

A bandeirola no ar suave e puro
 Vão nublado, as roucas lúbas soam! (**)

temos de cerrar fileiras em volta do pendão querido de liberdade desfraldado no alto bendito d'uma madrugada de dezembro de 1640 em que, como cauta o poeta nos ricos estancias da sua epopéa

A sublime bandeira castilhana
 Foi derrubada com pé de lusitana.
 Pizaram cañeiros na caia empizera
 Metto aliando a lãna portugueza! (**)

Academicos: eu não sou pessimista, não penço á escola d'aquelles que affirmam absolutamente que hoje não ha murgiga na Fé de Jesus Christo, apunhalos do verdadeiro progresso, heros que consagram o seu labor a empresas tão arriscadas e difíceis como essa que hoje são lúbilissimamente relembradas; mas reconheço a necessidade de repetir o que escreveu o altíssimo poeta:

O fortes o subidos
 Cavalleros, e que sejois em egual,
 Debedel vusae terras; q' o espantoso
 De lúbrico ehoi na vusae forço! (**)

Que o recetlo se transforme em esforço, o fraquez e em denodo, pola recordo que se Philipeo Chagas disse que no facinhão dos portuguezes não o espanto do mundo e a constante conversação da Eu-

PRÓ VIANA
 Viana do Castelo

- TÍTULO:**
DATA:
219 - Romarias
 - Agosto de 1921

IN MEMORIAM

Dr. Henrique Barros Lima
Esposende

TÍTULO:

DATA:

220 - Na mão de Deus ...

- 6 de Novembro de 1924

IN MEMORIAM

António de Abreu
Esposende

TÍTULO:

DATA:

221 - Duas Palavras

- 2 de Fevereiro de 1925

ÍNDICE IDEOGRÁFICO**ARQUEOLOGIA**

66
69
106
111
134
159

ARTIGOS DE OPINIÃO

5
32
33
34
36
48
63
65
71
96
104
108
115
116
126
149
188
190
194
200
216

BIOGRAFIAS

Abade de Baçal	181	Luis de Campos	75
Alberto Rocha Martins	160	Luis Ramos Pereira	11
Alberto Vieira Braba	110, 193	Magalhães Costa	123
Antero de Figueiredo	133	Manuel de Boaventura	127
António de Abreu	221	Manuel Monteiro	107
António Corrêa D'Oliveira	27, 50, 154, 187	Manuel de Valadares	113
António Ferreira	18	Marechal Carmona	151, 121, 184
António Leite Ribeiro	135	Rocha Peixoto	139
António Losa	40	Rodrigues de Faria	82
Arlindo Ribeiro da Cunha	93	Rodrigues Sampaio	128
Augusto Soucasaux	85	Sousa Martins	161
Belemino Ribeiro	83	Sousa Ribeiro	152
Bernardino Amândio	40	Vasco de Carvalho	130
Caetano D'Oliveira	72	Virgílio Amaral	214
Camilo Castelo Branco	210		
Cândido Landolt	31	CONTOS	3
Dídimo Mesquita	2		10
Domingos Pinheiro	148		12
Eça de Queirós	155		14
Fernando de Aguiar	84		15
Guerra Junqueiro	182		16
Henrique Barros Lima	226		17
João Corrêa D'Oliveira	187		19
João Duarte	13		24
João Gonçalves Pereira de Barros	37		25
José Leite de Vasconcelos	109		38
Leandro Quintas Neves	4, 97		60
			94
			112
			114
			120
			122
			124
			129
			138
			140
			142
			143

145
146
147
150
153
157
162
163
164
165
166
168
169
170
171
172
173
175
176
178
179
183
189
191
193
195
196
201
203
205
207
209
211
213
215

CRÍTICA LITERÁRIA

26
35
39
41
43
44
45
46
47
51
54
55
77
86
87
88

89
90
91
95
105
155
186
204

ETNOGRAFIA

6
7
8
21
28
41
81
99
100
118
125
132
158
177
197
198
206
208
215

FOLCLORE

1
20
21
62
68
74
119
202

HISTÓRIA

21
23
30
49
59
61
73
136
141
156

217
218

NOTAS DE VIAGEM

51 (Coimbra)
53 (Marão)
64 (Cerveira)
78 (Marão)
98 (Celorico)
117 (Minho - Algarve)
180 (Celorico)
185 (Fafe)
212 (Valença)

TOPONÍMICO

APÚLIA
41, 69, 118, 132

BALUGÃES
159

BARCELOS
81, 141, 144, 156

BARQUEIROS
23

BELINHO
164

BRAGA
78, 108

CELORICO
180

CERVEIRA
64

DEOCRISTE
8

ESPOSENDE
22, 29, 30, 56, 57, 58, 59, 61,
65, 141, 144, 174, 200

FAMALICÃO
131, 167

FÃO
134, 136

ÍLHAVO 137	CARDEAL SARAIVA 18	JORNAL DE FAMILICÃO 162-173
MARÃO 53	CÁVADO (O) 19-66	JORNAL DE NOTÍCIAS 174
MATOSINHOS 67, 163	COMÉRCIO DE LEIXÕES (O) 67	JORNAL DE RIBA D'AVE 175-178
MINHO 99	COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM 68-72	NORTE DO DISTRITO DE LEIRIA (O) 179
MONÇÃO 206	CORREIO DO MINHO 63-113	NOTÍCIAS DE BASTO 180
OLIVENÇA 96	DEBATE (O) 114	NOTÍCIAS DE CHAVES 181-184
PALMEIRA DE FARO 49, 66	DESFORÇO (O) 115	NOTÍCIAS DE FAPE 185-186
PÓVOA DE VARZIM 70	DIÁRIO ILUSTRADO 116-119	NOTÍCIAS DE FAMILICÃO 187
SOAJO 25,199	DIÁRIO DO MINHO 120-123	NOTÍCIAS DE GUIMARÃES 188-195
VALENÇA 212	DIÁRIO DE NOTÍCIAS 124-125	NOTÍCIAS DE VIANA 196
VILA CHÃ 20, 21, 22, 61, 106, 111, 119, 169, 177	ERA NOVA 126	NOTÍCIAS DE FAPE 197
TURISMO	ESCOLA DE REMOÇADA 127	PRIMAVERA 198
9	ESPOSENDENSE (O) 128	PRIMEIRO DE JANEIRO (O) 199-200
23	ESTRELA DA MANHÃ 129-130	TEMPLÁRIO 201
57	ESTRELA DO MINHO 131	TERRA MINHOTA 202-209
58	FANGUEIRO (O) 132-136	TRIFEIRO (O) 210-211
76	ILHAVENSE 137	VANGUARDA (A) 214
80	JORNAL DAS AVES 138-139	VOZ DE CHAVES (A) 215
174	JORNAL DE BARCELOS 140-161	VOZ DO MINHO (A) 216
		NÚMEROS ÚNICOS 217 / 221

**PERIÓDICOS
CONSULTADOS**

AURORA DO LIMA (A)
1-11

BARCELENSE (O)
12-13

BOLETIM DO GRÉMIO DO
COMÉRCIO BARCELOS
14-17



Entrada Norte da Cidade de Esposende - Anos 20

PALMEIRA DO FARO ATÉ FINAIS DO SÉC. XIII

Silvestre Matos da Costa

1 - NOTA DE INTRODUÇÃO

1.1 - A freguesia e a sua história

A freguesia de Palmeira do Faro, situada a cerca de 4 Km da orla marítima, encontra-se demarcada geográficamente pelas de Gemeses, Gandra, Marinhas, Vila Chã e Curvos, do concelho de Esposende, e pela de Vila Cova, do concelho de Barcelos.

Mostrando, nos últimos anos, um apreciável ritmo de desenvolvimento, contém dentro dos seus limites vestígios arqueológicos que comprovam a presença humana desde tempos anteriores ao início da era cristã.

É corrente assinalar, como referências históricas da freguesia, o facto de nela terem sido instituídos um couto, uma “Honra” e uma comenda. Mas deve constituir igualmente motivo de orgulho a circunstância de ter sido, dentre as freguesias rurais do concelho situadas a norte do rio Cávado, a primeira em que foi criada uma escola oficial de ensino de “ler, escrever e contar”, que se admite ter entrado em funcionamento no ano de 1780, após a nomeação do respectivo mestre-escola por mercê da rainha D. Maria I, com data de 16 de Agosto de 1779.¹

Num raio de muitos quilómetros de distância, apenas as freguesias de Fragoso e de Vila Cova, estas do concelho de Barcelos, obtiveram igual benefício, na mesma altura.

Relativamente ao couto e à Honra se farão, neste texto, algumas referências e, sobre a comenda, deve esclarecer-se, desde já, que se tratou mais exactamente de uma comenda anexa à que foi instituída na freguesia de Antime, numa sequência de factos que adiante se referem no ponto 9.6.

1.2 - Estudos sobre a freguesia

Sobre Palmeira do Faro têm sido publicados alguns estudos monográficos, o primeiro dos quais se deve ao Dr. Teotónio da Fonseca. Divulgado, em primeira mão, no jornal "O Esposendense" (Números de 30 de Abril e de 21 de Maio de 1932), foi depois incluído no livro "Esposende e o seu concelho", editado em 1936, ali compreendendo as páginas 75 a 96. As referências que, adiante, se fizerem a este livro, serão apenas reportadas ao seu autor.

Mais recentemente, é digno de registo o texto constante no livro "Esposende. Breve roteiro histórico" (pgs. 106-114), da autoria do Dr. Manuel Albino Penteado Neiva (Esposende, 1987), que havia já publicado, em 1986, um pequeno livro intitulado "Palmeira do Faro, na história e na tradição".

Muito interesse revestem igualmente os artigos do rev. Doutor Franquelim Neiva Soares, publicados no jornal "Nascer de Novo", designadamente nos seus números 26 a 28, de Fevereiro a Abril de 1982, e os estudos constantes na "Carta Arqueológica do concelho de Esposende" referentes a esta freguesia, publicados em diversos números do Boletim Cultural de Esposende (adiante citado com as iniciais BCE), a partir do nº. 7-8 (Dezembro de 1985), da autoria do Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida.

Por seu lado, reveste-se de interesse muito especial o estudo sobre "A Honra de Palmeira de Faro", de Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas.² Em 1991 foi publicado também um pequeno livro intitulado "Palmeira de Faro - Esposende. Esboço para a sua história", com edição a cargo da Fábrica da respectiva igreja paroquial.

1.3 - Objecto do presente trabalho

Muitos anos já decorridos após a publicação do estudo do Dr. Teotónio da Fonseca, têm-se verificado importantes progressos no campo da investigação histórica, especialmente no que respeita à arquidiocese de Braga, área em que se têm destacado os rev. doutores Avelino de Jesus Costa, José Marques e Franquelim Neiva Soares.

Na base destes estudos e de outras fontes, é possível rectificar algumas das posições assumidas pelo referido Dr. Teotónio da Fonseca, melhor esclarecer alguns pontos e apresentar novos dados.

Assim, o presente trabalho, como se indica em título, visa uma abordagem monográfica da freguesia apenas até finais do séc. XIII, durante o qual se realizaram importantes inquirições nos reinados de D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis, em cujos relatórios se contêm dados com elevado interesse para as monografias locais.

Além dos estudos mencionados no ponto anterior, dos textos das Inquirições e de outras fontes impressas que, pontualmente, se mencionarão, foi utilizada também a documentação seguinte:

a) - Tombo da comenda de Antime, de 1612 e de 1716, existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Núcleo dos tombos das comendas da Ordem de Cristo, números 54 e 55, respectivamente);

b) - Tombo da comenda de Banho, de 1687, existente no núcleo atrás referido, sob o nº. 81;

c) - Tombo da (...) Honra de Palmeira do Faro, de 1702, existente no Arquivo Histórico de Vila do Conde.³

1.4 - Freguesia homónima

Integrada no actual concelho de Santo Tirso e anteriormente pertencendo ao concelho de Monte-Longo, há uma outra freguesia com o nome de Santa Eulália de Palmeira.

Nesta freguesia foi igualmente instituído um couto, por carta de D. Afonso Henriques.

O facto de haver, na mesma arquidiocese, duas paróquias com o nome de Santa Eulália de Palmeira, embora a do concelho de Esposende tenho o determinativo “do Faro”, é susceptível de provocar algumas situações de ambiguidade quanto ao correto enquadramento de um ou outro registo informativo.

No ponto 9.2 se referem, sobre este assunto, situações concretas.

2 - PRIMEIROS SINAIS DA PRESENÇA HUMANA

2.1 - Povos e culturas

Os vestígios arqueológicos conhecidos dentro dos limites da freguesia de Palmeira do Faro permitem admitir que a presença do Homem no respectivo território remontará para trás do segundo milénio anterior à era cristã, podendo ter ocorrido há mais de quatro mil anos, a contar dos nossos dias.

Os povos que por aqui se fixaram nesses recuados tempos faziam parte de uma civilização que não conhecia ainda o ferro, mas manipulava já o cobre e outros metais, como o bronze, o ouro e a prata. Não conhecendo também a escrita, a pedra constituía o principal suporte das suas manifestações artísticas e de comunicação, designadamente através de pinturas rupestres ou gravuras de natureza muito simples.

Rudimentares seriam também os artefactos de cerâmica que produziam e utilizavam.

A economia de então assentava no trabalho agrícola, complementado com a caça, a pesca e a colheita de frutos selvagens, caracterizando-se também pela seu nomadismo, ou seja, deslocando-se com frequência de uma localidade para outra.

Estes povos tinham em grande conta a memória dos seus mortos, que eram inumados em sepulturas juntamente com diversos objectos que fizeram parte do seu quotidiano, como sejam punhais em pedra, vasos de cerâmica,

artefactos de adorno, etc.. E, conforme a cultura de então, alguns locais de enterramento constituíam pequenos cemitérios colectivos, enquanto que outros tinham uma dimensão mais reduzida, na base de sepulturas individuais ou colectivas, umas e outras por vezes assinaladas por estelas ou outras construções megalíticas.

Dentre estas, são mais significativas as antas, também conhecidas por dolmens, orcas, etc., em cujas construções se utilizavam grandes blocos de pedra, servindo uns de esteios e outros de lajes de cobertura formando assim, por vezes, grandes espaços cobertos, em cujo interior se faziam os enterramentos.

Estas construções eram, em muitos casos, cobertas por terra, formando desníveis, ao longo dos terrenos, que passaram a ser conhecidos por mamoaas, mamas, mamuinhas, mamoeelas, etc..

São estas construções, assim como os materiais nelas depositados, que permitem conhecer a presença do Homem, em determinadas localidades, nesses tempos distantes, e também sugerir para cada caso, em termos naturalmente muito latos e imprecisos, a respectiva cronologia, conforme as características culturais dos vestígios encontrados.

Sabe-se que houve em Palmeira diversas sepulturas dos tempos do megalitismo, que constituem os mais remotos sinais de povoamento no território desta freguesia. E, porque este tipo de construções foi muito corrente, nesta zona litoral, nos três milénios que precederam a era cristã, é este o motivo que permite sugerir, com grande margem de imprecisão, que a presença do Homem no território desta freguesia se terá iniciado mais de dois mil anos para trás da era cristã.

2.2 - Referências em documentos

2.2.1 - Tombos da comenda de Antime

Na “demarcação” desta freguesia constante no Tombo de 1612 (fls. 307-310), no que respeita à linha divisória com as freguesias situadas a nascente registam-se, nos limites com a freguesia de Curvos, o “marco da mourisca do Ferreiro” e, mais a sul, a “mamoaa de Cima de Vila”⁴ e o “marco de mouros” que, segundo ali se esclarece, “he hua anta de pedras grandes” (fls. 309.v).

Já nos limites com a antiga freguesia de Banho, assinalam-se a “mamoaa do ouro”, que “he terra lavantada por mão em campo raso” e, mais abaixo, o “padrão das antas” e uma outra mamoaa, já mais para sul. Por seu lado, nos limites com a freguesia de Gandra, salientam-se a “mamoaa da lagoa” e o marco do “padrão de Lamelas”.

A demarcação que figura no Tombo de 1716 (fls. 870.v-875.v) menciona também as referências arqueológicas registadas no anterior documento embora, por vezes, as identifique por outras palavras.

Com efeito, nos limites com Curvos, fala-se aqui no "campo da mourisca" e no "outeiro das mouriscas", seguindo-se a mamoa de Cima de Vila e o marco da "arca dos mouros" que, segundo ali se descreve, "hoje esta espedaçada e somente ficou hua pedra grande" (fls. 872.v).

Nos limites com Banho, regista-se a "mama do ouro", que dava também o nome a uma agra em que se situava, e que compreendia também uma bouça.

Mais para sul, menciona-se o marco do padrão das antas "que he hum marco do alto de hum homem e tem de largo uma brassa".

Mais para diante, menciona-se a "mamao da Lagoa" que "esta dentro do pinheiral da Quinta do Lago, junto ao muro".

2.2.2 - Tombo da "Honra" de Palmeira

No tombo da "Honra de Palmeira" relativo ao ano de 1702 consta também uma demarcação dos limites das respectivas propriedades (Fls. 334-335). No percurso desta demarcação, segundo a orientação inversa à dos ponteiros de um relógio, vêm mencionados os seguintes padrões e mamoa: Padrão de Lagoa das antas; mamuela do ouro; mamoa das mouriscas; mamoa moura; mamoa da capela (de trás da capela de S. Roque); mamoa junto à fonte do ouro, e mamoa do Lago.

2.2.3 - Algumas Observações

Registando-se, dos Tombos da comenda, apenas as linhas de demarcação com as freguesias dos lados nascente e sul, mencionam-se algumas antas ou mamoa, sendo aceitável que, no sitio que em 1612 se chamava "marco de mouros" e, no Tombo seguinte, "arca dos mouros", tenha existido também um monumento funerário megalítico tanto mais que, no primeiro dos Tombos, consta também a classificação de "anta de pedras", sendo a referência aos mouros um mero produto do imaginário popular.

A "mama do ouro" de 1716 corresponderá, segundo parece, à "mamao do ouro" de 1612 e ainda à "mamuela do ouro" que figura na demarcação da Honra.

Entre as demarcações da comenda e da "Honra" parece haver mais um outro ponto de coincidência, o que se pode verificar também por outros tombos, designadamente o de 1635.⁵

3 - VESTÍGIOS DE POVOAMENTO PRÉ-HISTÓRICOS E PROTO-HISTÓRICOS

3.1 . Nota geral

A Carta Arqueológica do concelho de Esposende contém numerosos registos, com a informação possível, de monumentos funerários megalíticos e de

outros tipos de sepulturas que atestam o povoamento do território do concelho nos tempos pré-históricos.

Tratando-se, muito embora, de um trabalho ainda não concluído, dele se recolhem os elementos já divulgados relativamente à freguesia de Palmeira do Faro.

3.2 - Monumentos funerários megalíticos

3.2.1 - Mamoa na Eira d'Ana

No BCE nº. 11-12. pg. 105, refere-se um túmulo megalítico no lugar de Eira d'Ana, a nascente da estrada que, deste lugar, vai para Terroso.

Segundo se diz no texto, esta mamoa “é de pequenas proporções e, à primeira vista, parece estar intacta, à excepção da mesa, que foi roubada ou está tombada no interior da câmara.

3.2.2 - Mamoa de Cima de Vila

Estudada igualmente no BCE atrás mencionado, esta mamoa situa-se na propriedade conhecida por Cima de Vila ou Quinta de Mareces, nos limites com a freguesia de Vila Cova.

Referida nos dois tombos da comenda, terá sido desaterrada talvez no período de 1920-1930 pois, conforme refere o Dr. Teotónio da Fonseca, “na Quinta de Mareces (...) descobriu-se há alguns anos um dólmen. Em uma pequena elevação de terreno, junto a um marco da Casa de Bragança do Duque D. Jaime, ao fazerem-se umas escavações apareceu ali esse monumento pré-histórico”.

Segundo regista o mesmo autor, este monumento estava já, na altura, “infelizmente incompleto, pois tem apenas três pedras de lado, sem cobertura” (pg.93).

Na Carta Arqueológica, este dolmen ou mamoa vem estudado sob o nº. 47 (pgs. 102-103), ali se confirmando que “sofreu séria mutilação (...) por desconhecimento do valor do monumento”, da qual “resultou a destruição, ao que parece, de uma parte significativa da câmara”, tendo ficado visíveis “três esteios e uma das pedras da cobertura do corredor”. Este texto encontra-se ilustrado com uma fotografia

Ao mesmo monumento se refere um outro estudo, publicado no BCE nº. 17, pgs. 97-111, em que se registam os “primeiros resultados da escavação” desta mamoa, o que ocorreu no período de 3 a 26 de Agosto de 1989. Foi responsável pelos respectivos trabalhos uma equipa do Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense.

Segundo se refere no respectivo texto, este monumento era de grandes dimensões e apresentava um diâmetro máximo de 30 metros, registando-se igualmente os “evidentes sinais de violação, patentes em grande parte do tumulus”.

Neste mesmo trabalho se destacam, como merecendo grande interesse científico, duas gravuras descobertas em esteios, sendo uma “de configuração geométrica, com uma altura média de 0,20m”, posicionada “numa zona do esteio que se supõe ter sido intencionalmente afeiçãoada por polimento, de modo a permitir uma melhor inscrição do motivo.

Por seu lado, a outra gravura será “de tipologia e técnica semelhantes à anterior”, e foi descoberta no lado interior de outro esteio.

Além destas manifestações artísticas, os autores do estudo registam também que “Num dos fragmentos de esteios que a escavação pôs a descoberto na zona da câmara (...) detectaram-se (...) nítidos vestígios de pinturas”, coma surpresa de a cor usada ter sido “o branco e não o ocre sanguíneo, como é mais comum”, o que representa igualmente inquestionável valor científico, dada a sua raridade “no contexto da arte megalítica europeia”.

Ainda segundo o mesmo texto, dentre o espólio descoberto no decurso das escavações, para além de um artefacto lítico, é de salientar a “ocorrência de uma razoável quantidade de fragmentos de cerâmica, alguns dos quais decorados”, um deles do tipo “Boquique”, facto também muito raro neste tipo de monumentos. O estudo encontra-se ilustrado com algumas gravuras e, segundo uma das suas conclusões, “este túmulo seria, pois, um dos mais importantes de quantos, até agora, são conhecidos no concelho de Esposende”, e do respectivo espólio foram seleccionadas algumas peças, designadamente no que respeita a pinturas e gravuras, para posterior análise científica.

3.3 - Outros tipos de sepulturas

3.3.1 - Necrópole dos campos da Cavaleira

Segundo se refere no número 51 da Carta Arqueológica (BCE nº. 13-14, pg. 21-22), (...) “no começo deste século, quando se procedia à abertura da estrada nacional Esposende-Barcelos (...) apareceram alguns túmulos de pedra e ardósia em forma de pia”, de um dos quais “terá saído o vaso guardado no Museu Nacional de Arqueologia”.

Os campos acima referidos situam-se a cerca de um quilómetro de Esposende, nos limites de Palmeira do Faro/Gandra.

Segundo se refere no mesmo texto, “tudo parece indicar que a necrópole tenha uma ascendência megalítica e se enquadre no grupo dos sepulcros sem “tumulus”, podendo, segundo o autor, enquadrar-se num ambiente cultural que, “remontando aos finais do III milénio a.C., desenvolve-se ao longo da idade do Bronze”.

3.3.2 - Campo da Corredoura

Uma peça arqueológica descoberta em 1954 no campo da Corredoura,

perto de Tranquelos, próximo dos limites com a freguesia de Curvos poderá ser, segundo disse Manuel de Boaventura, “uma espécie de estela funerária” com as medidas de 1,10 X 0,40 m, e uma espessura não superior a 0,25 m.

O referido escritor, que terá sido o primeiro estudioso a analisar o achado, afirmou que na mesma peça pode observar “restos de um círculo com vestígios das hastes de uma cruz”, e que a mesma voltou a ser enterrada pelo seu achador.

Admite-se hoje que esta peça corresponda a uma “estela antropomófica em granito” que se encontra no Museu Pio XII, em Braga, com indicação de provir da freguesia de Curvos.

Na Carta Arqueológica o estudo desta peça figura sob o nº. 69 (BCE nº. 15-16, pgs. 94-95), para ele se remetendo os dados e as transcrições que aqui se apresentam.

3.3.3 - Campo de Linhariça

Na Carta Arqueológica, sob o nº. 70 (BCE nº. 15-16, pgs. 95-97), a propósito de uns achados que se reportarão à época romana, diz-se também que, num vale próximo dos campos de Linhariça, em Susão, foram encontrados alguns vestígios que, pelas suas características, parece remontarem a épocas ligeiramente anteriores à cultura castreja.

Trata-se, segundo se descreve no respectivo texto, de “alguns fragmentos cerâmicos que, a priori, se situam entre o Bronze Final e o arranque da cultura castreja.

4 - OUTROS POVOS E CULTURAS

4.1 - Celtas

Já em período avançado da Idade do Ferro, talvez com maior frequência em meados do primeiro milénio anterior à era cristã, a zona litoral do norte do país terá assistido a diversas correntes migratórias, designadamente a partir do centro da Europa.

Os povos que, então, aqui se fixaram, sejam ou não de origem celta, eram portadores de uma cultura muito específica. Vocacionados para a agricultura e pastorícia e, porque praticavam o sedentarismo, construíam espaços residenciais nos cabeços ou nas encostas dos montes, com diversos grupos de habitações, mais frequentemente de planta circular, protegidas por muralhas defensivas, tudo isto construído em pedra.

Estas construções são hoje conhecidas por castros, crastos, citânias ou cidades, castelos, etc., de que há vários vestígios no concelho de Esposende.

Na freguesia de Palmeira conhecem-se igualmente vestígios de um povoamento deste tipo. Trata-se do castro situado no monte conhecido por Senhor

dos Desamparados, no lugar de Terroso, identificado ainda há poucos anos e que, até agora, não foi objecto de investigação adequada.

Ali foram encontrados alguns materiais de cerâmica. Na Carta Arqueológica este castro vem mencionado sob o nº. 48, no BCE nº. 11-12, pgs. 104-105, ali se referindo que “é um povoado de pequenas dimensões, servido por um sistema defensivo formado por duas ordens de muralhas tendo com reforço, entre elas, a norte e poente, um fosso ainda muito bem conservado”.

Estes povos tinham já um grande sentido religioso, fazendo culto a várias divindades, e praticavam a cremação dos seus mortos, cujas cinzas recolhiam em recipientes de cerâmica.

4.2 - Romanos

Algumas décadas antes do início da era cristã ter-se-ão fixado nesta região os romanos, pertencentes a um grande império com capital na cidade de Roma e que assimilaram, sem grande resistência, os habitantes dos castros.

Nas zonas rurais, estes povos dedicavam-se especialmente à agricultura, construindo “vilas”, ou pequenos núcleos residenciais, em zonas de boa capacidade produtiva, e aproveitavam igualmente as habitações castrejas.

Falavam a língua latina e conheciam a escrita, sendo portadores de uma apreciável cultura, muito enriquecida através dos contactos com diversos povos que tinham vencido militarmente.

Relativamente aos seus mortos, praticavam a sepultura, geralmente em necrópoles, ou seja em espaços para vários enterramentos.

Em Palmeira do Faro conhecem-se também vestígios deste povoamento, embora de forma um tanto dispersa e em termos ainda muito vagos. Ao assunto se fazem, a seguir, algumas referências.

4.2.1 - Adro da igreja de Palmeira

No adro da igreja paroquial, aquando de obras ali realizadas há vários anos, foram postos a descoberto diversos vestígios de peças de cerâmica (tégulas, imbrex e cerâmica comum), conforme se refere na Carta Arqueológica, sob o nº. 46 (BCE nº. 11-12, pg. 102), texto em que se avança a hipótese de, pelas suas características, se reportarem ao período tardo-romano.

4.2.2- Campos de Linhariça e outros

Segundo Manuel de Boaventura, citado na Carta Arqueológica sob o nº. 70 (BCE nº. 15-16, pg. 95-97), no lugar de Susão, em campos conhecidos por Linhariça e Sovel, e na bouça do Chaves, durante escavações para fins agrícolas ou construções de casas, apareceram “tégulas, lousas, pesos de tear, pesos de

tear em forma de pirâmide truncada”, assim como duas lareiras e muros enterrados, além de outras peças de cerâmica.

Segundo o autor da referida Carta Arqueológica, estes materiais, conjuntamente com outras da mesma natureza que têm sido postos a descoberto em diversos momentos, durante trabalhos agrícolas, levam a “admitir a presença de uma pequena vila ou então um abastado casal” dos tempos da ocupação romana.

4.2.3 - Sepulturas em Cima de Vila

Na Carta Arqueológica, sob o nº. 47 (BCE nº. 11-12, pgs. 103-104) refere-se a descoberta, em 1950, de duas sepulturas na propriedade em que se situa a mamoa de Cima de Vila, numa das quais foi recolhido um vaso em cerâmica.

Situadas a pequena profundidade, “possuíam caixa e tampa em xisto e o fundo lastrado de areia”, sugerindo o respectivo texto tratar-se de uma necrópole da época romana, sem se excluir a hipótese de se reportar a uma necrópole de cronologia mais remota.

4.2.4 - O castro e a “villa”

Nas inquirições de 1220 (Foros e Dádivas), como mais adiante se voltará a referir, o lugar de Terroso vem mencionado como “villa”.

Como o castro ali situado mostra sinais de ocupação romana e se encontram ali terrenos de boa aptidão agrícola, não é de excluir a hipótese de, no referido lugar, ter existido uma “vila” romana, correspondendo porventura o topónimo “Cima de Vila” a um dos seus limites.

4.3 - Suevos e visigodos

Com a queda do império romano no ocidente, ocorrida no ano de 476, entraram no nosso território os suevos, e depois os visigodos, uns e outros originários do interior da Europa.

Os primeiros tiveram uma presença muito marcante na região de Braga, especialmente após a sua conversão ao cristianismo, por influência do bispo que ficou conhecido por S. Martinho de Dume.

Por seu lado, os visigodos, que venceram os suevos, assimilaram igualmente a religião cristã. Distribuindo-se por todo o território, prosseguiram a actividade agrícola desenvolvida pelos romanos, criando então muitas outras “vilas” agrárias e, se os vestígios das suas habitações não são muito abundantes, há variadas referências toponímicas que se entroncam nestes povos, portadores também de uma cultura bastante avançada.

Admite-se que, pelo menos os visigodos, se tenham também fixado nesta freguesia de Palmeira, pois há sinais da sua presença em terras muito próximas.

4.4 - Mouros e muçulmanos

Cerca dos anos 711-712 a península foi invadida pelos mouros ou muçulmanos, procedentes do norte de África, e que se propunham difundir a religião islâmica.

A resistência a estes invasores começou muito cedo, tendo havido muitos combates para a sua expulsão, num processo de reconquista cristã que se prolongou por vários séculos até à sua retirada definitiva do território que viria a constituir a nação portuguesa.

Admitindo-se que a presença destes povos, no território do actual concelho de Esposende, não se tenha verificado, o certo é que, talvez pelo terror que os mesmos denunciavam, em quase todas as freguesias se lhes associam muitas lendas, designadamente no que respeita a combates, perseguições, tesouros escondidos, mouras encantadas, etc..

Na freguesia de Palmeira do Faro também se encontram referências toponímicas reportadas a estes povos, designadamente nos terrenos limitrofes com a freguesia de Curvos, como se referiu nos pontos 2.2.1 e 2.2.3.

No monte do Faro há um penedo chamado “dos mouros”, e que simula uma pequena gruta com duas portas de acesso, conforme consta no estudo do Dr. Teotónio da Fonseca, pg. 94.

5- PRIMEIROS DOCUMENTOS

5.1 - Censual do Bispo D. Pedro

A referência mais antiga que se conhece sobre esta paróquia consta no pergaminho existente no Arquivo Distrital de Braga conhecido por “Censual do Bispo D. Pedro” ou “Censual de Entre Lima e Ave”, cuja datação se situará entre os anos de 1084-1091.

Este documento foi exaustivamente estudado pelo rev. Doutor Avelino de Jesus Costa em “O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga” (Coimbra, 1967, 2 volumes) e, no Anexo I, dele se reproduz a parte que aqui mais interessa.

Com este censual, o titular da Mitra Bracarense, num processo de organização da diocese após a pacificação do território resultante da expulsão dos mouros, visava conhecer os direitos eclesiásticos a que eram obrigadas as paróquias da sua jurisdição.

Palmeira vem referida neste documento com a designação de “de Sancta Eolalia de Faro” (vol. II, pg. 175), o que poderá traduzir-se por Santa Eulália de Faro ou do Faro, parecendo mais correcta a segunda forma.

Com efeito, na língua latina, em que esta designação se encontra escrita, não havia artigos, e a palavra “Faro” tem a sua raiz no substantivo masculino

“Pharo”, de origem grega, com o significado de farol ou torre iluminada para orientação dos navegantes.

No referido censual consta, relativamente a esta paróquia, a obrigação de “Jantar”. Tratando-se de uma prestação de conteúdo muito vago, segundo o autor atrás mencionado (vol. I, pg. 274), poderá talvez representar um tributo fixado em função das despesas com a refeição por ocasião das visitas, que seria pago anualmente ao cabido.

5.2 - Ano de 1108

Num outro documento, originário do mosteiro de Vairão e reportado à data de 29 de Janeiro de 1108, esta freguesia vem designada com o nome de “villa de Palmaria de Faro”, sem referência ao nome da sua padroeira.

Transcrito sob o nº. 269 na obra “Documentos Medievais Portugueses”, vol. III - Documentos Particulares, o respectivo texto, escrito igualmente em latim, que era a língua então corrente, refere-se a uma partilha que os filhos de Paio Godins e de sua mulher Gontinha Nunes fizeram entre si quanto aos bens que os seus pais tinham recebido por herança.

Estes bens estendiam-se por um grande área geográfica, abrangendo os actuais concelhos de Esposende, Braga, Vila do Conde e outros, e as propriedades situadas nesta freguesia parece terem pertencido anteriormente a Doroteia Pais (= que venit in ratione Dorotee Pelaiz). Dentre as localidades mais próximas também referidas neste documento registam-se Gandra, Marinhas (= Zopaes), Fonte Boa (= Fonte Mala), e os topónimos Gontemir, Germir, etc..

Por este documento conhece-se, pela primeira vez, a designação de “Palmeira” (= Palmaria) e a respectiva especificação “de Faro” mostrava-se necessária pois que, no mesmo texto, se referem mais duas localidades com o nome de Palmeira: do Bico e do Paraíso.

5.3 - Ano de 1208

Um terceiro documento em que esta paróquia vem mencionada reporta-se ao ano de 1208.

Trata-se da bula “Sua Nobis”, em que o Papa Inocêncio III mandava ao deão de Zamora decidir o pleito entre o arcebispo de Braga, D. Martinho, e os reitores de várias igrejas da sua diocese, que lhe recusavam o pagamento do tributo sinodático e outros direitos episcopais.

Este documento encontra-se transcrito no livro atrás referido “O Bispo D. Pedro”, vol. II, pág. 445, nele constando esta paróquia com a designação de “Sancte Eolalie de Faro”.

6 - INQUIRIÇÕES DE 1220 e DE 1258

6.1 - Quadro geral

Nos princípios do séc. XIII, poucas décadas após a fundação da

nacionalidade, enquanto que ao sul do Tejo decorriam ainda, em numerosas localidades, as lutas com os muçulmanos, ao norte do mesmo rio, pacificado que estava já o território, desencadeavam-se os processos de organização administrativa.

Esta organização visava representar o poder do Rei e defender os direitos da Coroa e das populações, e centrava-se nas “Terras”, à cabeça das quais se colocava um “Terra-Tenens” (= Tenente ou Senhor da Terra”), apoiado por funcionários de outras categorias, entre as quais os juizes e os mordomos.

A cargo das “Terras”, cujas sedes eram, geralmente, em castelos, ficava um quadro de funções muito vasto, que incluía a organização e defesa, a cobrança dos impostos, a administração da justiça, etc..

Na altura, Esposende era ainda um pequeno lugar da freguesia de Zopães (= Cepães, hoje Marinhas), e Banho era uma paróquia com um mosteiro de frades crúzios, enquanto que as restantes freguesias que hoje confinam com a de Palmeira já então existiam com os nomes actuais, tendo então a de Curvos alguma importância no quadro administrativo da Terra de Neiva, com sede no Castelo de Neiva.

A esta “Terra” pertenciam as freguesias do actual concelho de Esposende situadas a norte do rio Cávado, assim como a maior parte das do concelho de Barcelos para cá do mesmo rio, além de outras que hoje se integram no concelho de Viana do Castelo.

Então, os grandes senhores das propriedades agrícolas eram as ordens religiosas (conventos e mosteiros) e as igrejas paroquiais, enquanto que a Coroa possuía também numerosos reguengos, mais ou menos extensos, em numerosas freguesias. Havia ainda uma margem significativa de propriedades particulares ou de herdeiros, por vezes na posse de pessoas aparentadas com a nobreza.

A Coroa recebia uma renda muito elevada das terras reguengas e, além disso, sujeitava os homens que trabalhavam estas terras a várias prestações pessoais, que por vezes se colocavam em situações semelhantes à de servidão. Por seu lado, os moradores que trabalhavam as terras de que eram proprietários, assim como as que pertenciam às igrejas ou ordens religiosas, pagavam também os seus tributos ao Rei, quer em dinheiro (maravedis ou morabitos, soldos, etc.) quer em espécie (cereais, galinhas, ovos, cebolas, etc.) e, como não havia ainda medidas únicas para todo o território, referiam-se as mesmas às que se praticavam em algum celeiro régio (como em Perelhal) ou outras localidades mais conhecidas, como Barcelos, Braga e outras.

Se então havia pessoas que beneficiavam, legitimamente, de privilégios de imunidade fiscal, designadamente os moradores nos coutos e os titulares das Honras, outras havia que procuravam, por artificios ou extorsões várias,

incluir-se nesse grupo, ora alegando acções de bravura em combate, ora invocando o acolhimento de crianças aparentadas com a família real ou com a nobreza (situação que era conhecida por amadigo), ora transferindo a sua residência para os coutos.

Dentre as prestações devidas à Coroa uma havia que se intitulava de “voz e coima”, e teria hoje semelhança com o imposto de justiça, mas pago pela generalidade das famílias, ou seja, independentemente de apresentação de qualquer processo em juízo. Mas havia quatro casos-crimes que obrigavam a uma prestação específica, graduada conforme a sua gravidade, respeitando estes casos aos crimes de furto, violação de mulher, homicídio e esterco atirado para a boca (merdimbuca ou stercus in ore, conforme consta em alguns documentos).

O homicida poderia sujeitar-se à pena de morte e ao apossamento, pela Coroa, de todos os seus bens e, no caso de o criminoso se refugiar em alguma aldeia e os seus moradores se recusassem a entregá-lo às autoridades, também sobre eles imponderia um pezado encargo fiscal por encobrimento, crime que classificava como “omizio”.

Por esta altura as paróquias tinham já as respectivas igrejas. Nuns casos, estas estavam subordinadas ao padroado real, que assegurava a respectiva administração e apresentava às autoridades eclesíásticas os nomes dos respectivos párocos, quando ocorressem vagas. Noutras situações, eram os próprios moradores que tomavam a iniciativa de mandar construir as igrejas locais, dotando-as por vezes com algumas propriedades.

6.2 - As inquirições locais

No ano de 1220, ao tempo do rei D. Afonso II, foram realizadas inquirições gerais, designadamente nas paróquias situadas a norte do rio Douro, a fim de se conhecerem os bens e direitos da Coroa (reguengos, foros ou rendas, etc.), e também as situações de abusos que estavam a ser praticados.

Para o efeito, eram inquiridos o abade e alguns moradores de cada freguesia, que respondiam, perante um juiz, sobre os quatro temas seguintes: reguengos, padroados, foros, e bens das ordens.

Porque os resultados destes inquéritos não terão sido tão satisfatórios como se desejaria, o rei D. Afonso III mandou proceder a novas inquirições, que decorreram no ano de 1258, abrangendo mais ou menos as mesmas matérias, mas agora com os depoimentos exarados numa só acta. Nestes inquéritos dava-se, porém, maior relevo no registo das situações que denotavam irregularidades.

As respostas a estes dois inquéritos, no que respeita à Terra de Neiva e outras, encontram-se publicadas, sob a orientação de Alexandre Herculano, no vol. I das “Inquisitiones”, livro que faz parte de uma obra mais vasta, intitulada “Portugalliae Monumenta Historica”.

No que respeita à freguesia de Palmeira do Faro, a distribuição dos respectivos textos ao longo do referido volume é a seguinte: 1220 (Terra de Neiva) - Reguengos, pg. 27; Foros e Dávidas, pg. 104; Padroados, pg. 183; Bens das Ordens, pg. 228. Os depoimentos de 1258 (Julgado de Neiva) constam na pg. 310.

Para um estudo desta freguesia reportado ao séc. XIII estes depoimentos revestem-se de elevado interesse, e por isso se faz a respectiva transcrição no fim do presente trabalho (anexos 2 e 3).

Assim, na sua base, se desenvolvem os temas deste capítulo.

6.3 - Análise dos depoimentos relativos a Palmeira

6.3.1 - A paróquia e a sua padroeira

Na altura das inquirições, Palmeira do Faro teria já os seus actuais limites mas, nos respectivos textos, apenas se mencionam os lugares de Palmeira-Susão e de Terroso.

A padroeira da freguesia foi, desde o início, Santa Eulália, constando este nome escrito de vários modos ao longo dos textos, assim, em 1220, a freguesia vem designada como “de Sancta Eolalia de Palmeira”, enquanto igual referência lhe é feita no texto relativo a Vila Cova (Bens das Ordens pg. 228) mas, nos depoimentos de Gandra (pg. 229) e de Gemeses (pg. 230), figura como “Sancta Vaia de Faro” e “Sancta Ovaia”, respectivamente. Em 1258 vem esta freguesia mencionada como “parrochia Sancte Ovaye de Palmeira”.

6.3.2 - Os declarantes

No inquéritos de 1220, juntamente com o abade Pedro Dias, foram declarantes dez moradores, cujos nomes constam no referido anexo 2. Por seu lado, em 1258, perante o inquiridor João Peres, que era juiz da Terra de Neiva, além do pároco João Pais, testemunharam sete moradores, cuja identificação consta no anexo 3.

Em qualquer dos depoimentos figura o nome de um declarante com o título de “Dom”, o que faz presumir que se trataria de moradores de elevado prestígio social na freguesia, porventura adquirido em resultado de meios de fortuna ou outro qualquer motivo como seja, por exemplo, algum laço de parentesco com família nobilitada.

Não é possível conhecer se os dois moradores com esta designação - Dom Domingos, em 1220, e Dom Lopo, em 1258 -, sucederiam na mesma família ou se, por outro lado, não teriam relação de parentesco entre si.

O pároco de 1258, João Pais, figura no texto com a designação de “prelatus” como se verifica neste inquérito, de um modo geral, com os responsáveis de outras paróquias. O facto de este sacerdote constar também como declarante

no texto relativo a Vila Cova, permite deduzir que seria natural da mesma freguesia ou, pelo menos, nela teria propriedades.

6.3.3 - A igreja e o padroado

A igreja de Palmeira, na altura de qualquer dos referidos inquéritos, não pertencia ao padroado real. De facto, em 1220 refere-se que “jurati dixerunt quod Rex non est patronus” (pg. 183), confirmando-se em 1258 que “jurati dixerunt quod Rey non est patronus”. (pg. 310).

Presume-se, assim, que a igreja paroquial já então existente teria sido construída por iniciativa dos respectivos moradores ou “fregueses”, que assumiriam igualmente os encargos inerentes à sua manutenção e, pelo menos em certa medida, teriam o privilégio de propor à autoridade eclesiástica os nomes dos respectivos párocos, quando se verificassem vagas.

Para a manutenção da igreja e despesas da paróquia era uso, na altura, a afectação de algumas propriedades, que poderiam resultar de compras, doações, permutas, etc..

6.3.4 - A posse da terra

a) - Igreja de Palmeira

No texto de 1220, a propósito dos rendimentos da igreja paroquial, diz-se que “ista ecclesia habet senarias, et iiij casalia et medium” (pg. 228), significando isto que a igreja era proprietária, na freguesia, de searas e mais quatro casais e meio. Além disto, a igreja de Palmeira detinha também propriedades noutras freguesias vizinhas, conforme se refere dos respectivos depoimentos do mesmo ano. Assim, tinha em Vila Cova um casal e meio, mais cinco casais em Gemeses e um casal em Gandra.

A identificação destas propriedades, quer das que se situavam na própria freguesia, quer das que detinha nas paróquias atrás mencionadas, se bem que reportada a datas muito posteriores, poderá fazer-se através dos tombos da comenda mencionados em 1.2. a).

Em qualquer dos tombos constam também propriedades da igreja de Palmeira situadas nas freguesias das Marinhas, Fão e Esposende. Estas poderão ter resultado de compras ou doações efectuadas mais tarde ou, pelo menos no que respeita a Esposende, de reajustamento da respectiva demarcação com a paróquia de Gandra.

A propósito de uma das propriedades, no depoimento de 1258 relativo à freguesia de Gemeses (pg. 311) diz-se que “Fernandus de Lago ten una erdade de Sancta Ovaya na vinea, que soya a dar na renda, et ora non na dá”.

Este Fernando ou Fernão do Lago, que aqui se diz que costumava pagar o

encargo fiscal (ou renda) devido à Coroa, mas que na altura o não fazia, vem também mencionado nos textos do mesmo ano relativos às vizinhas freguesias de Gemeses e de Perelhal.

Manuel de Boaventura, num seu estudo intitulado “Três Trovadores Medievais”⁶, admite que se trataria de um rico proprietário da região, porventura com bons serviços prestados como cavaleiro, o que invocaria, talvez, para justificar a imunidade fiscal. Sugere o mesmo autor que este proprietário medieval de Gemeses seja talvez o trovador que ficou na história da Literatura com o nome de Fernão do Lago, embora dele apenas se conheça uma cantiga de amigo.⁷

Com efeito, o seu poema refere-se a Santa Maria do Lago, invocação ali muito conhecida desde recuados tempos.

O facto de não pagar os direitos à Coroa, que então se chamavam “renda”, não significa que se colocasse também em situação faltosa para com a igreja proprietária das terras, que teria direito a uma prestação anual designada por “foro”.

b) - Outras instituições religiosas

Segundo se refere no respectivo texto de 1220 havia, na altura, quatro instituições religiosas exteriores à freguesia que detinham propriedades em Palmeira.

Trata-se dos mosteiros de Tibães (com seis casais e uma quinta com as suas searas), de Banho (com seis casais), de Palme (com quatro casais e um quarto), e ainda da igreja de Santa Eulália de Rio Covo (com três casais).

O reconhecimento das propriedades dos três referidos mosteiros será, em certa medida, possível através dos respectivos tombos, reportados embora a datas muito posteriores.

Os tombos de Tibães e de Palme, que foram mosteiros da ordem beneditina, encontram-se no Arquivo Distrital de Braga, enquanto que o único tombo conhecido relativamente a Banho, reportado ao ano de 1687, se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (núcleo dos tombos das comendas da Ordem de Cristo, nº. 81).

Neste tombo de Banho, as propriedades situadas na freguesia de Palmeira vêm mencionadas desde a folha 926 até ao nº. 968, depois da qual faltam algumas folhas.

No que respeita à igreja de Santa Eulália de Rio Covo, embora o Dr. Teotónio da Fonseca, no seu livro “Barcelos Aquém e Além Cávado”, vol. II, no título respectivo, tenha citado um tombo relativo ao ano de 1718, certo é que não me foi possível localizá-lo, tendo apenas encontrado ordens para tombar, relativas aos anos de 1719 e 1720, na documentação da respectiva comenda.

Relativamente à mesma freguesia conhece-se uma lista de arrematação dos bens da sua igreja situados na freguesia de Palmeira (lista nº. 6507, de 12 de Junho de 1890, depois reformada pela lista nº. 7440 - ANTT, listas de arrematação, Livro 898). Mas as informações disponíveis neste documento são muito escassas e imprecisas e, porque reportadas a mais de seis séculos após a data das inquirições, serão igualmente muito incompletas.

c) - Reguengos

As propriedades que a Coroa detinha na freguesia de Palmeira situavam-se todas no lugar de Terroso.

Com efeito, diz-se no depoimento de 1220 que “Dominus Rex habet in Terroso iij casalia”, enquanto que em 1258 se se afirmava que “o meyo de Terroso est regaengo d’el Rey”.

A identificação de todas ou, pelo menos, de grande parte destas propriedades reguengas é possível fazer-se a partir da documentação existente no Arquivo da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, com referência a este lugar. Ali se encontram várias dezenas de contratos de emprazamento de propriedades em Terroso, que foram reguengas, admitindo-se que ali se encontre também outra documentação relativa ao mesmo lugar.

d) - Propriedades de particulares

A grande extensão territorial da freguesia permite aceitar que haveria ainda uma razoável extensão de terrenos na posse de particulares.

Uma boa parte dessas propriedades, situadas na metade sul da freguesia, estaria talvez na posse dos herdeiros de Paio Godins e de Gontinha Nunes, a que se refere o ponto 5.2.

Aliás, como atrás se referiu (ponto 6.3.2), os títulos de DOM, que distinguem os nomes dos dois moradores, poderão representar uma posição social prestigiada em resultado da sua riqueza, cujo principal suporte eram, na altura, as propriedades agrícolas.

6.3.5 - Obrigações dos moradores perante o Rei

6.3.5.1 - Prestações fiscais

a) - Terroso e Palmeira-Susão

Em matéria de obrigações fiscais comuns ao lugar de Terroso e ao resto da freguesia, os textos das Inquirições de 1220 referem-se unicamente ao imposto de “voz e coima” (= justiça), que era de cinco maravedis para a “villa” de Terroso (o que parece abranger todos os respectivos casais, quer reguengos quer não), e de sete maravedis e um carneiro para o resto da freguesia (Palmeira-Susão).

Por seu lado, o inquérito de 1258 refere, sobre a mesma matéria, mais uma galinha por cada fogo. Mas os moradores de qualquer dos lugares da freguesia pagavam, quando a isso fossem condenados, as coimas relativas aos quatro casos-crimes pois, se em 1220 se diz, quanto a Terroso, “exceptis inde quatuor”, em 1258 refere-se expressamente, quanto aos moradores deste lugar assim como para os de Palmeira-Susão, que “pectant quattuor caomias, se as fazem”.

b) - Só o reguengo

Os três casais reguengos pagavam, no seu conjunto, encargos muito pesados.

Com efeito, a título de foros e outras obrigações, cada um dos três casais pagava um terço dos produtos agrícolas das terras em cultivo, a que acrescia um quinto do produto das terras que arroteassem na zona de mato virgem.

Encargos iguais teriam de pagar ao mordomo se o Rei o mandasse instalar no local mas, mesmo no caso de ele ali não residir, nem por isso ficavam desonerados de obrigações equivalentes, pois teriam de pagar vinte moios de pão pela medida de Perelhal, quer tivessem quer não tivessem (= quer ayam quer non ayam).

A isto acresciam também outros encargos chamados direituras, referidos quer em 1220 quer em 1258, e que consistiam no pagamento por cada um dos três casais reguengos, de uma taleiga de pão, um soldo, um frango e dez ovos (no texto de 1220 referem-se vinte ovos, mas parece que erradamente, como resulta da leitura do depoimento seguinte).

A tudo isto acresciam ainda outras obrigações. Com efeito, refere-se no inquérito de 1258 que, na altura da recolha do pão das eiras, cada casal deveria pagar também um cesteiro de cevada pela medida reguenga.

Mas havia ainda outros encargos, que no texto de 1258 se chamam “direituras de porco”, possivelmente por criarem estes animais, e que consistiam no pagamento, no conjunto de três casais, de três soldos em dinheiro, três frangos e trinta ovos, e ainda três fogaças, cada uma constituída por um alqueire de trigo segundo a medida de Barcelos.

De tudo isto resulta que os lavradores das terras reguengas se encontravam, perante o fisco, numa situação mais gravosa que os restantes moradores da freguesia.

c) - Nota de comentário

As inquirições relativas a esta freguesia, especialmente o texto de 1258, são muito interessantes em matéria de informações de natureza fiscal.

Para além de referirem várias medidas de capacidade e três dos seus padrões então correntes (medidas reguenga, de Perelhal e de Barcelos), enunciam um

curioso processo de combinações de prestações fixas e de prestações proporcionais, que mereceu de Alexandre Herculano uma atenção especial na nota de fim de página número 89 do L.º III, Parte VII, da sua História de Portugal, ali afirmando que “esta matéria pertence à história da fazenda pública”, ali remetendo para o corpo do texto, em que se comenta que “isto é apenas um expediente fiscal, um meio de simplificar a percepção dos direitos reais, que não muda nem a natureza das prestações nem a natureza do colono”.

6.3.5.2 - Prestações pessoais

a) - Terroso e Palmeira-Susão

Para além das prestações em dinheiro ou em espécie, os moradores da freguesia de Palmeira, como se verificava, na generalidade, em relação às outras localidades, estavam obrigados a realizar diversos trabalhos gratuitos, fixados pela administração da Terra de Neiva.

Nos respectivos textos distinguem-se as obrigações que eram exclusivas dos que trabalhavam as terras reguengas de Terroso, e as que abrangiam também os moradores de Palmeira-Susão.

Em matéria de obrigações comuns regista-se, no texto de 1258, que uns e outros “vam ao Castello”. Significa isto que, especialmente os homens válidos da freguesia, deveriam executar no castelo de Neiva, sob as ordens do casteleiro, os trabalhos que lhes fossem ordenados, e que se enquadravam nas obrigações de “anúduva”.

b) - Requengo de Terroso

b. 1 - Transporte

Em relação aos trabalhadores das terras reguengas a lista de obrigações era mais extensa, segundo decorre do mesmo texto.

Dois dos seus pontos respeitavam a encargos de transporte, com os seus carros.

Uma destas obrigações consistia em transportar, para o celeiro de Curvos, o produto das respectivas rendas (= am de levar o pam al Rey a Curvos).

Outra obrigação desta natureza consistia em “ir a todo o Juygado de Neyá pola penora do omizio conuszudo cum no Porteiro d’el Rey, e darem na pegnora aos Tronqueiros de Curvos, que a guardem”. Significava isto que os trabalhadores dos reguengos de Terroso eram obrigados a ir buscar, por todo o julgado de Neiva, os produtos das coimas ou multas aplicadas pela Justiça em casos-crimes de homicídio, para guarda dos Tronqueiros de Curvos que se presume serem, na altura, os responsáveis pelo celeiro ali existente.

b. 2 - Fazer a ramada ao Rei

Além de tudo isto, os moradores de Terroso “am d’ir fazer a ramada al Rey a Curvos”.

Referindo-se a esta obrigação, o Dr. Teotónio da Fonseca (pg. 80), afirma que “fazer a ramada ou ramata era lançar ao fundo dos poços dos rios ramos de árvores para que o peixe, subindo a eles, ali se acolhesse e mais facilmente fosse pescado”.

Porque os moradores de Curvos estavam igualmente sujeitos a esta obrigação, num texto que escrevi sobre a mesma freguesia (“Curvos. Notas para uma monografia”, em BCE nº. 17, pgs. 63-95), tive oportunidade de justificar uma interpretação diversa, na qual se concluiu, retomando uma opinião do Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que “fazer a ramada (...) não é mais do que o trabalho de podar e de recompor os paus da latada, arrumando os braços da videira”.

Em abono da interpretação que se apresenta no meu referido trabalho recorda-se que nas Inquirições de 1258 (pg. 308), respeitantes à então paróquia de Barcelos, onde também se fala em vinho, diz-se exactamente que os seus moradores “am de fazer al Rey a ramada da Devesa de el Rey de Barreiros”. A ramada do rei era, por isso, numa vinha e não no rio Cávado, que ali passa.

O que se acaba de expor parece retirar qualquer credibilidade à referida interpretação do Dr. Teotónio da Fonseca, aliás repetida, mais tarde, em textos de outros autores, que se informaram no seu livro.

7 - OS LUGARES DA FREGUESIA

7.1 - Nota geral

Dos documentos mencionados nos números 5 e 6 constam apenas referências aos lugares do Faro, de Palmeira, de Terroso e de Susão, enquanto que o topónimo Santa Baia corresponde, na linguagem popular de então, ao nome da padroeira da freguesia.

Há, porém, um outro lugar que, não se encontrando mencionado nos referidos documentos, parece ser também de origem remota. Trata-se de Eiradana.

Assim, a todos estes lugares se farão, nos pontos seguintes, algumas referências.

7.2 - Santa Baia

Sancta Ovaia ou Sancta Vaia eram, ao tempo das Inquirições, as palavras que, na linguagem popular, correspondiam à forma erudita de Sancta Eolalia.

De facto, se em 1220, nos quatro depoimentos, esta paróquia vem sempre titulada como “Sancta Eolalia de Palmeira”, já em 1258 figura como “Sancte Ovaye de Palmeira”.

Acresce ainda que, no referido ano de 1220 (Bens das Ordens), esta mesma paróquia vem mencionada com “Sancta Vaia” no depoimento de Gandra (pg. 229) e Sancta Ovaia” no texto de Gemeses (pg. 230), o que justifica a designação actual de Santa Baia.

A partir deste nome, parece ainda legítimo admitir que, no actual lugar de Santa Baia, terá existido a primeira igreja paroquial, e que dela poderão ser os vestígios de uma construção religiosa que ali foram descobertos, conforme o Dr. Teotónio da Fonseca (pg. 81), regista no seu trabalho.

7.3 - Faro

O nome do Faro nunca vem referido nos textos das Inquirições relativas a esta freguesia. Consta, no entanto, nos três documentos anteriores, referidos no ponto nº. 5, como em devido lugar se registou, e ainda no texto das Inquirições de 1220 relativo à freguesia de Gandra (pg. 229).

Quanto à etimologia deste nome se apresentaram, no ponto 5.1, algumas observações, e ao assunto se reporta também a Carta Arqueológica de Esposende sob o nº. 45 (BCE nº. 11-12, pg. 101-102).

Segundo se escreve neste documento, no “monte Faro (...) teria funcionado um farol ou facho”, de que se não conhecem quaisquer vestígios arqueológicos. Acrescenta no entanto o seu autor que “indícios de um presumível muro” ali encontrados “e o desbaste operado em alguns dos penedos que circundam o alto, sugerem a presença de uma estrutura onde estaria instalado o facho e provavelmente uma atalaia, esta com a missão de observar o que se passava na costa ao longo do curso inferior do Cávado e de vigiar a via medieval, com laivos de romanidade, que vindo da Barca do Lago lhe passava no sopé ocidental”.

Num documento do ano de 1134 (Liber Fidei, nº. 423, obra publicada sob a responsabilidade do já referido Doutor Avelino de Jesus Costa), refere-se ao monte de Goios, que Manuel de Boaventura identifica com o monte do Faro, conforme adiante se refere (9.3).

Como nota final a este respeito, parece digno de registo o facto de este nome se ter mantido ao longo dos séculos a par de outras localidades mais famosas, como o de uma cidade algarvia e de uma localidade da região de Vigo (Espanha).

7.4 - Palmeira

Há no país, especialmente a norte do rio Douro, muitas freguesias e lugares com o nome de Palmeira.

Correspondendo este nome a uma espécie botânica de grande porte, poderá acontecer que, pelo menos em algumas, tenha havido uma relação entre o nome da planta e o topónimo.

Relativamente ao nome desta freguesia, o Dr. Teotónio da Fonseca (pg. 75) diz que “parece vir de peregrino ou estrangeiro, que na baixa latinidade se chamavam palmarius, palmatus” pois que “os peregrinos da Terra Santa, quando regressavam à Pátria, traziam um ramo de palmeira em sinal de terem acabado a sua peregrinação ou romaria e daí lhes veio o nome de palmeiros”.

O nome de Palmeira poderia igualmente resultar do apelido de uma pessoa ou família, apelido que já aparece em documentos dos primórdios da nacionalidade.

Em todo o caso, para a hipótese de o nome de Palmeira resultar dos “palmatos” ou portadores de palmas, parece mais aceitável a sua relação com os peregrinos de Santiago de Compostela, pois sabe-se que esta freguesia ficava no roteiro dos que, atravessando o rio Cávado no sítio da Barca do Lago, se dirigiam depois no sentido de Palme-Fragoso-Cossourado, em direcção à Galiza.⁸

De facto, por estes sítios, estavam muito em voga, nos princípios da nacionalidade, as peregrinações a Santiago de Compostela, não havendo indícios de movimentos desta natureza dirigidos para a Terra Santa.

A semelhança dos nomes parece sugerir, aliás, que Palmeira e Palme, com proximidade geográfica, terão também afinidades de ordem etimológica.

7.5 - Terroso

O nome deste lugar vem referido nos textos de ambas as Inquirições a propósito dos casais reguengos que a Coroa ali detinha, conforme se disse já no ponto (6.3.4-c).

Conforme noutro ponto se disse também (4.2.4), o texto de 1220 classifica este lugar como “villa”, o que pode fazer presumir o seu povoamento romano, facto que nem seria de estranhar, pois neste lugar se situa uma importante mamoa de tempos muito mais recuados (ponto 3.2.2).

O nome do lugar poderá ter sido atribuído em função das características geológicas do seu terreno, ou de um determinado sítio, que não seria rochoso ou “fragoso” (nome este com que foi designada uma freguesia também geográficamente próxima).

7.6 - Susão

O lugar de Susão fica a norte da freguesia, nos seus limites com a de Curvos, do lado nascente.

Os dois textos das Inquirições referem-se a “Palmeira de Susaa” como a parte da freguesia que não inclui o lugar de Terroso, mas poderá porventura excluir também a parte sul (pelo menos grande parte do lugar de Eiradana).

Em diversos documentos posteriores aparece também a designação de Palmeira-Susão mas, na maior parte dos casos, reporta-se-á especificamente ao lugar do Susão. Poderá verificar-se isto, por exemplo, em registos paroquiais de baptismo no período de 1725-1735, em que este lugar é, nuns casos, identificado pelo seu próprio nome e, noutras situações, associado ao de Palmeira.

O nome “Susão” é muito raro no toponímia portuguesa, apenas se

conhecendo, dentre os concelhos mais próximos, a localidade de Portela Susã, perto de Barroselas.

7.7 - Eiradana

Nas Inquirições não se menciona o lugar hoje conhecido por Eiradana, situado na parte sul da freguesia. No entanto, poderá tratar-se de uma designação muito antiga, proventura já conhecida no tempo dos respectivos inqueritos.

O escritor Manuel de Boaventura, no seu “Vocabulário Minhoto”⁹ apresenta, como antecedentes desta palavra, as formas seguintes: Eira de Anega, Eira d’Anega, Eira da Nega e Eiradaga.

O mesmo autor cita uma explicação constante no “Elucidário”, de Viterbo, relativamente a uma outra forma que parece ter o mesmo conteúdo. Assim, segundo a sua opinião, o nome do lugar teria, outrora, o significado de “foro ou pensão de frutos que os colonos pagavam ao Senhorio da terra”.

Num contrato pelo qual, em 22 de Novembro de 1767, o vigário de Palmeira, padre Caetano Vilas Boas, comprava uma propriedade, diz-se que o respectivo vendedor residia no lugar de “Eyradanega” enquanto que, numa ligeira análise aos registos paroquiais de baptismo no período de 1725-1735, se podem verificar grafias como as de “Eira d’Anega” e de “Eira Danega”.¹⁰

Nos primeiros tempos da nacionalidade, designadamente ao tempo das Inquirições, a palavra “Donega” teria mais ou menos o sentido de propriedade pertencente a pessoa prestigiada, porventura nobre ou com aspirações a nobilitação que, por este ou outros expedientes, procurava beneficiar dos privilégios das terras “Honradas”, recebendo para seu proveiro as rendas ou prestações devidas à Coroa em função das mesmas propriedades.

Como se disse noutro momento, quando as Inquirições referem apenas o lugar de Terroso e Palmeira de Susão com obrigações perante a Coroa, parece estarem, implicitamente, a admitir a imunidade fiscal da parte sul da freguesia, onde exactamente se situa o lugar de Eiradana.

Tudo isto leva a presumir a existência de propriedades imunes ou privilegiadas na parte sul da freguesia, na posse de um senhorio da classe fidalga. As suas propriedades constituiriam assim uma “Donega”, e os tributos que receberia dos respectivos trabalhadores ou foreiros, substituindo-se à Coroa, com legitimidade ou sem ela, teriam o enquadramento da “Eiradanega”.

Nas referidas propriedades não entrariam, por conseguinte, o mordomo das eiras ou o meirinho das coimas, cabendo também ao senhor dessas propriedades a administração da justiça no respectivo quadro geográfico.

Sobre este assunto regista-se também que, no tombo de 1702 (Honra de Palmeira) se menciona no mesmo lugar a “pena Dana”. Se a primeira palavra

se refere a um penedo, a palavra “Dana” poderá representar, já então, a forma simplificada de “Anega”, o que parece apoiar a hipótese que se apresenta sobre a origem e a antiguidade do nome deste lugar.

8 - INSTITUIÇÕES PRIVILEGIADAS

8.1 - O couto de Palmeira

Nos depoimentos aos inqueritos de 1220 e de 1258, relativos a Palmeira do Faro, nunca se refere a existência de um couto na freguesia. Mas atrás se disse já que, o facto de as obrigações para com a Coroa apenas incidirem sobre as localidades de Terroso e de Palmeira de Susão, parecia indiciar a existência de uma extensa área imune, centrada no lugar de Eiradana.

Por seu lado, os declarantes da paróquia de Zopaes (= Marinhas) afirmavam que “Omees de Goyos metem se no couto de Palmeira et de Faro e vam lavrar a erdade foreya de Goyus, et non querem dar na renda e torna se a renda sobre los outros omees de Goyus” (Pg. 312).

Aqui se fala expressamente no “couto de Palmeira” e, sobre este caso concreto, Alberto Sampaio considera-o como um “vestígio da humana capitatio”, que “sobrevivia na solidariedade de todos no pagamento de certos foros, sobretudo pela habitação, embora alguma casa se despovoasse e os inquilinos se pusessem sob a protecção de pessoa poderosa, a quantia era paga pelos restantes”.

Explicitando melhor a sua opinião, embora num plano mais geral, o mesmo autor acrescenta que “o abandono da habitação era trivial, se havia perto Couto, Honra ou herdamento ingénuo; mudada a residência para terra imune, de lá vinham lavrar os campos, livrando-se das coimas, exigências fiscais, e das prestações pela moradia, satisfazendo só as da cultura, se o protector os não defendia de todos os encargos”.¹¹

Sem mencionarem o couto de Palmeira, outras passagens do mesmo depoimento das Marinhas parecem, implicitamente, admitir a sua existência.

Com efeito, ali se diz que “in Espoesendi ha uno casal de Sancta Ovaya de Rio Covo, et lavram no os de Palmeira et non querem dar renda al Rey” enquanto que, noutro passo, se refere também que “filios et netos de Coteiffe sum erdadores de Gontimir et foram se morar a Palmeira, et lavram a erdade de Gontimir et non dam dela renda al Rey”. Esta localidade de Gontimir, nas Marinhas, vem referida no documento citado no ponto 5.2, e também no documento do “Liber Fidei” citado no ponto 7.3 (ver ponto 9.3).

Os coutos eram zonas cujos moradores gozavam do privilégio de imunidade perante algumas obrigações, especialmente de natureza fiscal, e nessas zonas não intervinham os juizes de Neiva nem os seus meirinhos ou mordomos. A função juriscional estava, na respectiva área, a cargo do seu protector, que recebia também, em proveito próprio, as prestações de natureza fiscal.

A criação das instituições desta natureza assentava, por tradição, em carta régia, como se verificou relativamente ao Couto de Fragoso, no tempo de D. Afonso Henriques. A administração dos coutos ficava, em numerosos casos, ao cuidado de um mosteiro ou de uma igreja e, por vezes, de uma personalidade prestigiada.

Porém, à margem dos diplomas das chancelarias régias, muitos coutos se constituíram em diversas localidades, beneficiando do consentimento das autoridades e da protecção de poderosos proprietários locais.

Os limites geográficos das zonas coutadas eram, em numerosos casos, assinalados por marcos ou padrões.

O couto de Palmeira não abrangia toda a freguesia pois que, para além do que já se referiu sobre o assunto, em documentos conhecidos fala-se da existência de uma “pedra do couto que está em Terroso e Palmeira” (antes de 1474), a qual corresponderia ao “penedo do couto que está em Terroso”, conforme se identifica no tombo de 1702 ou, mais exactamente, situado “no monte em cima, entre Terroso e Palmeira” (tombo de 1635).¹²

Noutros documentos referem-se a Lagoinha do Padrão, o padrão de Lamelas, o padrão da lagoa das Antas ou, simplesmente, padrão das Antas, os marcos da lagoa e do Guimarães, o marco de S. Roque, assim como a já referida pena Dana, marcos e padrões que, no todo ou em parte, poderão estar relacionados com a demarcação dos limites geográficos do couto.

A fuga aos encargos parece que não abrangia, como diz Alberto Sampaio, os foros ou as prestações devidos ao senhorio das propriedades mas apenas as prestações devidas à Coroa, como os tributos de voz e coima e outros encargos, que se incluíam no conceito amplo de renda. Com efeito, nas duas últimas transcrições, quer nos casos dos foreiros das propriedades da igreja de Rio Covo, quer dos herdeiros e, por conseguinte, proprietários, de Gontimir, a recusa consiste apenas nos pagamentos devidos à Coroa.

Em minha opinião, os privilégios que se praticavam no couto de Palmeira - que não teria carta de constituição e se situaria, assim, num plano de legalidade duvidosa - não terão perdurado muito para além do ano de 1258, o mesmo podendo ter acontecido com outras instituições da mesma natureza que os próprios textos das Inquirições referem quanto a Curvos, Banho, Feitos (então S. Tiago de Eixate), Palme, etc..

Por sua vez, o couto de Fragoso, instituído por carta régia de D. Afonso Henriques transcrita no respectivo depoimento de 1258, perdurou ainda por alguns séculos.

8.2 - A “Honra” de Palmeira

No reinado de D. Dinis realizaram-se também diversas inquirições, visando

especialmente o conhecimento das pessoas que se consideravam imunes ou isentas do pagamento dos impostos à Coroa sob o pretexto de se considerarem “Honradas”.

Se os coutos se reportavam a uma determinada área geográfica e resultavam de mercê régia, os privilégios da “Honra” eram igualmente concedidos por favor real a determinadas pessoas, como recompensa, e somente em sua vida.

Verificar-se-iam, porém, muitas situações em que algumas figuras da nobreza ou da burguesia se consideravam beneficiárias destes privilégios e, por isso, não pagavam ao Rei os tributos devidos pelas suas terras e pelas suas habitações.

A primeira inquirição de D. Dinis à freguesia de Palmeira do Faro decorreu no ano de 1290 e, segundo consta nos respectivos autos, conforme transcrição no estudo mencionado no ponto (1.3.c), costumavam ou “soyam os da honra de Palmeira ir perante o juiz de Neiva, e que ora não vem aí”.

Reconhece-se, por este documento, a existência de uma “Honra” em Palmeira do Faro, que tinha também o privilégio de não responder perante o juiz de Neiva ou seja, teria autonomia judiciária sobre os moradores na área das suas propriedades.

Porém, no mesmo inquérito, acrescenta-se que “mando da parte de el Rey que venham perante o juiz de Neyva e que não haja ai outro juiz”, daqui decorrendo que a função de julgar deveria ser assumida pelas autoridades respectivas do Castelo de Neiva, o que tanto pode ser considerado como uma medida de centralização da Justiça como o reconhecimento da natureza precária do vínculo da “Honra”.

Pelo menos na sua grande parte, as propriedades coutadas seriam as mesmas que passaram a constituir a “Honra”, admitindo-se que corresponderiam também às que, situadas nesta freguesia, resultaram do testamento referido no ponto 5.2.

Poderia, assim, a “Honra” ser criada para assegurar a manutenção dos privilégios do “Couto”.

Nada se conhece sobre os nomes dos proprietários que, antes do rei D. Dinis, exerceriam a tutela sobre as terras coutadas que viriam a constituir a “Honra”.

Sabe-se porém que, neste mesmo reinado, foi titular da respectiva “Honra” um filho bastardo de D. Dinis, de nome D. Pedro Afonso, depois nomeado conde de Barcelos, e que viria a ser autor de um famoso “Livro de Linhagens”.

9 - NOTAS COMPLEMENTARES

9.1 - Património arqueológico

Verifica-se, pela leitura dos números 2 e 3 do presente trabalho, que não

estão identificados os vestígios de algumas das mamoaas referidas em diversos tombos.

Se é possível que, num caso ou noutro, se venha a confirmar a sua existência sem que se tenha assinalado o seu interesse histórico, em muitos outros casos os trabalhos agrícolas terão obrigado ao nivelamento das terras e ao desaparecimento dos respectivos dolmens ou antas.

Mas é possível que, no futuro, outros vestígios venham ainda a ser descobertos debaixo da terra que hoje pisamos.

Perante a depreciação de algumas mamoaas ou o desencaminhamento de outros vestígios, que até agora se terá verificado, e que muito enriqueceriam o património cultural da freguesia, devem acolher-se com satisfação as atitudes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia que conduziram à compra do monte onde, para além da capelinha do Senhor dos Desamparados, com elevado significado histórico, se encontram também vestígios de um castro da Idade do Ferro.

Não se mencionou, no texto, uma sepultura cavada na rocha, existente na freguesia, em virtude de a sua origem ser, porventura, posterior ao período em análise.

Segundo se refere na Carta Arqueológica (Nº. 50, BCE nº. 11-12, pg. 105-106), trata-se de uma sepultura antropomórfica cavada num rochedo situado no lugar de Eiradana, alguns metros a sul da actual estrada Barcelos/Esposende. Tem o comprimento de 1,94m e a largura máxima de 0,54m, com 0,35m de profundidade, faltando-lhe o tampo.

Tratar-se-á de um túmulo medieval sendo o único conhecido, deste tipo, no concelho de Esposende.

9.2 - Freguesia homónima e equívocos

A existência de outra freguesia com o nome de Santa Eulália de Palmeira, no concelho de Santo Tirso, tem dado origem a equívocos, atribuindo a uma das freguesias situações que a outra pertencem.

Com efeito, se em ambas existiu o privilégio de couto, só na freguesia de Santo Tirso foi expressamente instituído por mercê de D. Afonso Henriques, não se conhecendo igual mercê relativamente a Palmeira do Faro.

Por seu lado, Pinho Leal, no “Portugal Antigo e Moderno”, vol. VI (1875), pgs. 430, situa erradamente Palmeira no concelho de Esposende e Palmeira do Faro no concelho de Santo Tirso, esta segunda freguesia com o respectivo vigário apresentado pelo pároco de Antime, quando tal se verificava relativamente a Palmeira do Faro.

Ainda a propósito da mesma duplicidade o rev. Doutor Avelino de Jesus Costa, no seu livro “O Bispo D. Pedro”, refere não poder atribuir, quer a uma

quer a outra das freguesias, um documento de 1125 respeitante a um testamento “in villa Palmaria”, sob a invocação de Santa Eulália, que consta no “Liber Fidei” sob o nº. 718.

Ora bem. Tendo presente que a primeira designação da freguesia do concelho de Esposende foi, como disse, Santa Eulália do Faro, e manteve depois este elemento “Faro” como segundo determinativo ao longo dos séculos, parece que não lhe caberá qualquer legitimidade para reivindicar a titularidade do referido documento, a menos que sejam identificados elementos de ordem geográfica que permitam admitir uma posição diferente.

9.3 - Gontimir e monte de Goios

No documento de 1108 citado no ponto 5.2 referem-se propriedades em Gontimir, topónimo que volta a aparecer em documento do “Liber Fidei” (nº 73) e nas Inquirições de 1258, neste caso situado na freguesia das Marinhas.

Por outro lado, no mesmo documento do “Liber Fidei”, menciona-se também o “monte de Goyos” (ver 7.3).

Sobre a identificação destes dois topónimos houve troca de correspondência entre o referido Doutor Avelino de Jesus Costa e o escritor Manuel de Boaventura, tendo este concluído que o “monte de Goios” corresponde ao monte do Faro e, quanto a Gontimir, foi de opinião que poderia corresponder à actual quinta de S. Bento, também conhecida por quinta da Barraca, e se situa nas proximidades do monte de S. Lourenço.

O Dr. Manuel Albino Penteado Neiva no seu livro “Esposende. Páginas de Memórias”, 1991, pgs. 79-81, refere-se a este assunto com a devida atenção.

9.4 - O couto e a Honra

Afirma-se na parte final do ponto 8.1, que o couto não terá subsistido muito para além das Inquirições de 1258.

No entanto, há referências a esta instituição em documentos mais posteriores.

O padre Carvalho da Costa, na sua “Corografia Portuguesa” (1ª. ed., 1706, pg. 305, vol I), diz que esta freguesia foi couto, o que faz persumir que, na altura, já o não seria. Por seu lado, num documento de 16 de Agosto de 1779¹³, da rainha D. Maria I, em que consta a nomeação do primeiro mestre-escola para a freguesia, vem esta identificada como “couto de Palmeira”. E à existência deste couto, ainda no séc. XVIII, se refere J. Félix Henriques Nogueira no seu livro “O Municipio no séc. XIX” (1856, pg. 215).

A documentação conhecida por “Memórias Paroquiais de 1758”, relativamente a esta freguesia, não consta na Torre do Tombo, ou por extravio ou porque não chegaria a ser elaborada pelo respectivo vigário. E nenhuma

referência a seu respeito consta no documento correspondente à paróquia de Antime.

Esta “Memória” poderia esclarecer se, na altura, o couto de Palmeira ainda subsistia ou era apenas uma recordação de um passado distante. Mas, se estas “Memórias Paroquiais” se não conhecem, deve registar-se que a “Corografia” atrás mencionada se baseava, em boa parte, em informações obtidas através dos respectivos párcos.

Assim, as referências ao couto, reportadas aos séc. XVIII e seguinte, poderão resultar de mero equívoco com a paróquia de Palmeira/Santo Tirso, onde então haveria ainda uma instituição desta natureza tutelada por um mosteiro próximo.

Mencionou-se também, no ponto 9.2, que havia em Palmeira propriedades particulares que constituiriam uma “Honra”. Estas propriedades foram, mais tarde, doadas ao mosteiro das freiras de Santa Clara de Vila do Conde, que delas passou a fazer emprazamentos.

E porque os seus foreiros pertenceram, durante séculos, à classe fidalga, foram obtendo as mercês régias para a manutenção deste privilégio, reportando-se o último tombo desta “Honra”, tanto quanto se conhece, ao ano de 1702.

9.5 - Paróquia de Santa Eufémia

O Dr. Teotónio da Fonseca, no seu estudo sobre o concelho de Esposende, quando se referiu a Curvos, disse ter colhido na tradição que teria existido, em tempos medievais, uma terceira freguesia, com o nome de Santa Eufémia, em território que abrangeria os actuais lugares de Susão (Palmeira) e de Vilar (Curvos).

A mesma opinião foi sustentada por Manuel de Bventura,¹⁴ que se baseou na tradição, na existência de um sítio conhecido por Santa Eufémia (Em Susão), e no aparecimento de vestígios de uma antiga construção, que poderiam ter pertencido à respetiva igreja.

Não se conhecem quaisquer provas documentais abonatórias da existência de uma terceira freguesia, sabendo-se que Curvos e Palmeira já teriam as actuais demarcações em 1220, pelo que a existência da paróquia de Santa Eufémia só seria aceitável em tempos mais recuados.

Os vestígios que apareceram, se porventura denotam sinais de haverem pertencido a uma construção religiosa, poderão reportar-se a uma pequena capela, sendo pouco provável que se relacionem com uma igreja paroquial.

9.6 - Do padroado à comenda

Afirma-se no ponto 6.3.3. que a igreja de Palmeira não era do padroado real. Mas a situação viria a alterar-se.

Com efeito, mais tarde, viria a ficar sob a alçada do padroado da Casa de Bragança, depois de um período de tutela do padroado real.

Outro facto que veio a marcar a história desta freguesia foi a anexação da sua igreja à paróquia de Santa Maria de Antime, do actual concelho de Fafe. Esta anexação alterou o estatuto do pároco de Palmeira, que passou à situação de vigário, ou seja, mero representante do pároco de Antime, que propunha a sua nomeação e administrava os bens da igreja.

Mas há outra consequência relacionada com esta anexação canónica.

Com efeito, como a freguesia de Antime passou a ser uma comenda da Ordem de Cristo, com a mercê feita à Casa de Bragança para apresentação dos respectivos comendadores, as propriedades que faziam parte do património da igreja de Palmeira transitaram para a administração da referida comenda, passando esta freguesia a ter o estatuto de comenda anexa à de Antime.

E se esta situação não trouxe outras vantagens para Palmeira, pelo menos legou-lhe alguma documentação com muito interesse para a sua história. Sobre este assunto espero apresentar, noutra altura, um texto específico.

10 - CONCLUSÃO

O trabalho que agora se termina poderá, de algum modo, contribuir para um melhor conhecimento da história da freguesia de Palmeira do Faro, no seu período mais remoto.

O que se escreveu não deve considerar-se como posição definitiva sobre a matéria. Com efeito, fazer história é um processo dinâmico e sempre inacabado.

Ao longo do texto, e nas respectivas notas finais, referem-se as fontes bibliográficas e documentais com maior interesse, visando permitir a abertura de pistas para outros desenvolvimentos.

Em termos de monografias locais há, em numerosos casos, importante documentação ainda não utilizada. Mas, no que respeita a esta freguesia, acrescem também justas expectativas quanto aos resultados das escavações a realizar no castro existente em Terroso.

A história de Palmeira do Faro tem ainda alguns capítulos em aberto, conforme num caso ou noutro se salientou. Assim, oxalá que o presente estudo, situado no quadro cronológico mais remoto, possa estimular a elaboração de outros trabalhos, porventura mais exaustivos e com mais rigor.

NOTAS

1 - Sobre o ano de início das actividades escolares em Palmeira ver, no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, em Lisboa, o estudo de Augusto Mateus Ferreira Germano, copiografado, com o título de “Subsidio literário e os estudos menores de 1772 a 1782”, designadamente na pg. 64. No mesmo Arquivo se encontra numerosa documentação contabilística sobre o “subsídio literário” incluindo, naturalmente, folhas de pagamento de remunerações a professores. Sobre a nomeação do primeiro mestre-escola da freguesia pode ver-se o livro “O Marquês de Pombal e a Reforma do Ensino”, de Joaquim Ferreira Gomes (Coimbra, 1982), pg. 59.

2 - Publicado em 1993 pela Academia Portuguesa de História, incluído no livro “Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da Catedral” (pgs. 121-129).

3 - Na sua base foram publicados alguns artigos no “Farol de Esposende”, assinados por Monteiro dos Santos. De especial interesse o artigo que transcreve a “Demarcação” da Honra, de 1702, publicado no número correspondente ao dia 17 de Fevereiro de 1994, ao qual se reportam as referências que, ao mesmo tombo, se fazem no presente trabalho.

4 - O Dr. Teotónio da Fonseca identificou este sítio também como “Fim de Vila”, mas parece que erradamente. Com efeito, “Cima de Vila” consta com esta designação nos tombos da comenda de 1612 e de 1716 (nas respectivas demarcações), e ainda no tombo da comenda de Banho (propriedades na freguesia de Palmeira).

5 - Referido no estudo a que se reporta a Nota 2, texto em que se mencionam tombos realizados noutros anos.

6 - Publicado na revista “O Distrito de Braga”, em 1963, com separata editada no mesmo ano.

7 - A hipótese da relação do trovador Fernão do Lago com a freguesia de Gemeses foi retomada pelo Dr. Albino P. Campos em artigo publicado no jorna “Farol de Esposende”, de 19 de Agosto de 1994.

8 - Ver, sobre o assunto, “Os caminhos de Santiago na área Porto-Braga-Esposende numa perspectiva antropológica e eco-museológica”, de Manuel Cadafáz de Matos, incluído nas “Actas do Colóquio de Manuel de Boaventura” (Esposende, 1987), vol. II, pg. 397 e seguintes.

9 - Revista “Bracara Augusta”, vol. XX, 1966.

10 - No Arquivo Distrital de Braga encontram-se, relativamente a Palmeira do Faro, registos paroquiais de casamentos entre 1601-1823, de óbitos entre 1601-1850, e de baptismos entre 1601 e 1735, pelo menos.

11 - “As vilas do Norte de Portugal”, Editorial Vega, 1979, pg. 152.

12 - As referências ao tombo de 1635 constam no estudo referido na Nota 2.

13 - Ver o livro mencionado na parte final da Nota 1.

14 - Ver o seu artigo que consta em “Vila e Concelho de Esposende no seu IV centenário - 1572-1972”, pgs. 73-74.

Anexo 1

Censual do Bispo D. Pedro, ou Censural de Entre Lima e Ave (reprodução parcial)

vs maria d'abate i.
vs martino d'uilla fiseaina
vs petro d'barcelos ii. lampreal
vs iohne d'uilla bona i.
vs mihand i. 07
vs iacobo d'creixemir i. 07
vs pereira anlar i.
vs maria d'uilla coia ii. 07
vs saluatore d'leuio i. 07
vs michele d'umecel ii. 07
vs eolalia d'faro i.

Fig. 1

As paróquias identificadas no recorte que acima se apresenta são, pela respectiva ordem, as seguintes: Abade do Neiva, S. Martinho de Vila Frescainha, S. Pedro de Vila Frescainha, Vila Boa, Mariz, Creixomil, Perelhal, Vila Cova, Banho, Gemeses e, na última linha, “Sancta Eolalia de Faro”

(Fonte: “O Bispo D. Pedro ...”, vol. 2º, do rev. Doutor Avelino de Jesus Costa).

Inquirições de D. Afonso II - 1220 - Palmeira

Fonte: "Portugalliae Monumenta Historica",

INQUISITIONES, vol. I (1888)

- Reguengos (pg. 27)

De Sancta Eolalia de Palmeira.
Petrus Diaz abbas, Suerius Menendiz,
Petrus Nuniz, Dominicus, Petruz
Sueriz, Don Dominicus, Petrilio⁶,
Petrus Pequeno, Pasqual, Suerius
Menendiz, Petruz Nuniz, jurati
dixerunt quod dominus Rex habet in
Terraso iij. casalia, et dant terciam
panis, et de arrotea quintam; et de
directuris singulas taligas panis, et
singulos solidos, et singulos frangaos
cum x.x. ovis. Et nichil est ibi negatum.

- Foros e Dádivas (pg. 104)

De Sancta Eolalia de Palmeira.
Petrus Dias abbas, Suerius Menediz,
Petrus Nuniz, Dominicus, Petrus
Sueriz, Don Dominicus, Petrilio¹³,
Petrus Pequeno, Pasqual, Suerius
Menendiz, Petrus Nuniz, jurati
dixerunt quod dant de villa de Terroso
pro voce et calumpnia, exceptis inde
quatuor, v. morabitanos. Et de Palmeira
de Susaa vij. morabitanos, j. carneiro.
Et nichil est ibi negatum.

- Padroados (pg. 183)

²¹De Sancta Eolalia de Palmeira.
Petrus Diaz abbas, Suerius Menendiz,
Petrus Nuniz, Dominicus, Petrus
Sueriz, Don Dominicus, Petrilio, Petrus
Pequeno, Pasqual, Suerius Menendiz,
Petrus Nuniz, jurati dixerunt quod
Rex non est patronus.

- Bens das Ordens (pg. 228)

De Sancta Eolalia de Palmeira.
Petrus Diaz abbas, Suerius Menendiz,
Petrus Nuniz, Dominicus, Petrus
Sueriz, Don Dominicus, Petrilio, Petrus
Pequeno, Pasqual, Suerius Menediz,
Petrus Nuniz, jurati dixerunt quod ista
ecclesia habet senarias, et iij. casalia et
medium. Et Tivias vj. casalia, et j.
quintana cum suis senariis. Sancta
Eolalia de Rio Covo iij. casalia. Balneum
vj. casalia. Palmi iij. casalia et quartam.

Inquirições de D. Afonso III - 1258 - Palmeira de Faro
"Portugalliae Monumenta Historica"
INQUISITIONES, vol. I (1888), pg. 310

Item, in parrochia Sancte Orvaye de Palmeira. Johannes Pelaiz prelatus, Johannes Petri judex, Dominus Lupus, Pelagius Juliani, Petrus Betom, Petrus Dominici, Pelagius Bilino, Dominicus Menendi, Dominicus Johannis, jurati dixerunt:

que ele Rey non est patronus. Item, dixerunt de Palmeira de Susaa que dam al Rey cada ano vij. maravedis et j. carneiro, et segnas gallinas de cada fogo: et pectam iijj.^{or} caomias, se as fazem: et vam ao Castello. Item, dixerom que o meyo de Terroso est regaengo d el-Rey, et de quanto armporem in mato virgem deste Regaengodam quinto: et quando el Rey quiser y meter seu Mayordomo dam li o tertio de todo o froito que Deus Y der, e o quinto de quanto aromperem. Et se el Rey non quizer y meter seu Mayordomo, devem et am a dar al Rey xx. modios de pam per midida de Perylar. quer ayam quer non ayam, os que lavrarem este Regaengo. Item, quando o

Mayordomo d el Rey for pora coler esse pam dam li de cada casal j. teeiga de tritico et j. frangao x. ovos: et depois que o pam partido for de cada casal am a dar ao Mayordomo d el Rey senos quarteiros de pam pela midida de Barcelos, et am de levar o pam al Rey a Curtus. Item, dam ao Mayordomo d el Rey, quando perergem o pam das eyras, segnos sesteiros de cevada per medida regaenga. Item, dam al Rey esses casaes por directura de porco iij. soldos es iij. frangaos et xxx. ovos, et iij. fogazas de senos alqueires de tritico pela de Barcelos. Item, am estes do Regaengo de Terroso a ir a todo o Juygado de Netva pola penora do omizio conoszudo cum no Porteiro d el Rey, et darem na pegnora aos Tronqueiros de Curtus que a guardem: et devem et am d ir fazer a ramada al Rey a Curtus: et pectam iijj.^{or} caomias se as fazem: et vam ao Castello. Item, dam al Rey iij. almudes de tritico per midida de Barcelos: e isto dizem que tragem d uso.



Largo Rodrigues Sampaio - 1920-1929-1985

Caminhos portugueses de peregrinação a Compostela

Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha

O caminho de Santiago está inegavelmente na moda.

Para tal contribuiu certamente o facto de, em 1988, o Conselho da Europa o ter considerado «Itinerário Cultural Europeu» numa muito conhecida Declaração.

Mas, a partir daí, já muita coisa aconteceu.

Antes de mais foram os ralis de «todo-o-terreno», capricho de gente rica, esquecida de que os peregrinos de Santiago andavam, quase todos, a pé, e por isso, em muitos casos, também por vias e sendas onde um «todo-o-terreno» não cabe.

Logo a seguir, veio a apetência do Turismo. Ainda há poucos dias, a Região do Turismo do Alto Minho editava um prospecto a dar conta de altos investimentos neste campo, propondo uns Caminhos de Santiago por estrada, de carro, e de hotel em hotel.

A Igreja tem, é certo, tentado contrariar esta apetência do turismo e de uma cultura secularizada, lembrando que, na sua origem e ao longo de séculos, o Caminho de Santiago foi uma realidade eminentemente religiosa e, só em consequência, civilizacional. O Papa João Paulo II esteve em Compostela já por duas vezes, em 1982 e 1989, e aí lançou o tema da reevangelização da Europa; em 1988, os Bispos espanhóis por onde passa o Caminho Francês publicavam uma Carta Pastoral («Un Camino para la peregrinación cristiana»), e já este ano de 1993 o Arcebispo de Compostela fazia o mesmo, recordando, todos, sobretudo a dimensão religiosa e cristã do caminho.

A par disto, e muito particularmente em Espanha, o Caminho de Santiago é, ao longo deste ano, objecto de congressos, seminários, encontros de todo o tipo, mesas-redondas, conferências, artigos, e todo o género de referências quase diárias na imprensa escrita, na rádio e na televisão, para lá de inúmeras publicações permanentemente a ser postas à disposição nas livrarias.

Entre nós, e muito recentemente, o Prof. Doutor José Marques publicava um bem documentado e valioso estudo sobre «O Culto de Santiago no Norte de Portugal»¹.

Mas, a juntar a todo este interesse, está evidentemente o facto de este ano de 1993 ser Ano Santo Jacobeu, Ano Santo que se celebra ininterruptamente desde 1122 quando o Papa Calisto II concedeu ao santuário compostelano o «privilégio jubilar», sempre que o dia 25 de Julho cai num domingo.

Hoje, dos políticos aos historiadores em particular, todos estão de acordo em que o Caminho de Santiago teve uma importância enorme na feitura da Europa. Não vou falar disso agora, apenas me permito citar: «Em Santiago de Compostela, centro europeu de peregrinação, forjou-se muito do carácter da Europa cristã. De todos os pontos do continente acorriam os peregrinos através das rotas traçadas tradicionalmente para venerar o Apóstolo. E durante o longo caminho, quer calcorriando as estradas, quer pousando nos hospitais, quer reunindo-se nas grandes igrejas do trajecto, iam os homens das várias nações trocando ideias e permutando práticas, num enriquecimento recíproco que haveria de produzir o fundo comum do espírito europeu»². «A Europa inteira se juntou à volta do “memorial” de S. Tiago nos séculos em que ela própria se edificava como continente homogéneo e espiritualmente único», dizia em 1982, o Papa João Paulo II na soberba catedral compostelana.

Mas a peregrinação a Compostela foi, antes de mais, um acto religioso. «O Caminho de Santiago é via, peregrinação e sinal, e suscita no homem várias ressonâncias que se ouvem desde a História. “Caminho” é via que se percorre, a senda que se estende pelos lugares identificados num mapa. “Caminho” indica, para além disso, a viagem empreendida, o itinerário percorrido por cada peregrino, alegremente e com esforço. Por fim, “Caminho” significa, num sentido figurado, desde a literatura grega ao Novo Testamento, a vida humana. Nascer é a entrada, a morte é a saída. Estas três significações convergem: e na sua confluência reside, ontem e hoje, a sua força. Ao percorrer o Caminho de Santiago, aviva-se no peregrino a consciência de que a vida é como que uma marcha com uma meta. A meta é, no caso, o túmulo do Apóstolo, é Deus, a Vida Eterna»³.

Porque «apareceu» o túmulo de Santiago?

Poderíamos perguntar porquê?, como foi possível, no quase dealbar da Idade Média este fenómeno tão universal e forjador do «espírito europeu»? Não é a nossa questão de hoje.

Normalmente salientam-se as condições político-sociais conturbadas que necessitaram dum tal fenómeno unificador e dele receberam ajuda inequívoca no sentido de uma pacificação e integração (político-social também), esquecendo-se quase sempre que ele foi antes de mais uma realidade religiosa e um verdadeiro instrumento pastoral, querido e/ou aproveitado pela Igreja de então, nomeadamente através dos célebres monges de Cluny. Interpretou bem um cronista muçulmano do tempo ao afirmar que «A igreja desta cidade (S.Tiago, que está situada na Galiza) é para eles o que a Caaba é para nós»⁴.

É que, se política e socialmente, eram conturbados os tempos da Europa e nomeadamente da Hispânia, a contas com o invasor árabe, não eram melhores os da própria Igreja que, no fim do século IX, era um verdadeiro caos.

O «século de ferro» ou «obscurum» tinha cavado funda a decadência da Igreja que, ao lado da instabilidade político-social e, em consequência da decadência económica, fazia de todo o Ocidente uma verdadeira balbúrdia.

E toda esta situação de decadência eclesial atingiria o seu ponto máximo em 1054, com o Cisma do Oriente.

Apesar disso, com o início do século X (ano 910), uma luz começara entretanto a despontar no meio do caos: Cluny e a sua reforma. Enquanto isto, alguns papas de grandíssima envergadura, Leão IX (1049/1054) e Gregório VII (1073/1085), por exemplo, contribuíram também para o restauro e reforma do tecido eclesial, o que levaria ao «século de ouro», o século XIII.

Mas, na velha Hespânia, nada era melhor, quase diria bem pelo contrário.

A Igreja visigótica, já então a braços com graves problemas internos, havia sido destruída com a invasão árabe do ano 711. Seguiu-se-lhe quase logo a Reconquista, é verdade, e, um pouco mais tarde, essa espectacular realidade do Moçarabismo, verdadeiro diálogo cultural, social e religioso, um dos muitos momentos em que a Europa se afirmou um cadinho de intercâmbios.

Mas a realidade era bem mais complexa.

Quando os normandos chegaram às costas galegas e mesmo às mediterrânicas da Península, com eles se estabeleceu de novo a confusão, nomeadamente no Sul. Ameaçando os árabes aí instalados, gerou-se uma situação de grande instabilidade, de que se aproveitaram os muçulmanos mais radicais para imporem uma estrita observância do Corão, o que teve graves consequências no tratamento dos cristãos. Nasceu uma nova perseguição à população cristã, minoritária, nomeadamente em Córdova (estávamos em meados do século IX, anos (850/859), e uma nova época de martírios.

Enquanto isto, as heresias, nomeadamente a adopcianista, faziam grandes estragos no interior da própria Igreja.

Os tempos não eram seguros, apesar da firmeza que a Reconquista

aparentava: o perigo de um sincretismo teológico e consequentes convivências culturais entre o Cristianismo, o Islão e a Sinagoga pairavam um pouco por toda a parte. Tempos de insegurança, repito, e de medo, até teológico: concílios após concílios, uns contra outros algumas vezes, tentavam restabelecer a confiança. Mas estavam longe os tempos «livres de toda a perturbação», de que fala a Liturgia Romana.

Era de facto ruinoso o estado da Hespánha.

Mas, é precisamente neste conturbado século IX, vivia portanto a Europa nascente um dos períodos mais negros da sua história, política e eclesialmente falando, que uma «estrela» viria trazer alguma luz a um desconhecido rincão europeu, a remota Galiza, muito próximo do «Finis Terrae»⁵, daí a espargindo a todo o continente. Encontrado o pertenso túmulo apostólico por indicação de uma estrela⁶, aqui passariam a acorrer peregrinos de toda a Europa, do Norte e do Sul, do Leste e de todo o Ocidente, por terra e por mar.

O achamento do pretenso túmulo do Apóstolo representou então um poderoso auxílio - um verdadeiro princípio unificador - na crise que se vivia.

De princípio, o culto de Santiago teve um âmbito estritamente local, na remota Galiza. A Espanha moçárabe, por exemplo, desconhecia-o e punha-lhe mesmo certas reservas: «un cuento de ciertas monjas y viudas piadosas»⁷. Propagou-se no entanto rapidamente para o Ocidente europeu, certamente que pelo mar, no âmbito das relações entre o Norte peninsular e o império carolíngio⁸.

É a partir daí que o culto e a peregrinação a Santiago se internacionalizam, primeiro, e espanholizam, depois, criando um verdadeiro «Caminho», espécie de «cadeia viva a consolidar a unidade do mundo cristão».

Salientando este percurso temporal da devoção a Santiago, um autor afirma que «a peregrinação a Compostela aparece como uma devoção mais francesa que espanhola, mais europeia que peninsular», se bem que «não tenha tardado a espanholizar-se, isto é, a nacionalizar-se»⁹.

Mas tudo foi muito lento: a península oferecia resistências pois que a cristandade hispânica estava fragmentada em variadas tradições eclesiásticas e eram diversos os seus usos litúrgicos.

No entanto, por volta do ano 1.000, está implantado já por toda a Espanha o culto a Santiago, considerado o introdutor do cristianismo na Península e seu defensor frente ao Islão.

Havia o túmulo de Santiago sido «encontrado» (ano 820, mais ou menos) há pouco mais de 200 anos, e a Reconquista chegava ao Mondego, ano 1064. Mas só em 1143, um acordo de paz assinado com Afonso VII de Leão e Castela concedeu a D. Afonso Henriques o título de rei que, apenas 35 anos mais tarde, em 1178 portanto, o Papa Alexandre III reconheceria solenemente, bem como

o reino de Portugal. Por esta altura, estava já a peregrinação jacobea definitivamente enraizada na terra a partir de então chamada Portugal.

Não é despreciando em tudo isto o facto de o pai do primeiro rei de Portugal, Conde D. Henrique, ser sobrinho do Abade de Cluny, a ordem religiosa que tratou o Caminho de Santiago, ao longo de todo o Norte da Espanha, como um verdadeiro instrumento pastoral. Tendo sido ela que tomou a seu cargo a reevangelização do território então português, é de supor que, aqui, no Norte de Portugal, o Caminho de Santiago o tivessem tido também os cluniacenses na conta de precioso instrumento, como acontecera com o «Caminho Francês». Foi neste contexto que se «Substitui, por iniciativa dos cluniacenses, o rito hispânico ou moçárabe pelo romano, a letra visigótica pela francesa, assumem a direcção de bispados e episcopados hispânicos prelados franceses, e os espanhóis adoptam o estilo arquitectural românico»¹⁰. Este dado explica só por si, na minha opinião, que muitas das paróquias restauradas ou criadas ao tempo da segunda evangelização de Portugal tenham recebido Santiago como patrono. Era ainda o tempo de patrocinar a peregrinação; o tempo da devoção enraizada na alma popular viria mais tarde, e só o século XV veria surgirem as capelas dedicadas ao Apóstolo (bem como quase todas as outras inúmeras manifestações da devoção jacobea), bem como, a par, o culto de S. Gonçalo de Amarante: a peregrinação chegava assim ao seu auge.

Entretanto, a Reconquista portuguesa aos mouros - levada a cabo em termos de Cruzada - prosseguia para Sul ao grito de «Por Santiago aos mouros».

A Ordem de Santiago, entretanto, fundada logo no início da nacionalidade (1170?) para ajudar nesta luta, exerceria profunda influência no sul do País, no âmbito militar mas também no acolhimento prestado aos peregrinos. Também por isso ela se instalou uns lugares importantes pela sua estratégia militar e viária¹¹, assumindo assim um grande e importante papel no implantar da devoção jacobea.

Os caminhos portugueses de peregrinação jacobea

Há anos já que procuro¹² os Caminhos portugueses de peregrinação a Compostela.

Com isto quero dizer que me tenho interessado pelos caminhos físicos, não propriamente pela devoção a Santiago, tão pouco pela importância que a devoção ao Apóstolo teve na vida, na cultura, na literatura e nas artes portuguesas em geral (na escultura ou na música, como na arquitectura, um capítulo que só agora começa a interessar alguns), ou mesmo na sua economia.

Pelos caminhos físicos. A pergunta é, portanto: sendo certo, ou presumindo-se, que muitos e muitos peregrinos caminharam pelo território

português rumo a Compostela, que caminhos seguiam eles exactamente? É possível conhecê-los? Existem ainda? Podem ainda fazer-se hoje, a pé?

Não me coloco portanto na perspectiva do historiador-documentalista que manuseia documentos antigos a partir dos quais saca suas conclusões. Os seus estudos são-me fundamentais, no entanto, para me orientarem por montes e vales, e aldeias hoje perdidas, na procura de testemunhos jacobeuos que me permitam descobrir e calcorrear esses velhos caminhos que os antigos peregrinos, ao longo de séculos, caminhavam também.

O homem antigo nascia, vivia e morria na sua aldeia, regra geral. E unicamente por «ócios e negócios, devoções e paixões» se deslocava para fora dela, quase sempre a pé, por vias e sendas «de pé posto», que estradas havia poucas e más. Fora importante e boa a rede viária romana. Ao tempo em que a devoção jacobea começou a atrair peregrinos, ela existia ainda, como subsistiu praticamente até ao séc. XIX, mas então já muito degradada e, em alguns sítios mesmo destruída. Estradas novas não se haviam construído¹³. Mas nunca a falta de estradas impediu ninguém de se deslocar. Os caminhos fizeram-se sempre primeiro com os pés, só mais tarde surgindo as estradas construídas com o labor das mãos.

De qualquer modo, o peregrino jacobeu utilizou fundamentalmente as estradas romanas. Eram as únicas existentes. E o peregrino jacobeu era pobre e andava a pé. Por isso, sempre que lhe convinha, abandonava o traçado romano e cortava a direito, serra acima ou abaixo, deixando as poucas vias disponíveis para os cavaleiros e os «carreiros». Se se servisse unicamente das estradas, o meu trabalho estava de algum modo facilitado. Assim, tudo se complica.

Claro que houve peregrinos célebres, e esses não andavam, certamente, a pé: D. Pedro, primeiro bispo de Braga depois da Reconquista, esteve em Compostela em 1075, mas para participar num Concílio regional; D. Hugo, bispo do Porto (+ 1156) e antigo arcediogo de Compostela, parece ter sido o primeiro a demandar o túmulo apostólico como peregrino; D. Afonso II, estava em Compostela em Agosto de 1220¹⁴; D. Sancho II, parece ter visitado o túmulo apostólico em 1244; D. Afonso III, «em 1253, já rei, ia em peregrinação a Santiago de Compostela quando encontrou no seu caminho a beleza, a cor e a luz da região da foz do Lima que o deslumbrou, e por ali ficou»; a Rainha Santa Isabel peregrinou solenemente a Compostela no ano em que lhe morreu o marido, D. Dinis, 1325, tendo ali voltado 10 anos depois; de D. Nuno Álvares Pereira (séc. XIV/XV) diz Fernão Lopes ter sido sua intenção deslocar-se ali¹⁵, projecto que não deve ter realizado; Damião de Gois, nomeado em 1533 Tesoureiro da Casa da Índia, escusou-se pretextando a peregrinação jacobea; Clenardo, o grande humanista português, peregrinou a Compostela em 1537; Francisco da Holanda (1571/1584) esteve ali igualmente; D. Manuel visitou solenemente Compostela



no ano de 1502, numa viagem que ficou célebre. De todos estes peregrinos há notícias mais ou menos pormenorizadas dos trajectos que efectuaram. Estas informações têm-las mais precisas no caso de alguns estrangeiros que nos deixaram relatos de viagem: assim, Nicolau de Poliévolo (1484), da Silésia, dirigiu-se a Compostela, por barco, a partir de Lisboa, regressando a pé por Valença, Ponte de Lima, Barcelos, Rates e Porto; Confalonieri, que é eventualmente o mais conhecido peregrino «português» partiu de Lisboa em 1594 em direcção a Compostela, passando por Tomar, Coimbra, Porto, Barcelos, Ponte de Lima, Valença¹⁶; Cosme de Médicis entrou em Portugal em 1669 por Elvas, e, peregrinou depois por Évora, Setúbal, Lisboa, Coimbra, Porto, Rates, Ponte de Lima, Valença, seguindo por Tuy até ao túmulo do Apóstolo.

Pese embora a importância que têm estes relatos de viagem, não podemos ignorar que o eram de gente especial que não viajava nem a pé nem só, e por isso escolhia trajectos que por muitas razões lhes eram os mais convenientes ou necessários.

Mas o peregrino corrente, esse andava a pé - dizia - e queria chegar depressa a Compostela. Por isso cortava a direito quando lhe convinha: para andar mais rápido não calculava esforços. Claro que fazia desvios: procurava as pontes e as barcas de passagem nos rios que, normalmente, as não tinham, escolhia aqui e ali os caminhos mais seguros (os ladrões foram sempre grandes inimigos dos peregrinos), demandava albergarias e outros hospícios, conventos e hospitais, se e quando os havia, aproveitava mesmo para visitar algum santuário de passagem¹⁷.

Tudo isto é imensamente importante para quem tenta saber por onde, concretamente, seguiam os peregrinos.

Desta viandança ficaram-nos entretanto inúmeros testemunhos.

Antes de mais as paróquias. A organização eclesiástica suevo-visigótica havia desaparecido com a invasão árabe. Mas ao tempo que se ia formando Portugal, ou mesmo antes, séc.s X e XI, as paróquias iam sendo restauradas: muitas delas foram então dedicadas a Santiago. Nesta caso estavam rigorosamente colocadas ao lado de vias de comunicação que levavam a Compostela. São inúmeras, 187, frequentes sobretudo no Norte de Portugal. Assim como a rede de vasos sanguíneos é mais intrincada junto do coração que nas extremidades do corpo, assim no pequeno território que é Portugal, a rede dos caminhos que levava a Compostela se intrincava, sobretudo no norte do País. Prova esta afirmação a distribuição das freguesias dedicadas ao Apóstolo.

São 16 nas dioceses a sul do Tejo (2 em Setúbal, 2 no Algarve, e 4 em Beja, em Évora e em Portalegre) e 50 nas do entre Douro e Tejo (1 em Leiria, 2 em Santarém, 4 em Viseu, 5 em Lisboa e outras tantas em Aveiro, 9 em Lamego, 10 na Guarda e 13 em Coimbra). A norte do Douro, porém, há muitas mais:

8 em Bragança, 16 em Vila Real, 22 em Viana do Castelo, 27 no Porto e 41 em Braga.

Nesta contagem não se incluem as 26 paróquias de Santiago entretanto desaparecidas, muitas delas no séc. XIX, ou por reajustamento administrativo ou por decisão intra-ecclesial de tipo disciplinar. Quase todas se situavam ou em povoações das mais importantes do Portugal antigo (Bragança, Covilhã, Guarda, Estremoz, Marvão, S. João da Pesqueira, Torre de Moncorvo, Trancoso, Castelo de Vide, etc.) ou em lugares importantes de passagem na rota jacobea (Santiago de Louredo, nas proximidades de Penafiel, Santiago de Echate, próximo de Viana do Castelo, Lagomar e Sabariz, à saída de Bragança para Verín, Frades, no concelho de Vinhais, no mesmo caminho, Ourozinho, no concelho de Penedono, etc.).

Depois das paróquias, seria preciso citar as muitas capelas, quase sempre mais tardias (XV/XVIII), fruto não já propriamente da peregrinação, mas da devoção jacobea por ela estimulada.

Para além das inúmeras ainda de pé, houve muitas outras entretanto desaparecidas¹⁸: Quinta de Santiago (Barca de Alva), Mirandela, Torre de Moncorvo (onde subsistem uma Rua e uma Fonte de Santiago), Castelo Branco, Vila Nova de Gaia, no concelho de Marco de Canavezes (região citada no Itinerário de Antonino por causa da importante ponte romana de Canavezes) tenho notícia pelo menos de 4 capelas desaparecidas (Vila Boa do Bispo, Magrelos, Soalhães e Folhada), etc..

Saliento entretanto que, tal como as paróquias, também as capelas de Santiago estão ou estavam sempre situadas ao longo dos caminhos, perfeitamente detectáveis ainda hoje. As exceções (sempre muito tardias) apenas confirmam a regra.

Mas, a par, existe toda uma série de outros dados jacobeus: fontes (Torre de Moncorvo, Capela - freguesia do concelho de Penafiel, Oliveira do Douro em Vila Nova de Gaia, etc.), feiras (Mondim de Basto, por exemplo), festas (tantas que não cito nenhuma), inúmeros cruzeiros, topónimos indicando muitas vezes antigas capelas entretanto desaparecidas (Quinta de Santiago, em Barca d'Alva, por exemplo) ou que trocaram de invocação (Carvalhais, do concelho de Montalegre, ou Vila Meã, do de Castro Daire), imagens representando quer Santiago Apóstolo, quer Santiago mata-mouros, quer ainda Santiago peregrino, belos nichos como o de Escarigo, albergarias imponentes como a de Vilar de Perdizes¹⁹, do concelho de Montalegre, ou mais modestas como a de Santa Valha²⁰, do de Valpaços, ou ainda completamente transformadas como a que é hoje o edifício da Câmara Municipal de Murça²¹, mosteiros que tiveram importância na peregrinação jacobea, como por exemplo o da Junqueira, Vila do Conde que

tem uma bela imagem do Apóstolo na sua fachada, lendas como a que está representada na paroquial de Parada, Alfândega da Fé²², a heráldica, outro dos campos em que a peregrinação jacobea ficou bem testemunhada (bastaria recordar os brasões das famílias Vieira, dos Calça, ou Romeiro, etc.). Poderia ainda recordar outros dados como Irmandades e Confrarias de Santiago, algumas ainda existentes, como a da Póvoa de Varzim, por exemplo. Mas permitir-me-ão que lhes conte uma história.

Passava eu, no fim de uma tarde de Setembro, em Rebordelo (concelho de Vinhais), quando vi a tabuleta de um estabelecimento comercial: «Pronto a Vestir Santiago». Parei imediatamente e corri à igreja paroquial. Nada encontrei que me interessasse. Tentando, no entanto, explicação para o nome do citado estabelecimento, logo soube da existência de uma capela de Santiago, relativamente próxima, em Frades (freguesia de Edral), ao lado de um caminho antigo ainda utilizado que, de Zamora e Bragança, levava os peregrinos medievais para Soutochão, Vilardevós e Verín. Saberá depois que se tratava de uma antiga paróquia de Santiago.

A par da devoção de Santiago surgiram muitas devoções paralelas.

Desde logo a de **S. Gonçalo de Amarante**.

De facto, quem percorra com atenção os mais antigos caminhos do Norte de Portugal, encontrará inúmeras referências a S. Gonçalo de Amarante: freguesias de sua invocação, capelas, imagens, festas, romarias, propriedades com seu nome e relativamente frequentes hagiotopónimos, etc. Aqui e ali aparecem ainda imagens de S. Gonçalo ao lado das de Santiago²³.

Pensava-se tradicionalmente que S. Gonçalo de Amarante havia nascido em 1187, e, já depois de ordenado presbítero, segundo o melhor espírito cristão da época, resolvera partir em peregrinação a Roma e à Terra Santa. Regressando uns 14 anos depois, e no seguimento de peripécias que aqui não refiro, decidiu-se por uma vida eremítica, algures, numa gruta, junto do rio Tâmega, onde hoje é Amarante.

Conhecedor dos perigos e dificuldades que todo o viajante e particularmente os peregrinos tinham de vencer em suas andanças, e dados os riscos que se apresentavam a quantos naquele lugar tinham de atravessar o rio Tâmega - ali existira uma ponte romana, então praticamente destruída e impraticável - Gonçalo entrega-se ao fabrico de uma nova ponte que subsistiria até 1763, data em que se desmoronou.

Questiona-se, no entanto, a existência histórica de S. Gonçalo. Verdade é que a sua devoção foi e é uma realidade cuja implantação impressionará os mais hesitantes.

Entre os séculos XI e XV nomeadamente, a construção de pontes e calçadas

era considerada, um pouco por toda a Europa, uma obra de misericórdia²⁴. «Era um serviço religioso e chegou mesmo a ser um ideal de santidade construir pontes, quer prestando serviço material, quer reunindo o numerário suficiente para a sua edificação»²⁵.

Não admira portanto que, a partir do século XV nomeadamente, a fama de santidade do nosso homem se tivesse espalhado por todos os lugares directa ou indirectamente ligados ao trânsito em geral e em particular à peregrinação jacobea, nomeadamente aqueles onde havia ou era desejável que houvesse pontes.

Dos caminhos e, particularmente, destas se tornou S. Gonçalo de Amarante protector.

Os lugares do seu culto, igrejas e capelas nomeadamente, mas também altares, nunca se encontram portanto no alto de montes. A devoção a S. Gonçalo, não é, como acontece com a de Santiago - assunto a que à frente voltarei - uma devoção de substituição de antigos cultos pagãos, situados sempre em montes altos. Trata-se de uma devoção original estabelecida ao longo das estradas medievais ou mais recentes, também utilizadas por peregrinos de Santiago.

Para além de, como atrás deixo dito, aqui e ali as duas invocações aparecem lado a lado, o relacionamento das duas devoções foi tão intenso, que alguns dados da lenda de S. Tiago foram mesmo introduzidos na de S. Gonçalo²⁶.

A devoção de S. Gonçalo é efectivamente uma das muitas e, no Norte de Portugal, a maior das «devoções paralelas» do caminho de Santiago, irradiada a partir de conventos dominicanos, como é o caso do de Vila Real, a região onde mais se espalhou. Assim, freguesias e capelas, Irmandades e Confrarias, altares e imagens, padrões tridentinos mesmo, topónimos e quintas, dão-nos dela notícia, estabelecida nomeadamente ao longo dos caminhos jacobeus. O que não pode portanto menosprezar-se num estudo deste âmbito.

Um pouco como acontece com a de Santiago, a devoção de S. Gonçalo tem, implantados no terreno, inúmeros testemunhos: desde logo as freguesias (1 em Viana do Castelo, outra em Vila Real, 2 em Lamego e outras tantas no Porto, e 3 em Bragança²⁷) e as muitas capelas²⁸ que lhe foram dedicadas. Mas poderia citar, eu sei lá, o belo pórtico da igreja de Carrazedo de Montenegro, do concelho de Valpaços, o fresco da paroquial de S. Julião de Montenegro, concelho de Chaves, o cruzeiro de Vila Cova, Vila Real, os inúmeros hagiopónimos que levam o seu nome, as festas e as feiras a ele dedicadas...

Mas há outras devoções paralelas. A de S. Roque, personagem do séc. XIV, nascido em Montpellier, que, tendo-se desfeito dos seus bens, foi como peregrino a Roma. No regresso terá tomado a seu cuidado os atacados pela peste negra que, ao tempo, grassava por toda a Europa. Contagiado então pela terrível doença

e abandonado por todos, era alimentado por um vizinho que lhe mandava, diariamente, por um cão, um pão. Por isso ele é representado iconograficamente a mostrar uma ferida na perna, tendo a seu lado um cão que lhe entrega um pão que traz na boca. Para além disso, a vara e a cabaça de peregrino. Por vezes, mesmo a vieira. Aparece imenso ao longo dos caminhos jacobeus. Entre nós, e só como exemplo, poderia citar a bela capela de Sabrosa, ou o seu altar na paroquial de Leomil, Moimenta da Beira, curiosamente uma paróquia de Santiago.

Logo a seguir, S. Cristovão, uma figura lendária excluída por isso do calendário litúrgico em 1969. A sua devoção espalhou-se bastante, mesmo em Portugal, onde há várias freguesias que o têm por Orago (S. Cristóvão de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão, por exemplo, freguesia que antecede a de Santiago de Antas, do mesmo concelho, no caminho do Porto para a ponte da Lagoncinha). Convertido ao cristianismo, teria sido aconselhado por um eremita a utilizar a sua forte compleição física a ajudar peregrinos e viandantes na travessia de rios e outras passagens difíceis. E de facto, a sua devoção aparece (quase) sempre em lugares deste género, concretamente em rios onde não há ou não havia pontes. Admito que esta devoção tenha sido substituída, em alguns lugares, depois da construção de uma ponte, pela de S. Gonçalo. S. Cristovão era também invocado como protector contra a morte súbita, «a subitanea et improvisa morte», como dizia a Ladainha da Todos os Santos.

Poderia citar muitas mais. Desde logo, diversas invocações de Jesus e de sua Mãe Maria são autênticas devoções paralelas: Senhor do Padrão, Senhor da Boa Passagem (esta expressão é, em muitos casos, sinónima de «Boa Morte»; creio, no entanto, não ser descabido afirmar que, aqui e ali, é diferente o seu sentido), Senhor ou Senhora do Caminho, do Bom Despacho, do Socorro, dos Aflitos, da Guia, da Estrada, da Boa Viagem, da Lapa (esta bastante frequente a norte e no enfiamento do célebre santuário da Serra da Lapa), Senhora das Portas Abertas²⁹...

Falando de caminhos antigos, assunto a que regresso depois desta digressão «santoral», há ainda que referir a importância da toponímia directamente relacionada com a viandância em geral, que se conserva praticamente intacta, e que presta hoje um grande auxílio na detecção da antiga rede viária. Cito apenas alguns topónimos: Barco/a, Barqueira/o(s), Calçada, Cálem, Cale ou Cal, Caminho, Carreira(s)³⁰, Cruz (das Almas, da Carreira), Cume, Cumiada e Cumieira, Estrada, Parada³¹, Paradinha, Passagem, Passo(s), Penso, Ponte, Portela, Porto, Rua, Sendim³²e seus derivados.

Ao longo destes caminhos foram aparecendo, para acudir aos viandantes, a Albergaria, o Alcouce, a Estalagem, a Gafaria, o Hospício, o Hospital, o Mesão, e a Pousada. Mas também a Fonte, o Padrão (topónimo que pode indicar a

existência de um marco miliar romano ou de um cruzeiro tridentino) e a Venda. As Vilas, nomeadamente as Novas, designadas ou não por um patronímico (referindo a sua posse) ou por um qualificativo (Verde, Meã, Franca, Real, Cova, Boa, Chã, Pouca), as Vilelas e os Vilares, nasceram também ao lado destes caminhos ao longo de toda a Idade Média, bem como as Aldeias, os Burgos, as Igrejas e os Grijós, os Mosteiros e os Mosteirôs, Paços e os Paçôs e as Póvoas, do mesmo modo que, no período romano, tinham surgido as Arcas e os Arcozelos, os Cidadelhes, as Moimentas e os Marmoirais.

Colocar num mapa todos estes dados pode parecer que resulta numa distribuição anárquica de pontos de referência. Mas é fácil fazer uma constatação: todos eles estão colocados à margem de caminhos importantes na viação medieval (e até moderna) portuguesa (a 1ª revolução viária portuguesa é do século XIX, a que se seguiram outras duas já neste século), afinal a utilizada nas peregrinações jacobitas³³.

Daqui se conclui que, em Portugal não há um caminho de Santiago, mas caminhos, muitos, utilizados na peregrinação jacobita. Tudo dependia, como acima se deixa dito, do ponto de partida dos peregrinos, do trajecto por eles escolhido, dos lugares de acolhimento e pernoita procurados, das pontes e das barcas utilizadas, e dos santuários de passagem demandados. E nunca se esqueça, sobretudo, que a maioria dos peregrinos andava a pé e, por isso, escolhiam sempre o caminho mais curto.

Há, na abordagem tradicional desta questão, dois prejuízos que urge pôr de lado:

- que os caminhos de peregrinação portuguesa se faziam exclusivamente no sentido Sul/Norte. É verdade só em parte. Estou hoje convencido que uma grande parte dos peregrinos que passavam o nosso território, provinham não do sul de Portugal mas da vizinha Espanha, nomeadamente das zonas adjacentes da Via da Prata, a grande estrada romana que ligava Sevilha a Astorga, por Mérida, Cáceres e Salamanca, que traçava portanto uma linha paralela à então variável fronteira portuguesa³⁴. Era o «caminho moçárabe». Acontece entretanto que, muitos deles, não contornavam a fronteira portuguesa, mas, onde mais lhes convinha, entravam em território nacional, pendendo depois a Compostela.

- outro dos prejuízos tradicionais é o de que certas cidades e vilas (Coimbra, Porto, Chaves, Ponte de Lima, Guarda) eram passagem obrigatória na peregrinação jacobita. De facto não eram: basta reparar na colocação no terreno dos lugares de culto jacobito lateralmente a esses grandes centros. Na sua pressa de andar caminho e chegar rapidamente a Compostela, os peregrinos evitavam os centros urbanos, passando-lhes ao lado.

E foi esta viandança, intensa e que durou séculos, que espalhou, não ao

acaso, mas ao lado dos caminhos utilizados pelos peregrinos, muitos dos inúmeros testemunhos que fui referindo, dando assim origem a uma verdadeira devoção ao Apóstolo, autónoma em relação à peregrinação mas dela dependente e dela memória. Assim entrou na alma do nosso Povo que

«S. Tiago da Galiza
é um cavaleiro forte;
e quem lá não for em vida
há-de ir lá depois da morte!».

Ao mesmo tempo, entretanto, esta afirmação permite ainda concluir que a devoção a Santiago (como aliás a de S. Gonçalo) é, em Portugal, não uma devoção de substituição (não substituiu nenhum culto pagão pré-existente), antes é uma devoção autónoma, cujas razões se têm de procurar na realidade da peregrinação jacobea.

Quero ainda referir uma intuição que tenho mas ainda não posso provar. Ao tempo da Guerra da Independência, levada a cabo por D. João I, o padroeiro de Portugal que era Santiago - «Por Santiago aos mouros!» - foi substituído pelo da nossa aliada Inglaterra, S. Jorge.

São Jorge, era, segundo a lenda, originário da Capadócia e, guerreiro valente, salvou a filha do rei de um terrível dragão. O seu culto foi rejeitado por um Concílio regional já no século V. Admitido apesar disso como padroeiro de Portugal, o seu culto ter-se-á estabelecido em alguns lugares onde anteriormente se venerava o Apóstolo?

Dou só um exemplo a apontar no sentido da minha suposição. Vilar de Peregrinos, do concelho de Vinhais, é uma freguesia toponimicamente muito curiosa. Teve origem numa outra, mais antiga, dita S. Cibrainho (diminutivo de S. Cibrão, hagiotopónimo que por sua vez é corrupção de S. Cipriano). De facto, na área desta freguesia, há um lugar designado com aquele nome, onde existe uma capela hoje dita de S. Jorge. Chama-se hoje a freguesia Vilar dos Peregrinos. Vilar, porque fragmentação de uma «villa» matriz, certamente a de S. Cibrainho; «de Peregrinos», pois «por esta região bragançana, ..., passava uma das vias mais favoráveis às peregrinações constantes e longínquas a Santiago de Compostela»³⁵. O nome primitivo da paróquia, «Villa Sancti Cipriani», terá sido substituído pelo actual no século XIII. Terá a actual capela de S. Jorge, a primitiva paroquial dedicada a S. Cibrão, sido atribuída, depois da Reconquista, a Santiago? Recordo que, muito perto de Vilar de Peregrinos, mas no mesmo caminho que conduz a Vinhais, a paroquial de Vilarinho de Agrochão, tem também uma outra imagem de S. Jorge.

Resumo todo o meu pensamento em palavras breves e simples. O túmulo de Santiago «apareceu» num determinado contexto histórico, de conhecidas coordenadas político-sociais e eclesiais. Poderei falar de um «Sitz im Leben», isto é, de um determinado contexto humano e eclesial, importantíssimo para se entender um facto que, antes de mais foi religioso: o achamento do túmulo e a peregrinação a Compostela rapidamente estendida por toda a Europa. Este aspecto da questão é fundamental: trata-se duma expressão religiosa da fé cristã num determinado contexto. A fé, toda a fé, por maioria de razão - permito-me dizer - a fé cristã, implica uma cosmovisão e uma mundividência que a peregrinação expressa. Por isso, peregrinar a Compostela foi, antes de mais nada, um acto religioso, e um acto cristão.

Por isso mesmo, foi um instrumento pastoral aproveitado nomeadamente pelos cluniacenses, trazidos à Hispânia para os trabalhos de Reevangelização pedidos pela Reconquista. Mas foi também um acto de cultura, progressiva e grande, fautor de uma Europa dialogante e intercambiadora, como, e muito bem, historiadores e políticos salientam hoje devidamente.

Este instrumento pastoral gerou, entretanto, uma enorme devoção ao Apóstolo, estendida por todo o lado e muito concretamente - no caso que particularmente nos interessa - a Portugal. A par de tudo isto, nasceu o Caminho de Santiago com toda a sua rede de assistência religiosa e não só, que, no nosso país, pela sua proximidade à Galiza, se desdobra em múltiplos caminhos.

Modernamente, confundir Caminho de Santiago com um simples acontecimento histórico do passado, unicamente comprovado por documentos escritos, ou como expressão prioritária de uma devoção que - pelo contrário - é antes dele consequência, pretendê-lo unicamente um mero facto cultural por enorme que tenha sido a sua importância, ou como simples ocasião de turismo, isto é, de visita a coisa do passado, é tremendamente redutor. Porque o Caminho de Santiago pode ser tudo isso, é certo, mas foi sobretudo a consequência natural da fé de uma época e suas gentes.

Por isso, a beleza e humanidade dos velhos caminhos de Santiago, onde gestos de solidariedade e acolhimento eram oferecidos a quem seguia rotas de diálogo mas também de procura e expressão (também monumental) da paz com Deus, consigo mesmo e com a própria Natureza, dizem-nos ainda hoje que por eles se lançaram bastantes dos fundamentos de uma Europa dialogante e integradora de diferenças, rica em Humanidade numa palavra. E se os caminhos estavam infestados de ladrões e de toda a sorte de perigos, aí aparecia de quando em vez uma igreja ou uma capela, um padrão ou um cruzeiro, mesmo um mosteiro ou qualquer outra albergaria a traduzir a Caridade cristã, e a não deixarem perder de vista que peregrinar é um acto religioso. E o Caminho de Santiago

tinha um «pedagogo»: aquele que dele disse «Eu sou o Caminho», o Cristo morto e ressuscitado.

Conclusão

O peregrino jacobeu mais corrente é proveniente de povo anónimo, como o confirmará, estou convencido, a documentação enterrada nos nossos Arquivos e por estudar.

«A 24 de Março de 1611, recebeu o baptismo na igreja do convento (de Arouca) uma filha de Diogo do Souto e de Isabel Gonçalves, naturais de Lisboa, mas nascida no hospital de Arouca quando os pais regressavam da romaria a Santiago de Compostela»³⁶.

Pode a gente perguntar-se por que artes estes dois peregrinos viajavam de Compostela para Lisboa por Arouca. O que é certo é que Arouca era terra de intenso tráfego de peregrinos: e tanto assim que, naquela vila, no lugar de Crasto, há uma capela de Santiago; e no museu local pode ver-se uma bela imagem do Apóstolo, a testemunhar isto mesmo.

Este é apenas um exemplo de como urge estudar a nossa documentação que confirmará a importância que tantos destes, ou todos estes, caminhos tiveram na peregrinação portuguesa a Compostela.

O peregrino jacobeu, um caminhante simples e crente, não conhecia o Caminho. Ele era desse modo a imagem real do «homo viator», que a vida do homem é uma verdadeira viagem. Mas «el camino se hace caminando» como dizia o poeta castelhano António Machado. O caminho é, por isso, (foi) uma abertura à novidade e à surpresa, verdadeiro lugar de troca e de encontro com Deus através do Irmão, e no fundo a procura do sentido da vida.

Em Portugal, não conheço ainda nem bem nem todos os caminhos utilizados pelos peregrinos de Santiago. Mas é preciso conhecê-los e andá-los porque, «Para além das diferenças e dos interesses nacionais, [o Caminho] reuniu [os peregrinos] numa inspiração comum», como diz a Declaração de Santiago do Conselho da Europa.

Aqui chegado, e vou muito longo...

Poderão então perguntar-me que caminhos físicos conheço, das muitas hipóteses de que dispunha o peregrino português bem como o estrangeiro que atravessava caminhos portugueses para chegar a Compostela?

1. Os respeitantes a toda a província de Trás-os-Montes, que foram objecto de uma Comunicação ao I Congresso Internacional «Camino de Santiago - Via de la Plata», realizado em Zamora, em Julho de 1991;

2. Conheço exaustivamente, passo a passo, o caminho Viseu/Régua/Vila Real, Chaves, fronteira (bem como outras hipóteses que, a partir de Viseu

demandavam o Rio Douro); o caminho Porto/Rates³⁷/Barcelos/Ponte de Lima/Valença; o caminho Porto/Braga/Ponte de Lima; o caminho Quintanilha/Bragança/Frades/Verín; e ainda o Vila Real/Mondim de Basto/Cabeceiras de Basto/Ponte da Misarela/Pitões das Júnias ou Mourilhe³⁸.

3. Conheço já com bastante pormenor os caminhos da raia espanhola, de Marvão a Bragança, que depois confluem através do Alentejo e da Beira interiores para Elvas, Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco e Trancoso, e daí para o Rio Douro que era atravessado em barcas de passagem, nos sítios mais diferentes, a ocidente e a oriente;

4. Com excepção de alguns pequenos troços, conheço quase na totalidade algumas hipóteses do caminho Lisboa/Porto, bem como os eixos Rio Tejo/Soure e Portalegre/Coimbra.

5. Podia aumentar esta lista com a indicação de uma infinidade de trajectos parcelares, muitos, que, no entanto, estão longe ainda de permitir uma síntese. Este é um trabalho muito lento e muito caro que necessita, e necessitará de muito tempo disponível.

Permitam-me uma palavra final.

«Não é preciso ser-se pessimista nem sequer “profeta de desgraças” para reconhecer que a situação europeia em que todos estamos envolvidos, ... está marcada por uma grave crise: crise aparentemente de carácter sócio-político e cultural, mas no fundo uma crise de humanidade, crise do próprio homem. Questiona-se o direito à vida, o direito ao trabalho, a solidariedade entre as suas gentes e os mínimos de justiça e de generosidade nas relações com os povos mais pobres da terra» - escreveu o Arcebispo de Compostela na carta Pastoral publicada há um mês a propósito do Ano Jacobeo 1993. Hoje, como no séc. IX, quando se «descobriu» o túmulo de Santiago, a Europa vive um tempo de crise.

Poderá o reencontro do Caminho de Santiago que hoje se verifica ter os mesmos frutos de diálogo e de construção da Paz que, na Europa do passado, ao longo de um milénio?

Poderá o Caminho de Santiago tornar a explicar hoje, a uma Europa em crise, que cada um de nós é um «Homo viator», a caminho portanto duma Pátria definitiva que não é esta, mas que, já nesta, somos «livres, fraternos e iguais», como afirma a nossa melhor tradição cultural e política, também amassada por gerações e gerações ao longo das jornadas do Caminho Jacobeu?

Notas:

- ¹. Revista *Lusitânia Sacra*, 2ª. série, 4 (1922), pp. 99-148
 - ². CAETANO, Marcello - *Caminho de Santiago. Caminhos de Portugal e de Espanha*, Lisboa 1970, SEIT, p. 10
 - ³. Carta Pastoral titulada «O Caminho de Santiago - Um Caminho para a peregrinação cristã», dos Bispos espanhóis das dióceses por onde passa o Caminho de Santiago, publicada em 1988, por ocasião do 8º centenário do Pórtico da Glória da Catedral compostelana.
 - ⁴. citado por MARTINS, Mário - «Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média», *Revista Portuguesa de História*, tomo V, Vol II, 1951, p. 167
 - ⁵. Diga-se de passagem que a peregrinação às terras galegas do «Finis Terrae», antes de o ser já o era! Efectivamente, desde tempos imemoriais que os nossos antepassados e pagãos europeus peregrinavam, pelo «caminho das estrelas» (assim se designava a Via Láctea que mais tarde se chamaria «Caminho de Santiago») ao mar, monstro inultrapassável e mistério profundo, que ficava no Final da Terra? Está praticamente por estudar toda a «pré-história» do Caminho de Santiago, embora dela tenham chegado até nós imensas notícias. Esquece-se muitas vezes que a Igreja não inventou nada no domínio da expressão e simbólica religiosa, antes cristianizou o que encontrou. Dessa antiga peregrinação ao Fim da Terra herdaram, por exemplo, os peregrinos cristãos as vieiras - símbolos da iniciação e da fecundidade (depois admitidas na iconografia jacobea) - que já os pagãos, celta e outros, levavam das costas galegas.
 - ⁶. Segundo opinião tradicional, o campo onde a estrela indicou o túmulo do Apóstolo, «Campus Stellae», originou o topónimo «Compostela». No entanto, uma opinião certamente mais fundamentada aponta, como etimologia de Compostela, as palavras latinas «compositum» ou «compostum» que, mais prosaicamente, querem dizer «cemitério». De facto, escavações relativamente recentes feitas sob a Basílica de Compostela puseram a descoberto uma pequena necrópole situada quatro metros abaixo do actual pavimento, nas proximidades do Pórtico da Glória; foi aí que apareceu um túmulo que se supôs o do Apóstolo Tiago.
 - ⁷. VILLADA, Z. García - *História Eclesiástica de España*, I, 1ª parte, Madrid 1929-36, pp. 56/57
 - ⁸. Não é por acaso que a lenda pôs o Imperador Carlos Magno a peregrinar a Compostela.
 - ⁹. LACARRA, José Manuel - «Espiritualidad del culto y de la peregrinación a Santiago antes de la primera Cruzada», p. 127, in *Pellegrinaggi e culto dei Santi in Europe fino alla 1ª Cruciat*, Todi, Presso l'Academia Tudertina, 1963
 - ¹⁰. PINHO, Clemente Segundo - «Santiago de Compostela na Fé e na Cultura», *Revista de Portugal*, Vol XXX, Julho 1965, p.335
 - ¹¹. Não é por acaso que Alcácer do Sal ou a Freguesia de Entradas, concelho de Almodôvar, por exemplo, são povoações ligadas à Ordem de Santiago, mas são igualmente importantes pontos de passagem na peregrinação jacobea.
 - ¹². Este trabalho mais próprio, temos vindo a desenvolvê-lo eu próprio e a Srª Drª Maria Manuela Neves Alves
 - ¹³. Como se sabe as grandes revoluções viárias são a do fontismo (séc. XIX), a do Estado Novo, e a que está presentemente em curso. Na bacia do Douro, as «estradas pombalinas» (séc. XVIII), que em muito ajudaram o escoamento do Vinho do Douro para o cais de Gaia, tiveram também grande importância
 - ¹⁴. Alguns documentos seus são assinados em Compostela nesta data.
 - ¹⁵. LOPES, Fernão - *Crónica de D. João I*, II parte, Livraria Civilização, 1949, pp.14 e 18
 - ¹⁶. A edição, feita em Vigo, em 1988, pela «Associación Amigos de los Pazos», deste diário de peregrinação, titulada em espanhol «El camino Portugues» é a grande responsável por muitos identificarem hoje indevidamente o trajecto de Confalonieri com «o» caminho português de peregrinação a Compostela.
 - ¹⁷. E de facto, com relíquias ou sem elas, muitas vezes construídos na sequência de «milagres», vários santuários obrigavam a visitas de piedade. Nossa Senhora da Abadia e a Senhora da Peneda, no Minho, exerciam um fascínio especial já nestes tempos. Ao lado de Guimarães, S. Torcato, um dos sete «varões apostólicos», era também um santuário muito procurado (Em 1931, o pintor António de Azevedo encontrou na velha igreja de S. Torcato de Guimarães uma pintura de Santiago, «muito provavelmente do final do século XVI»). Na Correlhã, antes um pouco de Ponte de Lima, a capela de Santo Abdão era visita indispensável para quem peregrinava a Compostela. E muitos outros casos poderiam ser referidos.
- Depois havia as relíquias, verdadeiras umas (de Santa Joana em Aveiro, de S. Gonçalo de Lagos em Torres Vedras, da Rainha Santa Isabel em Coimbra, de S. Gonçalo em Amarante, por exemplo), e apócrifas

quase todas. Os frades pregadores de Guimarães tinham no seu mosteiro, para além do Santo Lenho, «um pedaço da pedra donde Nosso Senhor subiu ao céu, reliquias do véu da SS.ma Virgem e do seu sepulcro, do maná, da vara de Moisés, dos santos inocentes» (citado por MARTINS, Mário Martins - «Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média», *Revista Portuguesa de História*, tomo V, Vol II, 1951, p. 95). Em Santa Cruz de Coimbra, havia mesmo «leite de Nossa Senhora»! Em tempos de sensibilidade espiritual pouco educada, em que as massas populares estavam ainda ligadas a formas primitivas e mesmo pagãs de religiosidade, estas realidades e lugares exerciam grande fascínio.

¹⁸. Para além das muitas documentalmente referenciadas, há ainda as que são sugeridas pela sobrevivência do hagiotopónimo “Santiago” em lugares onde a memória do culto do Apóstolo desapareceu de todo.

¹⁹. O Abade de Miragaia fala assim da fundação de uma célebre albergaria para peregrinos jacobeus de Vilar de Perdizes: «Em Outubro de 1551, António de Sousa, capelão e fidalgo da casa do Duque de Bragança, e abade desta freguesia, institui e dotou o Hospital e Capela de Santa Cruz... Determinou que no dito hospital houvesse uma botica e que na dita casa ou albergaria se recebessem, agasalhassem e tratassem nas suas doenças os peregrinos pobres de Santiago de Compostela...» e outros². Na portaria de serviço do edifício está esta inscrição: «HOSPITAL PERA AGAZALHO / DOS ROMR / DE SANTIAGO ANNO / DE 1724».

²⁰. A actual residência paroquial de Santa Valha foi uma albergaria de peregrinos, como o diz a inscrição colocada no muro exterior: «PAVPERES SEMPER HABETE VOBISCVM / MARTIM VELHO BARRETTO ABBADE NESTE / LVGAR DEDICA A DEVS ESTA CAZA P(ERA) POBRES / PEREGRINOS ANNO DE 1695».

²¹. O actual edifício da Câmara Municipal de Murça que, a partir de 1587, foi Mosteiro de religiosas beneditinas, foi inicialmente uma albergaria: «hum Hospital pera agasalhar pobres & peregrinos», como diz Frei Luís de S. Tomás em «*Benedictina Lusitana*»².

²². No tecto da paroquial de Parada há um relevo em madeira policromada sobre a lenda da barca de Santiago. Montado num cavalo, atravessando um dia o Apóstolo o rio (Sabor?), animal e cavaleiro foram levados pela corrente. Agarrou-se então Santiago à corda lançada por um barco que passava no rio e salvou-se. E, de facto, o relevo mostra duas ferraduras perdidas nas ondas e a mão do Apóstolo agarrada à corda lançada do barco. Este tem bem visíveis duas vieiras. Saliente-se ainda que esta freguesia de Parada está situada num antigo caminho, ainda muito recentemente utilizado pelos almocreves e outros viandantes que, de Barca de Alva e por Carviçais, se dirigiam para Bragança, não sem antes encontrarem uma capela de S. Gonçalo (em Castro Vicente, Mogadouro), outra de Santiago (em Talhinhas, Macedo de Cavaleiros), e uma segunda freguesia de Santiago (em Coelhooso, Bragança).

²³. É o que acontece, por exemplo, na paroquial de Santiago de Custóias (concelho de Matosinhos), na capela de Santiago no lugar deste nome da freguesia de Vila de Ala, concelho de Mogadouro, e no lugar de Sobre-a-Fonte da freguesia de Sedielos, concelho da Régua. Em Vila Cova (Vila Real) juntam-se as duas devoções mas também de modo diferente: Santiago é o Orago da freguesia, e, mesmo à beira da paroquial, lá está o curiosíssimo padrão de S. Gonçalo. Num breve diálogo havido no final desta conferência, fui informado de que, em Vila Seca, freguesia do concelho de Barcelos, dedicada a Santiago, a festa paroquial é a S. Gonçalo.

²⁴. Ver a este propósito ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - «Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal», in *Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa 1973, p. 39/57.

²⁵. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Vias Medievais - I Entre Douro e Minho*, edição policopiada da Faculdade de Letras do Porto, 1968, p.127.

²⁶. É o caso de D. Loba, senhora pagã de grandes propriedades, das margens do Sar, na Galiza, a cuja presença uns bois ferocíssimos, depois milagrosamente tornados mansos por intervenção dos achadores cristãos do corpo de S. Tiago, conduziram o carro que transportava os despojos apostólicos.

Uma igualmente chamada D. Loba cede, por matreirice, a S. Gonçalo uns também ferocíssimos bois que, depois milagrosamente, amansados ajudaram o nosso santo na construção da ponte de Amarante. E, ainda hoje, na freguesia da Madalena, próxima de Amarante, podem ver-se as ruínas do que, na tradição popular, foi uma albergaria (de peregrinos?), chamada «Paço de D. Loba».

Enganados por D. Loba, a galega, que falaciosamente lhes indicara para sepultura dos restos mortais do Apóstolo um alto monte, onde existia um templo pagão, os cristãos encontraram uma enorme serpente que os atacou. Reconhecendo-a demoníaca, fizeram sobre ela o sinal da cruz «e logo a serpente estoitou e caiu morta». Ora, ainda há bem poucos anos, na procissão do Corpo de Deus, em Amarante, uma enorme serpente era conduzida e movimentada por miúdos.

²⁷. Uma destas é Nabo, do concelho de Vila Flor, onde o Abade de Carviçais recolheu a cérebre «Lenda do Nabo» ou «da cabeça» que narra as desventuras de dois peregrinos de Santiago.

²⁸. Para além de inúmeros altares, imagens, Confrarias, festas, topónimos e outras referências a S. Gonçalo de Amarante, levo já contadas 78 capelas de sua invocação a norte de Viseu. É para mim ainda significativo que na fachada do convento dominicano de San Esteban, de Salamanca, construído a partir de 1524, ele esteja representado (juntamente com outro santo dominicano português), apontando assim entre vultos mais notáveis da ordem até àquele tempo.

²⁹. Encontrei esta designação na Aldeia de Nacomba, do concelho de Moimenta da Beira, onde passa uma estrada romana: uma capela que tinha sempre suas «portas abertas» para albergar os peregrinos de passagem, provenientes de Vila Nova de Caria, onde há uma capela de Santiago.

³⁰. Nos concelhos de Famalicão e de Santo Tirso, há freguesias chamadas «Santiago da Carreira»; no de Vila Verde, há uma outra chamada «Carreiras de Santiago»

³¹. No concelho de Alfândega da Fé, a freguesia de Parada, já citada a propósito de uma lenda de Santiago, tem o Apóstolo como padroeiro.

³². A freguesia de Sendim, do concelho de Felgueiras, tem Santiago por Orago.

³³. A tradição oral permite a detecção in loco de todos estes caminhos, em muitos casos, nomeadamente na província, ainda hoje intactos e, por isso mesmo, utilizados. Tenho interrogado centenas e centenas de pessoas, aproveitando o conselho de Miguel Torga: «Velhos e velhas... são... a bússula a que recorro para me orientar nos caminhos que levam a terras...» (Diário XV, p. 185).

³⁴. Tenha-se presente, por exemplo, que, pelo Tratado de Alcanices, que pôs termo aos diferendos entre D. Dinis e D. Fernando II de Leão e Castela, vilas como Castelo Rodrigo, Almeida ou Alfaiates, se bem que definitivamente integradas no território português, continuaram no entanto a pertencer à diocese de Ciudad Rodrigo. Não é portanto exagerado supor uma grande relação entre os dois lados da fronteira.

³⁵. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, chaveta «Vilar de Peregrinos».

³⁶. COSTA, M. Gonçalves da - *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. IV, Lamego, p. 454.

³⁷. O estudo do caminho Porto/Rates foi publicado pela Associação de Amizade de S. Pedro de Rates, em 1992, com o título «Da Serra do Pilar a S. Pedro de Rates por Caminhos de Santiago».

³⁸. Todos estes trajectos poderão ser publicados ainda este ano, num Guia a editar pela Comissão de Cordenação da Zona Norte e da Xunta de Galicia, em que estão a trabalhar uma equipa portuguesa e uma outra galega, no âmbito do Xacobeo 93.



Praia de Suave - Mar

ANTÓNIO CORRÊA D'OLIVEIRA POETA DA TERRA E DO CÉU *

Francisco Eduardo da Fonseca

António Corrêa D'Oliveira. Poeta da Terra e do Céu: Cremos que é assim, nesta síntese, que melhor se pode definir o grande lírico através do que tem afirmado de mais puro na sua obra, tão extensa como multiforme, que vai da bucólica à epopeia, da quadra ingénua e castiça, de sabor popular, até às amplas construções dramáticas de linhas filosófico-metafísicas.

Poeta rural e cósmico, radicalmente português e universalista, ora mergulhado na mais genuína tradição lusíada, ora arrastado no movimento das misteriosas torrentes bíblicas, nunca lhe falta o sentimento das profundezas obscuras e das alturas luminosas.

Nasceu poeta, viveu poeta, morreu poeta, visceralmente refractário a negócios de ordem prática, aos burocratismos quotidianos de bem instalado na vida, com assunto assegurado em cargos oficiais ou em empresas privadas. O dinheiro só lhe passava pelos dedos para o deixar cair nas mãos dos pobres, que eram o cofre das suas economias.

Toda a sua riqueza estava nos seus versos, em que se exprimiam a sua fé, o seu patriotismo, o seu amor aos homens e às coisas belas da Natureza. Tudo o mais era de valor somenos, aos olhos da sua alma assombrada de Solitário, ora monologando como em silêncios de gruta, ora dialogando com as pedras e os astros, numa absorção ascética que era o clima da sua liberdade interior.

* Este trabalho foi apresentado no Centenário do Nascimento do Poeta António Corrêa D'Oliveira que decorreu de 21 a 30 de Outubro de 1980 na Fundação Eng. António de Almeida.

Por sugestão do Director do B.C.E., o Autor autorizou a sua publicação.

O seu livro O Pinheiro Exilado era a sua própria imagem, no apego as raízes, na palpitação das seivas e na resistência aos ventos.

Alto e magro, de cabeça como que talhada num bloco de granito, se fosse feio, poderia dizer como Mirabeau na tribuna da Revolução: -A minha fealdade é uma força!

A sua farta cabeleira lembrava a juba dos leões heráldicos.

E ninguém, entretanto, era de presença mais cordial e radiosa, mais simples e serena, capaz, como S. Francisco de Sales, de trocar sempre cem serpentes por uma pomba.

Era preciso conhecê-lo de perto para admirar a sua bondade, a sua indulgência, o seu desprendimento, a espontaneidade das suas falas e dos seus gestos, a sua maneira de estar num grupo e de intervir numa conversa. Muitas vezes lhe ouvi finas ironias amáveis, de uma candura quase infantil. Jamais lhe apanhei no ar a palavra vermelha de um sarcasmo.

Tudo lhe vinha de ter sido aluno dos arroios das vertentes e das árvores dos campos da sua terra, do que das aulas escolares, em que a grande Maria Amália de Carvalho via o perigo de perder as suas melhores virtudes humanas.

Filho genuíno da Beira Alta, com berço embalado em S. Pedro do Sul, entre as espumas do Vouga e as canções das ceifeiras, beirão de estirpe intacta se conservou pela existência fora, mesmo depois de buscar Lisboa e se fixar, mais tarde, pelo casamento, numa aldeia verde e branca do Minho.

O rio Vouga entrou-lhe nas veias, fez-se sangue do seu sangue, ritmou-lhe o andamento dos seus primeiros poemas, ensinou-o a caminhar fazendo o bem e derramando formosuras.

Por igual se afeiçãoou a montanha, ao seu génio heróico e profético, aos seus apelos de ascensão e grandeza.

Sempre as montanhas, porque mais perto do céu, foram o refúgio privilegiado dos poetas e dos santos, dos penitentes e das águas.

Entre as escarpas do monte Ararat se salvou do dilúvio Noé com a sua arca; no Sinai escudou Moisés a voz de Deus e recebeu as tábuas da Sua Lei; Elias acolheu-se aos cedros do Carmelo e Salomão escolheu o monte Sião para a construção do primeiro Templo. O próprio Jesus se transfigurou no alto de uma montanha; noutra montanha pregou o Sermão das Bem-aventuranças; no monte das Oliveiras e no Calvário nos redimiu.

São deuses da montanha os deuses homéricos. Em forma de montanha imaginou Dante o Purgatório nos tercetos da Divina Comédia, e na montanha de Engadine pôs Nietzsche a falar Zaratustra. Para passar a noite que separou o século XIX do século XX subiu o futuro Papa Pio XI a uma ermida cimeira do Monte Branco. E sabe-se como Karol Wojtyła, actual Papa João Paulo II, teve

na juventude e tem ainda agora a paixão das montanhas. E não foi da Serra de Aire que Nossa Senhora transmitiu a sua Mensagem de Esperança ao mundo contemporâneo?

As montanhas são a couraça esplendorosa das virtudes tradicionais e familiares dos beirões, pelo que entraram facilmente na literatura.

Já no século XIII sublinhou, num sirvantês, o poeta Aires Peres que

A lealdade de Bezerra

Pela Beira muito anda.

Se o rei D. Afonso III, conde de Bolonha, chamava a Beira “lagoa sangue nobre”, dizia Frei Bernardo de Brito que, se alguns portugueses devem ser tidos por verdadeiros são os naturais da Beira, alguns cantados por Camões e Gil Vicente. Vejam-se as tábuas de Vasco Fernandes, o Grão Vasco de Viseu: são da Beira seus rudes e austeros retratos humanos, como são da Beira as paisagens maravilhosas de força e colorido em que as enquadra.

Pois ninguém cantou mais comovidamente a Beira Alta do que António Corrêa D'Oliveira, desde os 77 tercetos ao rio Vouga, na Ara de 1904, até ao Hino á Montanha, no Elogio da Monarquia, de 1944, em que diz:

Herminios ou Marão, ou Arga e Arrábida,

E tu, ó Caramulo, Beira minha...

São estas as montanhas do meu berço.

No poema Ao Mar e á Montanha, da Alma Religiosa, confessa o Poeta:

Eu não te compreendo, ó Mar! afoite

Embora, o meu olhar, a luz do dia...

És sempre, para mim, a Névoa e a Noite

E também a Montanha é mar de fráguas;

Também há nela as ondas de verdura,

Mistério, solidão, íntimas mágoas.

Também é grave, é triste, é imensa e obscura;

Também há nela aquela voz tamanha

Onde o silêncio cósmico murmura...

*E tem furnas também; e a raiva estranha
da ventania indómite e convulsa:*

-E eu amo e compreendo-te, Montanha!

Uma das partes do livro Raíz (1904) intitula-se precisamente Horas da Beira e aí se faz eco da Voz da Terra:

*A beira das Montanhas... Ó caminho
Da minha linda terra bem amada!*

A sua terra bem amada será sempre a do Pinheiro Exilado, de 1908:

De altos montes da Beira,
A minha Mãe primeira!...

Ou a do Alivio de Tristes:

Terra de ao pé do vouga, quem vos ama

*Mais que o meu coração? Quem mais deseja
Lançar alto pregão da vossa fama?*

*Meu lindo Vouga, rio de cristal,
Ai! quem me dera a mim ser o Camões
Deste outro Portugal de Portugal...*

Transferindo-se para Belinho, onde vivia uma grande Senhora - D. Maria Adelaide Sottomaior - a ela se uniu para sempre, mais estremecidamente do que Dante à sua Beatriz e Petrarca à sua Laura. O remoto Vouga, seu velho amigo e confessor de infância, como que o acompanhou também, chamando-se agora rio Neiva, a breve distância da Quinta das Rosas, onde tudo o fazia exclamar, no enlevo de todo o ser:

*Amo a Terra, a Paisagem, pois assim
Posso abraçar as Árvores que estão
Com seus braços abertos para mim.*

Mas sem perder jamais a visão da Montanha, um dos temas mais vigorosos da sua exaltada poesia telúrica, enquanto o Mar continuava, para ele, como para Giovanni Papini, nos seus desgrenhamentos de Florença, uma espécie de reminiscência cosmogónica da última relíquia do caos.

Poeta da sua terra, poeta de toda a terra portuguesa, poeta da terra inteira, na sua inalterável ânsia de comunhão universal, foi ainda Corrêa D'Oliveira poeta do céu, querendo nós inserir na palavra céu tudo aquilo que, nele, significa

escalada para as alturas, alargamento de horizontes, uma como que impaciência de pairar além das nuvens, engolfar-se nos mistérios do Infinito, no infinito mistério de Deus.

Ultrapassada a fase de mergulhos panteístas, que terá culminado nas páginas um tanto confusas das Tentações de S. Frei Gil, que desejou retocar e completar com novos poemas em verso branco, liberto de abstrusas dialécticas filosóficas, tudo começou a ver intensa claridade sobrenatural, quer no ruralismo das redondilhas, que José Régio considerava as quadras mais belas de toda a Língua Portuguesa, quer nos grandes poemas de arquitectura dramática, como o Job, ou nos tercetos diamantinos desse livro admirável, onde acompanhamos a tradédia humana do pecado e a epopeia divina da Redenção, que se chama Verbo Ser e Verbo Amar. Aqui é que António Correia de Oliveira se alcandora e se fixa na adesão radical às lições eternas da Bíblia e do pensamento cristão.

Se a cultura europeia nos vem do espírito grego e da educação latina, não nos vem menos dos elementos bíblicos que se entrelaçam na sua estrutura moral e religiosa. Por isso Paul Valéry, falando das colunas espirituais da Europa, ou dos grandes nomes que a fizeram ao longo dos séculos, não se esqueceu de citar Moisés e S. Paulo. Por isso, lamentou André Rousseaux que, devendo a civilização da França tudo o que é, a Homero, a Virgílio e à Bíblia, se tenha nada menos que amputado, eliminando a Bíblia do trinómio. O regresso da Europa a si própria, à dignidade do seu pensamento e ao equilíbrio da sua sensibilidade, estará, portanto, dependente do seu regresso à Bíblia, cujos poetas, mais do que os historiadores, nos iluminaram a consciência e afeiçoaram o coração. Foi sempre a Bíblia seara e fonte para as fomes e sedes de todos os poetas, desde Dante e Petrarca a Gil Vicente e Camões, desde Milton e Klopstock, a Lamartine e Vítor Hugo, Herédia e Baudelaire, Verlaine e Péguy, Claude e Francis James, a Gomes Leal e Augusto Gil, e até, apesar das suas contradições e desvios heterodoxos, a José Régio e Miguel Torga.

Corrêa D'Oliveira como poeta bíblico é um caso verdadeiramente paradigmático. Em toda a sua vasta obra há sempre, aqui uma ressonância do Cântico dos Cânticos, além uma repetição de um gemido violento de Isaías e de uma trovada de Ezequiel, ou uma refração das visões do Apocalipse, e tudo ilustrado pelos comentários doutrinários de S. Tomás de Aquino, que era, entre os Doutores da Igreja, aquele de quem mais se aproximava.

Para além dos dogmas e dos esquemas temáticos do Catecismo, espriava a alma pela hagiografia, cantando, por exemplo, os santos de Junho e consagrando um longo poema a Santa Teresinha ou afirmando a sua devoção a Nossa Senhora do Sameiro, a Nossa Senhora da Conceição e da Assunção ou ainda, como no Azinheira em flor, a Nossa Senhora de Fátima, cuja imagem peregrina recebeu,

entre coros e lágrimas, na sua casa de Belinho. Como poeta católico, não temos outro mais firme e mais alto, a ponto de ele próprio nos sugerir a sua vocação de apóstolo.

Contrido de haver pisado veredas sinuosas, entre sombras de terebintos e rajadas tumultuárias, acaba por desabafar, exultante:

*Mas eis que te encontrei, de face a face,
Ó Cristo! e me chamou a tua voz,
Talvez (quem sabe?) para que eu chamasse...*

Depois de chamado pelo Divino Mestre, foi Corrêa D'Oliveira, de facto, o arauto, sempre disponível e sempre intrépido, da sua Mensagem de salvação, de harmonia e de paz. Daquela paz e daquela harmonia, aliás, que permanentemente cultivou entre os homens, sem o mínimo cálculo interesseiro, antes com a mais larga compreensão e a mais edificante generosidade.

Monárquico intransigente, profundamente agradecido a Rainha Dona Amélia, que o protegera numa grave crise de saúde, não escondia de ninguém a sua ideologia política, o que o não impedia de manter as melhores relações com republicanos militantes, por vezes de uma militância acintosamente revolucionária, como no caso de Junqueiro.

Nos arquivos da casa de Belinho há várias cartas do terrível blasfemador de A Velhice do Padre Eterno, com expressões inequívocas de admiração e de estima.

Sendo funcionário, junto de António Cândido, na Procuradoria Geral da Coroa, ficou entregue às mais dolorosas contingências, após a Revolução de Outubro de 1910, que o atirou para a rua como perigoso reaccionário, ou como cão a que importava partir as pernas e açaimar.

Encontrando-se, por acaso, o nosso Poeta de mãos vazias com o Poeta-lavrador de Barca de Alva, e dizendo-se então disposto a refugiar-se no Brasil, logo Junqueiro lhe cortou a palavra, num gesto olímpico: - Isso, nunca! Você é um píncaro da Pátria, e os píncaros não emigram!

Apesar de todos os riscos, Corrêa D'Oliveira ficou. Ficou apegado ao Chão Lusíada, aquele chão bravio e fecundo, que lhe dava o Pão Nosso, Alegre Vinho, Azeite da Candeia, que havia de bronze e de ouro.

Dele escreveu, na revista Águia, Teixeira de Pascoais: - "O Poeta perde o nome de Corrêa D'Oliveira e chama-se povo".

A síntese é perfeita. Está nela, humana, patriótica e socialmente toda a vida e toda a obra do amável Trovador, que, aos 22 anos, já era sócio da Academia das Ciências de Lisboa, e, aos 24, da Academia Brasileira de Letras, onde fora ocupar, por ironia do destino, a cadeira que pertencera a Zola.

É certo que António Corrêa D'Oliveira viria a ser alvo de calorosas homenagens, reservadas a poucos. Em Maio de 1930, proclamou-o a mocidade académica de Coimbra Quintanista de Letras, como se fora um aedo da velha Grécia consagrado em Atenas, ou um bucólico do Lácio coroado de louros no Capitólio de Roma. Antes dele, só João de Deus tivera em Lisboa uma apoteose semelhante. E quando, depois de proposto, em 1935, para o Prémio Nobel de Literatura, foi, de abalada, em 1937, até às Terras de Santa Cruz, o Rio de Janeiro o recebeu, com extremos de entusiasmo por parte de intelectuais brasileiros e da colónia portuguesa.

Traduzido em diversas línguas, incluindo uma antologia impressa a duas cores e editada em Estocolmo, inaugurou-lhe um monumento, em Julho de 1955, no Jardim Municipal, a vila de S. Pedro do Sul e, no mesmo ano, se viu igualmente exaltado em Esposende.

Não são, porém, estas manifestações, por mais justas que sejam, as mais dignas de um Poeta da craveira mental e moral de António Corrêa D'Oliveira.

Se queremos ser reconhecidos ao que fez e a gloriosa memória que nos deixou, ao morrer em 1960, não há como pegar nos seus livros, ler e meditar os seus versos, nascidos do seu génio e do seu sangue.

Para vergonha nossa e das novas gerações, dominadas pelo frenesim de energúmenos e drogados, Corrêa D'Oliveira desapareceu dos compêndios escolares, porque a sua voz de profeta é um aviso e uma acusação que fazem doer, embora, sobre os seus clamores de alarme, prevaleçam os mais puros apelos resgatadores e os gritos mais límpidos de esperança.

Bem andou a actual Direcção da Casa da Beira Alta em promover esta noite de saudade e gratidão, evocativa do seu nome, apenas diminuída pela indigência do orador escolhido.

Agora, como termo deste encontro familiar, voltemo-nos espiritualmente para o túmulo do Poeta, cujo último desejo seria certamente o expresso no epitáfio de Mistral na velha Provença renovada pelo seu verbo: NON NOBIS, DOMINE; NON NOBIS; SED PROVINCIAE NOSTRAE DA GLORIAM: Não nos deis, Senhor, glória a nós, mas á nossa Província: a forte e doce, a épica e elegíaca Beira Alta, sempre tão portuguesa!



Hospital Valentim Ribeiro e Av. Rocha Gonçalves

FAMILIAS DA CASA DA CAPELA

(VILA COVA - BARCELOS)

Silvestre Matos da Costa

1 - NOTAS DE INTRODUÇÃO

1.1 - A Casa e a Capela

No lugar de Mareces, freguesia de Vila Cova, do concelho de Barcelos, existe uma capela particular sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, situada à margem da estrada que dá para a freguesia de Curvos.

A residência da propriedade onde está implantado o pequeno templo é conhecida por “Casa da Capela”, sendo corrente que muitas pessoas, que nela têm algum parentesco, sejam mais conhecidas pela alcunha “da Capela” do que pelo seu próprio apelido de família.

Durante um período de largas dezenas de anos, iniciado pouco depois do ano de 1600 e que se terá prolongado até cerca de 1900, os sucessivos proprietários desta Casa tiveram o cuidado de registar em diversos cadernos ou folhas avulsas os factos mais significativos com ele relacionados, como sejam os nascimentos e baptizados, os rendimentos das terras, etc., para além de irem conservando numerosos outros documentos, como os títulos de aforamentos, escrituras de compra de propriedades, testamentos, e mais algumas matérias.

Em determinado momento, uma parte significativa da documentação assim acumulada foi transferida para casa de um seu herdeiro que fixou residência no lugar de Terroso, da vizinha freguesia de Palmeira do Faro, o qual lhe juntaria também interessantes informações. E, como é fácil de entender, outros familiares terão levado igualmente peças documentais para as suas residências, que assim se desviaram também do núcleo inicial.

Em todo o caso parece poder afirmar-se, com segurança, que a documentação acumulada ao longo de três séculos se encontra hoje, na sua parte

mais significativa, agrupada em duas colecções particulares, uma ao cuidado das actuais proprietárias da Casa da Capela, e outra na posse de Laurentino Matos dos Santos, proprietário em Vila Cova, com ascendência na casa de Terroso.

Os documentos existentes nas duas referidas colecções têm muito interesse para o estudo das famílias que têm o seu tronco comum na “Casa da Capela”, não só numa perspectiva genealógica, mas também sob o ponto de vista patrimonial.

1.2 - Objecto do presente trabalho

O objecto deste trabalho é o estudo genealógico das famílias que se sucederam na referida Casa, com algumas informações relativas a linhas colaterias, para além de algumas referências de natureza patrimonial.

Para economia de espaço, as datas de nascimento e de óbito, quando conhecidas, serão por regra representadas numericamente e precedidas das iniciais F ou N conforme os casos.

Naturalmente que um estudo desta natureza abrangendo, para além de Vila Cova, referências a famílias dispersas por outras freguesias, como sejam Gemeses, Palmeira, Curvos, Marinhas, etc., elaborado sem uma consulta exaustiva dos registos paroquiais dos séculos passados, existentes no Arquivo Distrital de Braga, terá de se apresentar com muitas lacunas e algumas imprecisões.

Mas, sendo o trabalho possível a partir da documentação e outras informações avulsas a que pude recorrer, penso que poderá, de algum modo, contribuir para o esclarecimento de laços de parentesco entre muitas famílias existentes nos nossos dias.

1.3 - As fontes

As informações constantes no texto que se segue foram, na sua maior parte, obtidas a partir de documentos existentes nas duas colecções particulares atrás referidas. Aos respectivos titulares muito se agradece a colaboração que prestaram, quer através da cedência de fotocópias, quer pelo empréstimo temporário de numerosos originais.

Em todo o caso, recorreu-se também a outras fontes e a diversos órgãos da imprensa conforme se indica, quer ao longo do texto, quer nas suas notas finais.

Por economia de espaço, na remissão para as diversas fontes utilizam-se as abreviaturas seguintes:

ADB - Arquivo Distrital de Braga

AHM - Arquivo Histórico Militar, de Lisboa

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- BA - Bracara Augusta, revista editada pela Câmara Municipal de Braga
BCE - Boletim Cultural de Esposende, editado pela respectiva Câmara Municipal
DM - Diário do Minho, de Braga
NN - Nascer de Novo, jornal editado em Esposende
PA - Paz e Amor, boletim paroquial de Vila Cova

Relativamente ao jornal "Folha de Manhã", mencionado no texto - pontos 9.2 e 9.4 -, esclarece-se que era editado em Barcelos, com periodicidade semanal.

2 - O FUNDADOR DA CASA

O fundador da família hoje conhecida por "Casa da Capela" foi o padre Francisco Gonçalves, que terá nascido cerca do ano de 1590.

Este sacerdote, que em diversos documentos se afirma como sendo da freguesia de Vila Cova residiu, pelo menos durante grande parte da sua vida, no casal com o seu nome, situado no "outeiro de Mareces", conforme se esclarece num dos documentos que nos deixou.

Tinha, pelo menos, uma irmã, de nome Madalena Gonçalves, que casou com Bento Pires e residiu também no mesmo lugar. Admite-se que seu pai tenha sido Afonso Gonçalves pois, num contrato de compra de terrenos, com data de 15 de Janeiro de 1597, incluído na colecção do padre Francisco, se afirma igualmente morador na freguesia de Vila Cova.¹

Ainda antes de 1620 (cerca de 1616 ou 1618), e sendo já sacerdote, o padre Francisco Gonçalves aparece como comprador de algumas propriedades, actividade que continuará a desenvolver ao longo da sua vida. As compras que fez reportam-se a diversos lugares da freguesia, como sejam Vila Cova, Outeiro, Portela e Mareces (bouça do Forno, Sublemela, Moinhos, Friandes, Carvalhido, etc.) e ainda às freguesias de Curvos, Vila Chã e Palmeira (neste caso, designadamente, no lugar de Terroso).

As compras foram realizadas não só a particulares mas também a instituições, como sejam a Casa de Bragança (caso de algumas propriedades adquiridas em Curvos), parecendo que também fez negócios com os moradores da Silva (freguesia próxima da cidade de Barcelos, que por estes lados possuíam igualmente numeroso bens).

Como atrás se refere, este sacerdote fixou residência no "Casal" que ficou conhecido pelo seu nome, onde é actualmente a quinta da "Casa da Capela". Não se conhece, no entanto, se foi ele o comprador dos respectivos terrenos, ou se proventura os recebera por herança.

Nesse casal, junto à casa de residência, mandou construir uma pequena capela para seu oratório, cujo padroeiro se não conhece, pois as escassas

informações que a ela se referem apenas a mencionam com “capela do padre Francisco Gonçalves”. Para a respectiva fábrica, dotou-a com os rendimentos de diversos propriedades, das quais se conhecem as seguintes: parte de um pinhal no Carvalhido, metade da devesa da Bouça (em Mareces), uma leira no campo do Gavinho e outra no Ervilhal, assim como a cortinha da Cheda. Sabe-se que havia ainda outras propriedades afectas à capela, designadamente na freguesia de Curvos.

Este pequeno templo existia ainda no ano de 1727 ², parecendo ter sido extinto e demolido alguns anos depois, já quando levantada a actual capela de Nossa Senhora da Conceição. O padre Francisco Gonçalves teve, de Isabel Antónia, residente em Fão, um filho bastardo, a quem foi dado o nome de João de Linhares. Para efeitos de o poder habilitar à herança dos seus numerosos bens, requereu a legitimação do filho, que lhe veio a ser concedida por mercê do rei D. Filipe III, conforme carta de 14 de Novembro de 1634 (ANTT, Chancelarias de D. Filipe III, Legitimações, L^o. 22, fls. 343).

Num documento que escreveu, parece que no ano de 1662, de leitura difícil, por estar escrito em papel de fraca qualidade e com texto na frente e verso, este sacerdote redigiu algumas disposições de natureza testamentária. Refere sentir-se já “com alguns achaques” e não saber “o dia nem a hora” em que terá de dispôr da sua alma, que recomenda a Nossa Senhora, a S. Paulo e outros santos. Dentre as diversas confrarias a quem manda pagar algumas esmolas menciona a de Nossa Senhora do Lago, com capela na freguesia de Gemeses, no sítio da Barca do Lago ³.

Neste documento confirma que fez “uma capelinha nestas casas”, referindo-se também, em termos de leitura actualmente muito difícil, à escritura da sua instituição e das propriedades que afectou para a respectiva fábrica. O seu filho é designado, neste documento, administrador da capela, após a morte do instituidor.

O padre Francisco Gonçalves faleceu em 6 de Dezembro de 1662, no lugar de Mareces e, conforme se indica no respectivo registo de óbito, deixou testamento ⁴.

3 - SEGUNDOS MORADORES

João de Linhares casou, talvez por volta de 1645, com Maria Miranda, natural da freguesia e parece que da casa da Semeadela, ficando a residir no casal de seu pai.

Deste casamento conhecem-se os filhos seguintes:

- 1 - Esperança de Linhares, que segue no ponto 4
- 2 - Francisco do Vale

João de Linhares acrescentou o património da sua casa com numerosas propriedades por si adquiridas, principalmente entre os anos de 1656 e de 1702.

Situavam-se estas, no que respeita à freguesia de Vila Cova, principalmente no lugar do mesmo nome e nos da Portela e de Mareces (Friandes, Cardosas, Loureiro, Cortinhais, Naguste, etc.).

Na freguesia de Curvos conhece-se ter comprado um terreno no sítio de Alvarinho, foreiro à Casa de Bragança e com encargos à confraria do Sub-Sino.

Terá falecido depois do ano de 1702.

No que respeita ao seu filho Francisco do Vale, sabe-se que se ordenou sacerdote e exerceu o cargo de capelão na cidade de Lisboa, onde terá falecido no ano de 1685, ainda em vida de seu pai.

4 - TERCEIROS MORADORES

4.1 - A família e o património

Esperança de Linhares casou, cerca de 1670, com Manuel Ferreira, natural da vila de Esposende, filho de outro Manuel Ferreira e de sua mulher Maria Manuela, residentes na mesma localidade. Das fontes utilizadas neste trabalho parece deduzir-se que este segundo Manuel Ferreira seria, por sua vez, filho de Domingos Ferreira, lavrador, e de sua mulher Maria Gonçalves, também residentes em Esposende, e que teriam falecido antes de 1674.

Deste casamento nasceram oito filhos, todos com os apelidos “Ferreira Linhares”, e cujos nomes próprios são os seguintes:

1 - Custódia. Ver 4.4

2 - Manuel, que segue no ponto 4.3

3 - João, que segue igualmente no ponto 4.3

4 - Mariana Esperança

5 - Vitória

6 - Verónica. Ver 4.4

7 - Clemência, N - 21.11.1691, que segue no ponto 5

8 - Teresa. Ver 4.4

Manuel Ferreira parece ter aumentado as construções destinadas à residência da família pois que, no testamento de sua mulher, referem-se as “casa novas”.

No que respeita a propriedades rústicas, além das que pertenciam à sua herança - pensa-se que localizadas, na sua maior parte, na freguesia das Marinhas -, comprou também diversos terrenos. Estes situavam-se, pelo menos, nos lugares de Mareces e de Vila Cova como sejam no Loureiro, Friandes, Valo, Nequim, Reborido (foreiro ao mosteiro de Palme), etc.

Conhece-se igualmente que comprou, no lugar do Outeiro, uma leira e uma azenha no rego dos Feitos.

Nas freguesias próximas, há ainda as escrituras de compras que fez nas

freguesias de Curvos (Abelheira e Soages, esta foreira à Casa de Bragança), de Palmeira (agra de Cerqueira), Vila Chã, Palme (campo em Bustelo) e Marinhas (uma leira que pagava foro ao mosteiro de Vilar de Frades).

Além disso, tomou de emprazamento outras propriedades, designadamente às comendas de Banho e de Palmeira do Faro como sejam, no primeiro caso, em 14 de Janeiro de 1735, no casal de Assento e, em 2 de Março de 1745, no casal de Paços e, no segundo caso, no ano de 1731, nos casais de Terroso e Outeiro ⁵.

Esperança de Linhares faleceu antes de 1737 e Manuel Ferreira antes de 1749.

4.2 - A Capela

Foi Manuel Ferreira quem mandou construir a capela de Nossa Senhora da Conceição, que ainda hoje se encontra conservada com a conveniente dignidade.

Conforme se escreveu já noutro momento ⁶, este pequeno templo, com frente para a via pública, começou a ser construído em Julho de 1737 e foi benzido, num acto de grande solenidade, no dia 3 de Agosto do ano seguinte.

A motivação desta capela foi, segundo o seu instituidor, “para maior serviço de Deus e veneração de Sua Mãe Santíssima Nossa Senhora” e, dentre as propriedades que se afectaram à sua fábrica, registam-se as seguintes: campo do Pombal, em Curvos; leira no sítio do Barco, em Terroso e, no lugar de Mareces, uma leira no sítio da Vinha Grande, parte de um pinhal no Carvalhido, metade da devesa das Bouças ou Vinha de Baixo, paúl na fonte das Friandes, e uma leira na cortinha das Laranjeiras.

4.3 - Os filhos doutores

Os dois filhos do sexo masculino estudaram na Universidade de Coimbra, onde qualquer deles atingiu o grau de bacharel formado em Cânones, o que parece conferir o título de Licenciado, que figura em alguns documentos, e a possibilidade do exercício de funções na área de Direito, mesmo no seu ramo civil.

Manuel Ferreira Linhares ordenou-se também sacerdote, embora se não conheça que tenha paroquiado qualquer freguesia, pois parece ter passado grande parte da sua vida na casa de Mareces, de cuja capela foi administrador após a morte de seu pai. Foi igualmente administrador da capela instituída pelo padre Francisco Gonçalves, que ainda existia no ano de 1727.

Conhece-se que comprou também algumas propriedades, num ou noutro caso incluindo edifícios, quer na freguesia, quer também nas de Curvos e de Palmeira. No primeiro caso, registam-se as seguintes: no lugar de Vila Cova, uma leira na agra do Valo e outra no campo do Paço; dois moinhos negreiros situados no ribeiro da Serra, em Eixate; uma leira no sítio das Casteleiros, no

lugar do Outeiro e, no lugar de Mareces, duas leiras e um cortelho nas Friandes, um paúl no Moeiro e metade de uma casa com eirado no sitio do Outeirinho.

Faleceu no dia 4 de Fevereiro de 1750.

João Ferreira Linhares, por seu lado, tendo embora pessoal doméstico a seu cargo na casa de Mareces (constituído, em 1750, por duas criadas e uma escrava de cor), fixou a sua residência habitual na vila de Esposende onde, no mesmo ano, além de sua mulher, diz ter em sua casa uma cunhada e duas escravas.

Em Esposende sabe-se que desempenhou as funções de Juiz (parece que dos Orfãos), tendo sido igualmente responsável - afirma-se mesmo proprietário - da Alfândega local.

Um documento que deixou refere-se à escrava preta, de nome Vitória, que tinha em Mareces, e “trabalhava nos serviços da sua casa e lavoura”. Esta ter-se-á enamorado de um vizinho, de quem teve uma criança do sexo feminino.

Por este facto, apresentou queixa em Tribunal, reclamando indemnização por perdas e danos, alegando designadamente que, “no tempo de prenhez esteve doente e, cuidando (...) que outro era o achaque, a mandou curar, e esteve de cama tomando remédios da Botica”, chegando mesmo a levá-la para a sua casa de Esposende, para efeito de melhores cuidados.

Por tudo isto, e para compensar o período de inactividade e os custos dos tratamentos, e porque considera menos honroso ter ao seu serviço uma mãe solteira, requereu também ao Tribunal que o pai da criança fosse igualmente condenado a comprar-lhe a referida escrava.

4.4 - As filhas do casal

Sobre as seis filhas do casal, para além da que sucedeu na administração da casa, pouco se conhece.

No que respeita a Verónica Ferreira Linhares, sabe-se que casou com Gonçalo Barbosa Braga, de S. Julão de Freixo. Faleceu em 1753, ou pouco antes.

Por seu lado, Custódia Ferreira Linhares casou em fins de 1721 ou princípios de 1722 e faleceu antes de 1750, tendo comprado também algumas propriedades, especialmente na freguesia de Curvos.

Quanto a Teresa Ferreira Linhares, sabe-se que faleceu antes de 1743.

5 - QUARTOS MORADORES

Clemência Ferreira Linhares casou, em 1724, com o licenciado Alexandre Vieira, de Esposende. Segundo se refere nas “Memórias Paroquiais de 1758”, relativas a Vila Cova⁷, nessa altura, sendo já viúva, era a proprietária da capela e, naturalmente, também das respectivas casa de residência, embora se saiba que morava regularmente quer em Mareces quer em Esposende, e que o efectivo

administrador da capela, por disposição expressa de seu pai, tenha sido o seu irmão padre Manuel Ferreira Linhares, em sua vida.

Do seu casamento conhecem-se os filhos abaixo indicados, que também usaram os apelidos “Ferreira Linhares”:

1 - Manuel, N - 29.07.1725, que segue no ponto 6

2 - João Atanásio, N - 02.05.1727, em Mareces

3 - António José, N - 17.01.1730, em Esposende

4 - Verónica Maria, N - 25.07.1733, e ainda vivia em 1785

Conhecem-se documentos relativos à compra de diversas propriedades, designadamente em Palmeira, Goios e Marinhas.

O Dr. Alexandre Vieira, N - 23.10.1681 -, era filho de Isabel Gonçalves, de Esposende, e de Manuel Domingues, das Marinhas, sendo este, por seu lado, filho de Domingos Gonçalves e de Catarina Gonçalves, da mesma freguesia. Institui também uma capela particular, parece que na freguesia das Marinhas, tendo-lhe afectado diversas propriedades para a respectiva fábrica, pelo menos duas destas situadas, respectivamente, no lugar de Pinhote e no sítio das Bouças Novas.

Parece que sua mãe havia instituído também uma capela.

Num ou noutro momento figura o nome do Dr. Alexandre Vieira também com o apelido “Repincho” parecendo, no entanto, tratar-se da mesma pessoa.

Também pela mesma altura aparece em alguns casos o nome de João Vieira Repincho, também licenciado, e que se admite ser parente do Dr. Alexandre Vieira, embora não seu irmão, dada a diferença de idades.

Este Dr. João Vieira Repincho foi o Juíz do Tombo da Comenda de Banho realizado no ano de 1687, ali se dizendo que foi Juíz de Fora da comarca de Melgaço⁸. Com efeito, na folha 1200 deste Tombo, confirma-se o seu título de licenciado e a residência na freguesia das Marinhas.

O Dr. Alexandre Vieira faleceu antes de 1755 e sua mulher faleceu no ano de 1770.

O filho António José Ferreira Linhares faleceu na então vila de Esposende em 25 de Abril de 1777.

O filho do casal, João Atanásio Ferreira Linhares, ordenou-se sacerdote, parece que no ano de 1751 sem que, no entanto, tenha sido destacado para parouquiar qualquer freguesia, pois residiu habitualmente na casa de Mareces.

Pouco se conhece a seu respeito. É, no entanto, muito curioso um processo de excomunhão que, a seu pedido, foi instaurado pela autoridade eclesiástica contra uma sua escrava mulata, sob a alegação de que desviava de sua casa diversos bens, como sejam “dinheiro novo e velho, milho, carne e unto (...) panos de linho e estopa”, para além de “trastes de prata e outras muitas coisas mais”, e ainda roupas e diversos objectos, mesmo de ouro.

Este processo decorreu durante o ano de 1776, com inquirição de muitos declarantes, sob orientação do pároco de Vila Cova. Neste processo, constituído por muitas folhas, nunca se menciona o nome da escrava, e a sentença final foi no sentido da excomunhão.

O padre João Atanásio Ferreira Linhares faleceu em Esposende, não se conhecendo exactamente o ano.

6 - QUINTOS MORADORES

6.1 - A família

Manuel Ferreira Linhares casou com Ana Teresa Josefa de Lima Vilas Boas, natural de Deucriste, concelho de Viana do Castelo, conhecendo-se deste casamento os filhos seguintes, que usaram os apelidos de “Ferreira de Lima Linhares”:

1 - Criança do sexo masculino, N - 05.06.1768 e F - 21.11.1768, de que não se conhece o nome e foi sepultado na capela.

2 - Custódio José, N - 10.10.1769

3 - António José

4 - Rosa Maria Teresa, N - 15.10.1772, que sucedeu na casa. Ver ponto 7.

Num documento de 1759 vem o nome de Manuel Ferreira Linhares mencionado com “proprietário do título de escrivão da Câmara” de Esposende e, parece que por inerência, também como Juíz dos Orfãos.

Porque nuns documentos em que se refere o nome de Manuel Ferreira Linhares se diz que é de Esposende e noutros se diz que é Vila Cova, poderia admitir-se que não se reportariam à mesma pessoa. Mas porque, de facto, terá nascido em Esposende, ali passando os anos da juventude, com frequentes estadias na casa de Mareces, onde veio a suceder, parece mesmo de aceitar que se trata da mesma pessoa.

De alguns documentos que foi possível consultar verifica-se que foram dadas de arrendamento muitas propriedades, principalmente por Ana Josefa, quando viúva.

Manuel Ferreira Linhares faleceu em 1778 e sua mulher em 15 de Maio de 1791.

A filha Rosa Maria Teresa chegou a frequentar o Colégio das Chagas, das Irmãs Religiosas, pelo menos no ano de 1783.

6.2 - Parentesco em Távora e Deucriste

A referida Ana Teresa Josefa de Lima Vilas Boas, nascida em Abril de 1740, era filha de José Soares de Lima e Vitória Maria Vilas Boas, ele natural de Távora, concelho de Arcos de Valdevez (filho de Salvador de Brito) e ela natural de Deucriste e filha de Paula de Vilas Boas.

Do casal, que fixou residência em Deucriste, houve mais os seguintes filhos:

- 2 - Caetano José, N - 1729, que se ordenou sacerdote
- 3 - Manuel, que igualmente se ordenou sacerdote, e faleceu em Novembro de 1797
- 4 - António José
- 5 - Perpétua Esperança, F - 25-05-1805
- 6 - Josefa Francisca, F - 30.03.1822, na Casa da Capela
- 7 - Rosa Maria

O padre Caetano José de Vilas Boas e Lima foi vigário na vizinha freguesia de Palmeira do Far o durante 43 anos e meio, ali falecendo em 22 de Junho de 1797.

Após a sua colocação na referida paróquia, em 1754, traria para junto de si a sua mãe, após ter ficado viúva e, pelo menos, os seus irmãos António José, Perpétua Esperança e Josefa Francisca, onde compraram casas de residência e diversas propriedades.

Da parte do padre Caetano conhece-se que comprou em Palmeira, entre outras, uma terra lavrada situada na lagoa da agra de Baixo, outra na devesa das Oliveirinhas, e outra no Tranco.

No que respeita ao seu irmão António José, num documento particular consta que faleceu em Maio de 1809, no monte do Faro, em luta com os soldados franceses, por ocasião da segunda invasão a Portugal, tendo sido atingido por duas balas.

Por seu lado, Rosa Maria casou com o seu primo António Velho Brandão, com autorização familiar de afastamento do impedimento de parentesco, conforme escritura de 07.08.1752. Viveu em Távora após o casamento.

7- SEXTOS MORADORES

7.1 - A família

Rosa Maria Teresa Ferreira de Lima Linhares casou, em 16 de Fevereiro de 1789, com António José dos Santos Portela, descendente da Casa do Abrunheiro, de Samo, mas parece que nascido em Gemeses.

Deste casamento houve 12 filhos, de que a seguir mencionam os respectivos nomes próprios sabendo-se que, na sua maioria, usaram os apelidos “dos Santos Portela” mas, num caso ou noutro, foram substituídos por “Ferreira de Lima”:

- 1 - José Joaquim, N - 31.12.1789, que segue nos pontos 7.4 e 8
- 2 - Felizarda Florinda Flórida, N - 02.12.1791
- 3 - Cecília Clara Cândida, N - 09.11.1793. Ver 7.3
- 4 - Verónica Maria Rita, N - 18.11.1795. Ver 7.3

- 5 - Ana Angelina Angélica, N - 05.11.1797 e viveu em Mareces, parece que em casa própria e morreu solteira. Ver 7.5
- 6 - João Evangelista, N - 05.01.1800
- 7 - Genoveva Corovina, N - 17.02.1802. Ver 7.5
- 8 - Joaquim António, N - 24.07.1804
- 9 - Maria Rosa, N - 21.12.1806
- 10 - Bernardino Bruno, N - 01.02.1808
- 11 - Inês Iria, N - 06.12.1812. Ver 7.6
- 12 - Brigida Vitória, N - 26.04.1815 e F - 27.02.1818

António José doa Santos Portela, em alguns documentos ainda hoje existentes substituiu, por vezes, o seu último apelido por “Miranda da Cunha”, de seus avós e familiares.

Ficou conhecido por “Capitão de Mareces”, em virtude do cargo que desempenhou nas “milícias”, talvez em Vila Cova, freguesia que foi sede da 5ª Companhia do Regimento de Barcelos⁹.

Fez o seu testamento em 20 de Outubro de 1828, no qual declarava ter ainda onze filhos vivos, os quais institui seus herdeiros na parte das suas legítimas, mas refere expressamente alguns bens legados às filhas Felizarda e Ana, quanto à sua mulher, declara não mencionar os bens que lhe deixa porque tem muito para si mas, se quiser ir viver com as filhas para Samo, ninguém a poderá impedir.

António José dos Santos Portela faleceu em 23 de Dezembro de 1831 e sua mulher Rosa Maria viria a falecer mais tarde, em 9 de Setembro de 1837. Foram sepultados em campa do morgado da Espinheira, pensa-se que situadas na igreja de Vila Cova e que teriam pertencido aos proprietários da Quinta do Lameiro, em Eixate.

No que respeita aos filhos Joaquim António e Bernardino Bruno sabe-se que, em 1824, estudavam no seminário de São Pedro, em Braga, mas parece que nenhum deles veio a seguir a carreira eclesiástica¹⁰.

7.2 - Parentesco na Casa do Abrunheiro

7.2.1 - Os pais e os avós do “Capitão”

No lugar de Samo houve uma Casa conhecida por “Abrunheiro”, que tinha também uma capela particular sob a invocação de São João Baptista, da qual ainda é possível conhecer o local em que se situava.

Relativamente a esta Casa, que atingiu grande prestígio, conhecem-se algumas famílias do século XVIII, embora sejam escassas as informações relativas a datas.

Começando pelos avós do “Capitão”, sabe-se que foram Rosa Maria, nascida na referida casa do Abrunheiro e F - 24.05.1754, e António Ribeiro dos

Santos. A referida Rosa Maria era, ao que parece, irmã do padre António Lopes da Cunha, que foi reitor na paróquia de Banho, como adiante se refere no ponto 7.2.5.a).

Deste casamento há notícia dos filhos seguintes:

- 1 - Luís António dos Santos, N - 05.10.1742, que casou e depois se ordenou sacerdote. Ver ponto 7.2.5.b)
- 2 - Maria Josefa, N. - 13.06.1744
- 3 - Gertrudes, N - 22.03.1746
- 4 - António José, N - 25.02.1740, e seguiu a vida eclesiástica Ver ponto 7.2.5.c)
- 5 - Berta

Por seu lado, Luís António dos Santos casou, em 11 de Agosto de 1760, com Ana Maria da Conceição, filha de Violante de Freitas e de Bento Luís, este irmão do reitor de Vila Cova, padre João José Luís Portela, os quais residiram em local próximo da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães ¹¹.

Deste casamento conhecem-se os seguintes filhos, com os apelidos “Santos Portela”

- 1 - António José, referido no ponto anterior
- 2 - João Baptista, que se ordenou sacerdote. Ver 7.2.5.d)

Num apontamento genealógico elaborado pelo próprio “Capitão”, abrangendo cinco gerações, mas sem referência a todos os descendentes de cada casal, só figura um seu irmão. Constando, no entanto, que a única filha de Luís António dos Santos seguiu a vida religiosa, poderá tratar-se de Maria Teresa, que se encontra noutros apontamentos, segundo os quais professou no convento dominicano das Chagas, Viana do Castelo, em 24 de Setembro de 1781, onde tomou o nome de madre Maria Teresa das Chagas.

Parece que o casal foi residir para a freguesia de Gemeses, onde Ana Maria faleceu em 1 de Outubro de 1770 e os seus pais, que em Guimarães se dedicavam ao comércio de panos, foram também morar com o genro, tendo falecido não se sabe se em Vila Cova se em Gemeses.

António Ribeiro dos Santos era, em 1758, proprietário da capela de S. João Baptista e, naturalmente, da Casa do Abrunheiro.

7.2.2 - Ascendentes mais remotos

Rosa Maria, avó do “Capitão”, era filha de Gaspar Lopes dos Reis (F-26.07.1746) e de sua mulher Maria Teresa de Miranda (N - 1680 e F - 25.06.1737). Deste casal houve, pelo menos, mais um filho, de nome João, nascido no lugar de Samo em 06.04.1718. No que respeita a António Ribeiro dos Santos, sabe-se que era filho de Sebastião Ribeiro, de Fão, e de Joana Maria de Oliveira, de S. Salvador de Lemenhe.

Por seu lado, Maria Teresa de Miranda era da Casa da Semeadela, sendo

seus pais António de Miranda e Francisca Martins que foram, assim, os trisavós do “Capitão”.

7.2.3 - Casa da Semeadela

António de Miranda e Francisca Martins atrás mencionados tiveram, pelo menos, mais uma filha e três filhos, cujas principais referências se indicam a seguir.

Antónia Teresa de Miranda, N - 23.11.1689, viria a casar em 1718 com Miguel Barbosa Pedra, da freguesia da Facha, concelho de Ponte de Lima, onde o casal passou a morar. Sabe-se que foi madrinha de baptismo de seu sobrinho João, atrás referido. Do seu casamento houve, pelo menos, uma filha, de nome Vitória, que faleceu em 1806, no estado de solteira.

Dois dos irmãos de Antónia Teresa seguiram a vida religiosa, com os nomes de Frei Domingos da Expectação e Frei João, a que se voltará a referir no ponto 7.2.5.e).

Por seu lado, António de Miranda casou com Rosa Maria da Nazaré, também da Facha, havendo deste casamento, pelo menos, uma filha de nome Quitéria Teresa de Miranda, que casaria com António Rorigues (?) Ferraz e faleceu antes de 1806.

Deste casamento conhecem-se, por sua vez, um filho de nome Luís António de Miranda, que veio a casar com Luciana Duta e faleceu também antes de 1806 havendo, pelo menos, duas filhas com os nomes seguintes: Joana de Miranda e Saturnina de Miranda.

7.2.4 - Casas da Ponte e do Alfaiate

A Análise de outros documentos permite encontrar, em tempos também muito recuados, o nome de David Miranda, da Casa da Ponte (Samo) de cuja mulher apenas se conhece o nome de Rosa. Deste casamento houve uma filha e dois filhos um dos quais, de nome Diogo Miranda, ficou na mesma Casa, e foi pai do referido Gaspar Lopes dos Reis - bisavô do “Capitão” - e o outro, de nome Pedro Miranda, casaria no lugar de Vila Cova, tendo um filho igualmente com o nome de Pedro.

No que respeita à irmã destes, cujo nome se não conhece, sabe-se que casou em Banho, na Casa então conhecida pela alcunha de “os Moleiros”. Teve uma filha que viria a casar na Casa da Ponte e um filho de nome Pedro, que ficaria na Casa de seus pais.

Dos filhos deste Pedro, um ordenou-se sacerdote - Padre Manuel Miranda - e o outro, de nome António, casaria no lugar da Portela. A única filha deste casal, de nome Maria Rosa, morreria solteira, mas teve também uma filha, de nome Maria Teresa, que casou também na Portela com um filho de Manuel Rodrigues, conhecido pela alcunha de “Alfaiate”.

7.2.5 - Padres referidos no texto

Ao longo deste ponto 7.2 referiram-se os nomes de diversos indivíduos do sexo masculino que seguiram a vida religiosa. Sobre eles, e segundo a ordem em que figura no texto, se apresentam agora mais algumas referências.

a) - Padre António Lopes da Cunha

Teria, como se disse em 7.2.1, nascido na Casa do Abrunheiro, e já consta como reitor de Banho em 1758, ali se mantendo até à data do seu falecimento, ocorrido em 26 de Janeiro de 1784.

b) - Padre Luís António dos Santos

Foi pai do “Capitão”. Parecendo que teria sido seminarista antes do casamento, regressou ao seminário após ter ficado viúvo. Recebeu as ordens sacras de subdiácono em 12 de Junho de 1787 e, na qualidade de padre e de avô, figura como padrinho no baptismo do seu primeiro neto. Faleceu em 17 de Junho de 1809.

Consta que chegou a ser coadjutor de seu filho em Vila Cova e, depois, abade de Gemeses.

c) - Padre António José dos Santos

Irmão do anterior. Sabe-se que faleceu em Lisboa, no ano de 1785, sendo clérigo “a minoribus”.

d) - Padre João Baptista dos Santos Portela

Irmão do “Capitão”. Sendo coadjutor de Vila Cova pelo menos já em 1802, viria depois a ser nomeado pároco da freguesia após renúncia do seu antecessor.

Faleceu em 15 de Dezembro de 1827, às primeiras horas da manhã, segundo registos da época.

e) - Frei Domingos de Expectação e Frei João

Nada se conhece de concreto sobre estes religiosos. Regista-se o facto de, pelo menos um deles, ter usado como nome de religião o título da padroeira da freguesia - Nossa Senhora da Expectação.

f) - Padre Manuel de Miranda

Nada mais se conhece para além do nome de seu pai.

g) - Outro religioso

Não figura no texto, mas poderá relacionar-se também com famílias atrás mencionadas, um religioso que usou o nome de Frei Manuel ds Expectação.

Este sacerdote, com o título de Padre Mestre, foi Dom Abade do mosteiro beneditino de Rendufe, concelho de Amares, no triénio de 1734-1737, e tinha já sido Dom Abade de Santarém no triénio de 1728-1731.

Num estudo publicado em 1981 diz-se que era “natural não sabemos de que Vila Cova”¹² mas, porque em Agosto de 1708, num auto de posse realizado

na comenda de Vila Cova, se encontra como testemunho Frei Manuel da Expectação, da Ordem de S. Bento, e ali se diz que é natural desta freguesia, parece não haver dúvidas de que se trata da mesma pessoa.

De registar também o facto de ter usado, em religião, o título da padroeira da paróquia.

7.3 - Crescimento patrimonial

Com o falecimento do padre Caetano Vilas Boas e de seus irmãos residentes em Palmeira passaram para o património da Casa da Capela, por disposições testamentárias, muitíssimas propriedades, não só da freguesia de Palmeira como de outras, algumas bem distantes e situadas, pelo menos, nos concelhos de Viana do Castelo, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima.

De facto, conhecem-se os testamentos de Perpétua Esperança e de Josefa Francisca, feitos em 10 de Julho de 1803 perante o sacerdote vilacovense Padre Constantino Luís Alvares e depois confirmado pelo tabelião de Esposende Pedro Nunes Ramos, segundo os quais, “em obrigação de muitos favores que deviam”, constituem seus únicos e universais herdeiros a sobrinha Rosa Maria Teresa e seu marido António José dos Santos Portela, apenas com a ressalva de algumas obrigações de alma e um simbólico apoio económico à empregada que tiveram, de nome Maria Tomásia, a um filho desta que ali casou, e a uma criada do padre Caetano, de nome Maria.

Sabe-se que idêntico procedimento foi adoptado pelo seu irmão António José, sendo de crer que os irmãos sacerdotes não tenham assumido atitudes muito diferentes.

Com estas doações, o património da Casa da Capela, que já era significativo, viria a ter um importante crescimento.

Mas não é tudo. Embora sem se conhecerem elementos muito concretos sobre o assunto, sabe-se que o “Capitão de Mareces” herdou também importantes bens de seu pai já que, quanto aos avós maternos, escreveu num apontamento que chegaram a ser ricos mas que morreram pobres. De facto, no seu testamento, António José dos Santos Portela diz-se efectivamente proprietário da Casa do Abrunheiro, respectiva capela e muitas propriedades, incluindo um lagar de azeite e sua levada no sítio da Fonte da Telha (lugar da Portela) e sabe-se que seu irmão, padre João Baptista, privilegiou no seu testamento as sobrinhas Cecília e Verónica, que viveram sempre no estado de solteiras e com ele moraram até ao fim da sua vida.

E é ainda provável que a sua irmã religiosa legasse também o património aos parentes da Casa da Capela.

Deve salientar-se no entanto que muitas destas propriedades eram foreiras às comendas de Banho e de Vila Cova, ¹³ assim como aos mosteiros de Palme, Tibães, ou outras instituições.

7.4 - Parentesco em Terroso / Palmeira

José Joaquim dos Santos Portela, filho mais velho do “Capitão de Mareces”, de algum modo contra vontade de seu pai, casou com Ana Rosa de Lima, da família “Cuco”, de Palmeira, e fixou residência na mesma freguesia, onde se tornou um abastado proprietário.

Deste casamento houve os filhos seguintes:

- 1 - João Vitorino dos Santos Portela, que sucedeu na casa
- 2 - Luís António dos Santos Portela. Ver 9.1
- 3 - Inês Cândida de Lima Linhares. Ver 8.2
- 4 - Emilia
- 5 - Ana
- 6 - José, que ficou solteiro e faleceu ainda em vida de seu pai
- 7 - Joaquim

No ano de 1838 restaurou a casa de Terroso, que entretanto comprara, e ali passou a morar. Esta residência ficou geralmente a ser conhecida por “casa de Mareces”.

José Joaquim dos Santos Portela foi nomeado, em 3 de Agosto de 1814, para o posto de alferes de uma das companhias do Regimento de Milícias de Barcelos (AHM, 3ª. Div., 39ª. sec., cx. 22, doc. nº. 38), cargo de que viria a ser demitido em 1829, após 14 anos de ligação às Milícias, pelo facto de, segundo a proposta de demissão, “se achar refugiado em consequência de ficar culpado na devassa de inconfidência, por cujo motivo goza de muito má opinião pública, por ser muito afecto ao sistema constitucional” (AHM, 3ª. Div., 39ª. sec.- cx. 40, doc. nº. 15). Estava-se, nesta altura, em plena guerra civil entre os partidários de D. Miguel I e D. Pedro IV, ou seja entre os regimes absolutista/realista e constitucional/liberal.

Por seu lado, o filho João Vitorino casou com Ana Joaquina Barbosa passando a residir, pelo menos durante alguns anos, na freguesia de Gemeses (Casa das Eiras), onde terão nascido os filhos seguintes, todos com os apelidos “Santos Portela”:

- 1 - Maria Joaquina Barbosa, N - 1869
- 2 - Bernardina Rosa, que segue no ponto 9.3
- 3 - Bernardino, que se ordenou sacerdote e sucedeu na casa de Terroso

Maria Joaquina casou em Gemeses com um irmão do Padre Paulino José Fernandes Ribeiro, que foi abade de Vila Cova. Faleceu em 12 de Outubro de 1904.

Finalmente, o padre Bernardino dos Santos Portela foi, durante muitos anos, reitor na freguesia de Apúlia, no concelho de Esposende.

Tendo herdado a casa de Terroso, nela passou a morar após a sua aposentação.

Junto a essa casa mandou construir uma capela particular, sob a invocação de Nossa Senhora de Lurdes benzida no ano de 1902.

Muito apaixonado pelos valores histórico-culturais, escreveu uma pequena monografia sobre o mosteiro de Banho, que viria mais tarde a ser publicada no jornal bracarense “Diário do Minho”, por iniciativa do pároco de Vila Cova, arcepreste Rio Novais ¹⁴.

Ainda a propósito deste mosteiro, mandou igualmente construir a sua casa, uma pequena memória arquitectónica que é segundo escreveu, uma “miniatura duma torre românica”, e na qual utilizou alguns colunelos, capiteis e respectivas bases, que recolheu nas próprias ruínas da igreja conventual.

Mas o seu interesse por este monumento não ficou por aqui. Com efeito, em carta de 14 de Junho de 1927, pedia ao seu primo Albino Cândido Alves de Matos, de Vila Cova, a cedência de chaves ou documentação provenientes de Banho que porventura tivesse em seu poder.

Sabe-se que, no dia seguinte, foram entregues ao padre Bernardino as chaves do sacrário e da porta principal, ficando na posse de seu primo a chave da porta travessa do lado sul e diversa documentação.

O padre Bernardino dos Santos Portela faleceu, na sua casa de Terroso, em 5 de Janeiro de 1941.

7.5 - Parentesco em Curvos

Genoveva Corovina Ferreira Linhares de Lima casou em Curvos com Manuel Joaquim da Fonseca, talvez irmão do pároco local (José Joaquim da Fonseca), e deste casamento houve, pelo menos, os filhos seguintes, com os apelidos “Fonseca Lima”:

1 - José Carlos, que se ordenou sacerdote

2 - Joaquim

Genoveva Corovina, já no estado de viúva, foi contemplada como principal herdeira no testamento de sua irmã Ana Angelina Angélica, feito em 12 de Março de 1868, no qual a testadora referia terem já falecido os seus irmãos José, Cecília, Verónica, João, Maria, Joaquim e Bernardino.

Pelo mesmo testamento, o seu sobrinho Joaquim, filho de Genoveva, era contemplado com a residência, capela e várias propriedades ligadas ao património da Casa do Abrunheiro, inclusivamente o lagar de azeite referido no ponto 7.3, euquanto que o pároco de Curvos, em compensação da sua ajuda na administração da referida Casa do Abrunheiro, foi igualmente contemplado com alguns bens. O padre José Carlos e alguns primos seus foram igualmente, pelo mesmo testamento, beneficiados com algumas propriedades.

7.6 - Parentesco com a família “Vale”, de Mareces

Inês Iria Ferreira Linhares de Lima, filha do “Capitão de Mareces”, casou com António Joaquim Ferreira do Vale, indo viver para casa do seu marido, no mesmo lugar, no sítio conhecido por “Casa dos Torrinhos”.

Deste casamento conhecem-se os filhos seguintes:

- 1 - José, que casou em Curvos
- 2 - Genoveva, que segue no ponto 9.1
- 3 - Florinda, que viveu em Mareces e morreu solteira
- 4 - Rosa, que viveu também em Mareces e teve
 - Joaquim
 - Cecília

Esta Cecília teve, por seu lado, uma filha de nome Júlia, que casou sem descendência, e um filho de nome José, que foi pai de Domingos, Alvaro e Belmira Moreira Dias.

Por outro lado, António Joaquim Ferreira do Vale teve, fora do casamento, os filhos seguintes:

- 1 - António José Ferreira do Vale, adiante no ponto 9.4
- 2 - Maria Júlia Ferreira do Vale
- 3 - Um outro filho, não se sabe se de nome Joaquim ou Manuel

Este filho, sob o número 3, emigrou para o Brasil, onde terá alcançado grande fortuna e deixado descendência. Teve uma casa em Lisboa, próxima do Largo da Estrela, e faleceu num hotel de Paris, durante uma deslocação ao estrangeiro.

No que respeita a Maria Júlia, atrás referida sob o número 2, conhece-se que foi educada em colégios de Braga e de Paris, constando que nesta cidade foi colega de D. Amélia que, depois, seria rainha de Portugal por ter casado com D. Carlos I. Fixou residência em Braga após o seu casamento, onde viveu ao nível da grande burguesia. Teve descendência e usou o apelido "Barbosa", de seu marido.

D. Inês era uma senhora de forte personalidade, de tal modo que os seus filhos eram conhecidos por José ou Florinda da Inês, e diz-se que teve sete demandas judiciais contra seu marido, por causa das suas extravagâncias, e que todas ganhou.

7.7 - Parentesco em Gandra e outras localidades

A partir de casamentos dos filhos ou descendentes do "Capitão", o apelido "Portela" difundiu-se por várias freguesias. Para além do que se refere em diversos pontos deste trabalho, regista-se que também na freguesia de Gandra se conheceu assim uma família, de que agora apenas é possível registar o nome de um seu descendente que foi sacerdote.

Trata-se do padre Luís dos Santos Portela, que foi professor e perfeito nos seminários bracarenses de Santo António e Nossa Senhora da Conceição, e também páraço das freguesias de São Jerónimo e de Maximinos, próximas da mesma cidade ¹⁵.

8 - SÉTIMOS MORADORES

8.1 - A Família

A viúva do “Capitão”, Rosa Maria Teresa, nomeou para lhe suceder na posse da Capela de Mareces e das respectivas casas de residência e quinta, o seu filho José Joaquim dos Santos Portela, que fundara a Casa de Terroso, conforme se referiu no ponto 7.4, e depois ficou a ser também conhecida por “Casa de Mareces”.

Não transferindo a sua residência permanente para casa de seus pais, assumiu efectivamente a respectiva posse e administração, em que muito foi ajudado pelas irmãs solteiras que ali continuaram a viver, como expressamente afirmara no seu testamento, no qual salienta, neste aspecto, a irmã Felizarda.

No inquérito Paroquial de 1845 José Joaquim consta, de facto, como administrador da capela de Nossa Senhora da Conceição ¹⁶.

No referido testamento, feito pelo seu próprio punho, e que tem a data de 1 de Abril de 1864, sendo já viúvo, refere terem falecido também os seus irmãos Bernardino e Cecília e o seu filho José, e declara que deseja ser sepultado, como seus pais, numa das campas do morgado da Espinheira.

Referindo-se às suas propriedades, diz que algumas são foreiras aos mosteiros de Palme, Tibães, Vilar de Frades e Vila do Conde, assim como à extinta comenda de Banho, à Casa da Silva e à Casa de Bragança. Menciona também uma sua quinta na freguesia da Facha.

Para lhe suceder na “Casa da Capela” nomeou o seu filho Luís, com a obrigação de lhe fazer companhia até à morte e de vir a casar com pessoa da sua qualidade, de bom procedimento e que disponha de um dote de determinado valor.

José Joaquim dos Santos Portela faleceu em 11 de Agosto de 1866.

8.2 - Parentesco com os “Matos” de Vila Cova

8.2.1 - A Casa de Vila Cova

Inês Cândida de Lima Linhares casou, em 1861, com José Joaquim Alves de Matos, N - 1815, filho de António José Alves de Matos e de Teresa Maria Gomes, esta natural de Carvoeiro, concelho de Viana do Castelo, passando o casal a morar em Vila Cova.

Deste casamento haveria dois filhos e duas filhas, todos casando em Vila Cova, e cujos nomes são os seguintes:

- 1 - Albino Cândido Alves de Matos, N- 02.07.1866, que sucedeu na casa.
Ver 8.2.2
- 2 - Luís António Alves de Matos, N - 25.03.1870, que segue no ponto 8.2.3
- 3 - Leopoldina de Lima Linhares Alves de Matos, N - 05.01.1874, que segue no ponto 8.2.4
- 4 - Emília Cândida Alves de Matos, N - 26.05.1872, que segue no ponto 8.2.4

José Joaquim Alves de Matos teve, pelo menos, mais dois filhos, de nomes Joaquim António Alves de Matos e João José Alves de Matos, parecendo que o primeiro está ligado à família de alcunha “Tendeiro”, de Vila Cova.

Em vários documentos do seu espólio afirma-se sempre como sendo de Vila Cova mas, na certidão de baptismo do seu filho Albino está escrito que é natural da extinta freguesia de Banho.

Emigrou para o Brasil em Abril de 1825 onde, na cidade do Rio de Janeiro, chegou a ser guarda-livros de primeira classe, ingressando depois na actividade comercial, constituindo uma firma com mais um sócio.

Para a mesma cidade emigrou também o seu irmão João José, que ali viria a felecer poucos anos após o seu casamento com Leopoldina Carolina Croce, deixando então um filho com a idade de sete anos, de nome Jorge Alves de Matos, que mais tarde fixaria residência em Vila Cova.

José Joaquim Alves de Matos veio a esta freguesia em Maio de 1850. acompanhando seu pai, então de idade muito avançada, que ao Brasil o fora visitar, mas voltou ao Rio de Janeiro pouco depois, por ter conhecimento de grave doença do seu sócio. Regressou definitivamente a Vila Cova em Maio de 1853, após se ter desligado dos negócios que o prendiam no Brasil.

Em 1855 passou a morar numa casa nova que mandou construir próxima do sítio do Paço. Cinco anos antes tinha feito outra casa junto à de seus pais, parecendo seguramente que se situaria um pouco afastada da actual.

Comprou, especialmente em Vila Cova e Curvos, numerosas propriedades, e fez parte da Junta de Paróquia de Vila Cova durante alguns anos.

Faleceu em 17 de Dezembro de 1885, já no estado de viúvo.

8.2.2 - A sucessão na Casa

Albino Cândido Alves de Matos, que sucedeu na casa de seus pais, casou com Elvira Pereira da Cunha, natural de Carapeços, filha de Francisco Pereira da Cunha e de Maria Teresa da Cunha. Era irmã do padre António Pereira da Cunha, então reitor de Vila Cova.

Deste casamento houve os filhos seguintes:

- 1 - Vitorino Cândido Alves de Matos, N - 1887, que morreu solteiro

- 2 - Laurentina Cândida Alves de Matos, N - 1888, que casou com João Bernardino Gomes dos Santos, e sucedeu na casa
 - 3 - Angelina Cândida Alves de Matos, que casou com António Joaquim de Lima
 - 4 - Albertina Cândida Alves de Matos, que casou duas vezes, a segunda com António Marques da Costa, só deste casamento houve descendência
 - 5 - Josefina Pereira da Cunha Matos, que casou no lugar de Eixate, com António do Vale Miranda Vasconcelos, e F - 27.05.1990, com 97 anos de idade
 - 6 - Olinda Cândida Alves de Matos, que casou em Gemeses, na casa das Eiras
 - 7 - Inês Cândida Alves de Matos, que casou também em Vila Cova
- Ficando viúva em 20 de Janeiro de 1914, teve um segundo casamento em 1915 ou 1916 com Maria Dias de Sá (baptizada em 04.01.1882), natural desta freguesia, e viúva de Manuel Martins Curvão, sendo filha de António José de Sá e de Bernardina Rosa, neta paterna de Manuel José de Sá e de Rosa Clara, e materna de António José Dias e Rosa Joaquina.

Deste segundo casamento houve os filhos seguintes:

- 1 - Avelino, que faleceu com a idade de 19 anos
- 2 - Vitorina
- 3 - Alzira

Albino Cândido Alves de Matos acrescentou igualmente o património da sua casa com diversas propriedades que comprou, construindo uma nova casa, ao lado da de seus pais, à margem da estrada.

Ocupou cargos de responsabilidade na administração da freguesia, especialmente como secretário do Julgado de Paz que nela teve a sua sede e, em 29 de Março de 1897, fora já nomeado depositário da caixa do correio, sem direito a remuneração, com a obrigação de receber e expedir as malas e vender as respectivas franquias postais.

Manteve cuidadosamente o valioso espólio documental que havia recebido de seus pais, em grande parte originário da Casa da Capela, enriquecendo-o com muitas outras peças, algumas delas provenientes dos cartórios paroquiais de Banho e de Vila Cova, e com alguns processos relativos ao Julgado de Paz.

Tendo sido, como se referiu, casado com uma irmã do reitor da paróquia de Vila Cova, o facto de ter tido desentendimentos com dois sacerdotes naturais desta freguesia terá afectado, de algum modo, a sua consideração pela classe eclesiástica de tal modo que, em disposições testamentárias, determinou que o seu funeral fosse meramente civil e sem padres, e que se distribuisse pelos pobres da freguesia o dinheiro que gastaria com as cerimónias religiosas.

É actual proprietário da casa Laurentino Matos dos Santos, um dos filhos de Laurentina Cândida Alves de Matos, o qual também casou e tem descendência.

8.2.3 - A Casa da Quellha, em Mareces

No que respeita a Luís António Alves de Matos, casou com Maria Luísa da Costa, na Casa da Quellha, em Mareces, e os filhos que vieram a casar foram os seguintes:

- 1 - Artur, que sucedeu na casa e F - 04.03.1980
- 2 - Emília, que casou nos Feitos
- 3 - Leopoldina Adelina, que casou em Eixate com Adelino António de Matos
- 4 - Maria Angelina, que casou em Banho
- 5 - Maria dos Prazeres, que casou na família Simões, na freguesia
- 6 - Arminda, que casou na família Baroso, na Portela
- 7 - Júlia Maria, que casou na família Freixo, em Vila Cova

Houve ainda Olívia e Albino, que morreram solteiros, e António, que faleceu com pouca idade.

8.2.4. - Famílias do Baltazar e do Devesa

As duas filhas de José Joaquim Alves de Matos ligaram-se também a famílias de Vila Cova, conforme se segue:

a) - Leopoldina de Lima Linhares Alves de Matos casou com Luís António de Sousa, N - 24.04.1865, da casa conhecida pela alcunha de “Devesa”. Seu marido era filho de Manuel Joaquim de Sousa e de Bernardina Quitéria;

b) - Emília Cândida Alves de Matos casou com Manuel José Alves Nogueira, da família conhecida pela alcunha de “Baltazar”. Seu marido era filho de José Alves Rosa e de Maria José Gomes Nogueira.

9 - OITAVOS MORADORES

9.1 - A família

Luís António dos Santos Portela, filho de José Joaquim dos Santos Portela, casou em 1879 ou 1880, com a sua prima Genoveva Iria Ferreira Linhares de Lima e, deste casamento, houve os seguintes descendentes, todos com apelidos “dos Santos Portela”:

- 1 - Carlindo Ladislau, N - 1880
- 2 - Bernardino, N - 19.11.1880
- 3 - Florinda Rosa, N - 31.10.1884, que sucedeu na casa.
- 4 - Albino

Luís António dos Santos Portela tivera um primeiro casamento em Gemeses, sem descendência, com Florinda Vilas Boas Painho, viúva de Francisco Gomes Nogueira e, por escritura de 21 de Fevereiro de 1877, celebrada em Eposende, sendo já viúvo, fez um acordo com o seu enteado José Gomes

Nogueira, proprietário na mesma freguesia, segundo o qual renunciava ao terço dos bens que pertenciam a sua esposa e com que ela o contemplou em testamento.

No que respeita aos filhos do Casal, Carlindo emigrou para o Brasil, onde faleceu em 1937, na cidade do Rio de Janeiro, no estado de solteiro. O seu irmão Albino, que casou com Balbina do Vale Rosendo (F-02.01.1972), ou Balbina Moreira do Vale, fixou residência em Curvos e emigrou depois para o Brasil, onde veio a falecer, também na cidade do Rio de Janeiro. Do seu casamento houve os descendentes seguintes: Carlindo (que também emigrou para o Brasil), Rosinda, Maria, João e Arminda.

Por seu lado, Bernardino dos Santos Portela casou com Joaquina Gomes Martins, de Curvos, vivendo no lugar de Mareces, onde faleceu em 7 de Agosto de 1961, sem descendência.

9.2 - Decadência do poder económico

Como se referiu noutro ponto, a Casa da Capela deteve numerosíssimas propriedades dispersas por vários concelhos, sendo umas constituídas por bens de raiz e outras foreiras e comendas ou outras instituições. Diz-se que as suas terras se distribuíram por vinte e sete freguesias, estas integradas em cinco concelhos.

Mesmo com toda esta riqueza, na segunda metade do século de oitocentos a sua situação económica entrou em grande decadência. De facto, a par da divisão dos bens de raiz pelos numeroos filhos do “Capitão” e, já depois disso, pelos seus descendentes, as terras em regime de aforamento, aquando do processo de desamortização consequente da extinção das ordens religiosas, viriam a ser arrematadas, na sua quase totalidade, por pessoas estranhas a esta família.

Mas isto não é tudo. Com efeito, no jornal barcelense “Folha da Manhã”, de 18 de Fevereiro de 1892, consta um anúncio judicial de arrematação de cerca de setenta das propriedades que esta Casa tinha nas freguesias de Vila Cova, Curvos e Palmeira e que, por decisão da Comissão Liquidatória do casal constituído por Luís António dos Santos Portela e sua mulher, seriam levadas à praça.

A partir daqui, a dimensão das propriedades rústicas da “Casa da Capela” ficou muito reduzida, o que terá motivado a emigração de dois dos filhos deste casal.

9.3 - Outros parentes em Vila Cova

Bernardina Rosa dos Santos Portela, atrás referida no ponto 7.4, casou em Vila Cova, na família do “Bento”, com João Bernardino Alves (N - 1852 e F - 1932), e deste casamento houve vários filhos, todos com os apelidos “Alves dos Santos Portela”, com excepção do primeiro, que manteve os apelidos de seu pai.

Os respectivos nomes são os seguintes:

- 1 - Joaquim, N - 1900 e F - 22.11.1983
- 2 - Bernardino, N - 1903 e F - 17.06.1981, solteiro
- 3 - Felizarda, que morreu solteira
- 4 - Angelina
- 5 - Rosa

Bernardina Rosa dos Santos Portela nasceu em 1862 e faleceu em 1921, e seu marido era filho de Joaquim Bernardino Alves (F - 19.04.1900) e de sua mulher Ana (F - 11.09.1901).

No que respeita aos filhos acima indicados, Joaquim sucedeu na mesma casa e casou com Adelaide Gonçalves da Costa (N - 1904 e F - 21.09.1982). Por seu lado, Angelina casou em Mareces com António Figueiredo do Vale Miranda (N - 1894 e F - 23.01.1978), da família do “João Rego”. Finalmente, Rosa casou em Perelhal, com João Rodrigues Neiva Duarte Pinheiro, sendo este casal o herdeiro da maior parte dos bens do seu tio padre Bernardino dos Santos Portela.

9.4 - A família Fradique de Vasconcelos

António José Ferreira do Vale (F - 1902), referido no ponto 7.6, casou com Albertina Miranda do Vale (F - Novembro de 1904), sem descendência.

Foi emigrante no Brasil, onde alcançou apreciável fortuna.

Regressando a Portugal, trouxe consigo uma afilhada de nacionalidade brasileira, de nome Marieta Brun da Silveira (N - 1881 e F - 26.07.1930), a quem proporcionou uma educação em bons colégios.

Marieta da Silveira casaria com Fradique de Vasconcelos Corte Real, parece que de origem modesta, e o casal fixou residência em Mareces, numa grandiosa casa apalacetada que Ferreira do Vale mandou construir, embora passassem frequentemente umas temporadas no Porto e até no estrangeiro.

Deste casal, a quem Ferreira do Vale deixaria em testamento a grande maioria dos seus bens (Ver “Folha da Manhã”, de 27.11.1902), houve três descendentes, com os apelidos “Vasconcelos Corte Real”, e cujos nomes são os seguintes:

- 1 - Joaquim
- 2 - Alzira da Silveira
- 3 - Marieta da Silveira

No que respeita a estes descendentes, Joaquim casou com D. Adelaide Torrinhas, tendo o casal fixado residência em Mareces, ao lado da casa de Fradique Vasconcelos. Emigrou depois para Moçambique, onde veio a falecer. Deixou descendência em Mareces.

Por seu lado, D. Alzira da Silveira morreu solteira, enquanto que D. Marieta casou com o Dr. José Joaquim Ferreira da Costa Raimundo, ligado à indústria

farmacêutica, tendo fixado a sua residência habitual na cidade do Porto. Deste casal houve duas filhas.

10 - NONOS MORADORES

Florinda Rosa dos Santos Portela, professora primária em Vila Cova desde 1910, casou em 25 de Março de 1912 com Luís Maria Ferreira Coelho, nascido em 8 de Dezembro de 1889, que igualmente desempenhava funções de professor do ensino primário nesta freguesia, e era natural de Burgães (casa da Enfermaria), concelho de Santo Tirso.

Deste casamento nasceram os filhos que abaixo se indicam, todos com os apelidos “dos Santos Portela Ferreira Coelho”:

1 - Adalgisa, N - 15.09.1913, que segue no número de 11.1

2 - Olga Adelaide, N - 01.12.1914, que segue em 11.2

3 - Altamiro, N - 21.06.1915

4 - Valdemar, N - 04.07.1916

D. Florinda Rosa aposentou-se no ano de 1946 e faleceu em 7 de Abril de 1958, enquanto que seu marido falecera em 17 de Janeiro de 1954, igualmente na situação de aposentado.

Ambos desempenharam as suas funções, após o casamento, sempre nas escolas de Vila Cova.

No que respeita aos dois filhos do sexo masculino, Altamiro emigrou para o Brasil, tendo casado na cidade do Rio de Janeiro, havendo duas filhas do seu casamento.

Por seu lado, Valdemar diplomou-se em engenharia e casou em Curvo Corinado Vale Souto, com descendência.

11 - DÉCIMOS MORADORES

Os actuais moradores da Casa da Capela são os que se seguem:

11.1 - D. Adalgisa dos Santos Portela Ferreira Coelho

Diplomou-se com o curso de professora do ensino primário e foi casada com o Dr. Alfredo Fernandes, director clínico da estância termal da vila das Taipas, de quem ficaria viúva em 15.06.1941, sem descendência.

11.2 - D. Olga Adelaide dos Santos Portela Ferreira Coelho

Exerceu, durante muitos anos, as funções de regente escolar no lugar de Mareces, e casou com o escrivão de Direiro João Ferreira Peixoto, de quem ficaria viúva em 13.09.1966, com uma filha, que segue no ponto seguinte.

11.3 - D. Maria Armanda Portela Coelho Peixoto

Nascida em 29 de Julho de 1950, licenciou-se em História pela Universidade do Porto e casou com Joaquim de Sousa Magalhães, de Santa Maria de Lamas, industrial na actividade corticeira. Deste casal há uma descendente, de nome Sara Oreana Coelho Peixoto Magalhães, N - 19.08.1976

12 - CONCLUSÃO

Um trabalho genealógico centrado num núcleo familiar de uma localidade rural parece, numa primeira perspectiva, que não terá outra vantagem que não seja um alinhamento de nomes e de datas, a partir dos quais é possível encontrar relações de parentesco.

Mas talvez não seja apenas isto.

De facto, ao longo dos quatros séculos em que se desdobra a análise que agora se apresenta, registam-se muitos pontos de encontro com a História pátria.

As comendas da Ordem de Cristo, os diversos mosteiros, e a casa de Bragança, com os seus empraçamentos, revelam uma imagem sobre a distribuição da propriedade rústica em tempos recuados. E a existência de escravos, as invasões francesas, as lutas políticas no alvorecer do liberalismo, e as milícias, encontram aqui também algum espaço.

A documentação utilizada permitiria alongar o texto com muitas outras referências. Mas penso que, dentre os objectivos propostos, não conviria entrar em mais desenvolvimentos.

Como se adverte noutro ponto, não se ignora a existência de lacunas e de inexactidões. Porém, umas e outras poderão ser, em grande parte, ultrapassadas com pesquisas nos documentos que pertenceram aos cartórios paroquiais e, através dos respectivos registos, poderão desenvolver-se trabalhos mais especializados e com maior rigor. Oxalá que o presente texto mereça o interesse de alguns dos seus leitores.

NOTAS

1 - No ADB, e relativamente à paróquia de Vila Cova, só há registos de baptismo/nascimento a partir do ano de 1612.

2 - Informação colhida num processo elaborado pelo padre Manuel Ferreira Linhares.

3 - De fundação muito antiga, as poucas informações que se conhecem sobre esta confraria estão, de um modo geral, contidas nas Memórias Paroquiais de 1758 relativas à paróquia de Gemeses, cujo texto se transcreveu no BCE n.ºs. 7-8, de Dezembro de 1985, pgs. 122-127.

4 - O documento referido no texto será, talvez, o testamento autêntico. De facto, os processos desta natureza eram realizados, em tempos recuados, perante os párocos e, nos documentos do cartório de Vila Cova existentes no ADB, apenas constam os testamentos a partir do ano de 1704.

5 - Sobre a comenda de Palmeira do Faro penso escrever um texto, em data próxima. Regista-se, desde já, que o seu estudo tem de ser feito conjuntamente com o da comenda de Antime, freguesia actualmente integrada no concelho de Fafe, e à qual Palmeira do Faro esteve canonicamente anexa talvez durante mais de 350 anos.

6 - Sobre esta Capela publiquei uma breve memória histórica no jornal PA, nos seus números especiais de Março de 1987 (n.º 191) e Setembro de 1989 (n.º 218). Remete-se também para a transcrição de documentos sobre a mesma Capela existentes no ADB, no livro "Vila Cova, a Terra e o Homem", do Dr. Alberto Antunes de Abreu, 1989, pgs. 158-162.

7 - O texto destas "Memórias Paroquiais" foi publicado, com anotações, no jornal PA, nos seus números especiais de Maio de 1984 (n.º 158) e Julho de 1986 (n.º 184). O documento existente no ANTT foi também transcrito no livro citado na nota anterior, pgs. 162-164.

8 - ANTT, Tombo das Comendas da Ordem de Cristo, n.º 81. Este Tombo constaria, segundo se presume, de dois ou três volumes, apenas se conhecendo a existência de um.

9 - AHM, 3.ª Div., 39.ª Sec., cx. 3, doc. n.º 15.

10 - Ver também, relativamente ao ano de 1822, o texto do rev. Dr. Franquelim Neiva Soares em NN, n.º 55, de Julho de 1984.

11 - O Rev. arcepreste Rios Novais, no seu "Depoimento sobre Vila Cova" publicado no DM durante os últimos três meses de 1952, refere-se também a esta família de apelido "Portela". Ver texto que figura no dia 15 de Outubro desse ano.

12 - "O mosteiro beneditino de Rendufe na congregação beneditina portuguesa", por D. Gabriel de Sousa, publicado na revista BA, ano de 1981, n.ºs. 79-80, pgs. 197.

13 - Remeto para o meu trabalho sobre as comendas de Vila Cova e de Banho publicado no jornal "A Guarita", de Vila Cova, a partir do seu n.º 38 (Setembro de 1985), e que foi interrompido por motivo de o jornal ter suspenso a sua publicação a partir de 1989.

14 - DM de 12.05.1929 e de 27-30-Outubro de 1952, em textos sobre Vila Cova, da autoria do arcepreste Rios Novais.

15 - DM de 15.10.1952, no texto referido na nota 11.

16 - NN números 38-39-40, de Fevereiro-Março-Abril de 1983, em texto sobre Vila Cova, da autoria do rev. Dr. Franquelim Neiva Soares.



Barca do Lago - Gemeses - 1908 - 1920

O MOSTEIRO DE SÃO SALVADOR DE PALME

(continuação)

J. C. VIANA

S U P L E M E N T O

OBRAS DE MELHORAMENTO OU MODIFICAÇÕES NO MOSTEIRO, DEPENDÊNCIAS, PASSAIS, CERCA E NAS IGREJAS DO SEU PADROADO

Antes de concluir o presente trabalho, parece-me de muita utilidade tentar, dentro das possibilidades, a publicação de um resumo da evolução das obras no Mosteiro de São Salvador de Palme e em tudo o que dele dependia, desde 1626 até ao segundo quartel do século XIX, em que se deu a extinção, por decreto do poder secular.

Com base, seguirei os dados que vêm nos relatórios do “Estado do Mosteiro” os quais o dom abade e o seu convento elaboravam para apresentar no “capítulo” trienal da Congregação e se encontram hoje no fundo Monástico-Conventual do Arquivo Distrital de Braga (Benedictinos, Congregação de S. Bento, n.ºs. 119 e 120). É pena que muitos deles se hajam perdido ou, eventualmente, se encontrem noutra Arquivo. Os que faltam são os referentes aos anos seguintes: 1635, 1641, 1644, 1674, 1677, 1680, 1686 a 1710, 1716, 1719, 1737, que deveriam estar na pasta 119; da pasta 120 faltam: 1807 e 1822. As pastas abrangem: a 119, de 1629 a 1764; e a 120, de 1767 a 1822.

Quantos elementos nos poderiam fornecer estas lacunas, para a história do Mosteiro! Mesmo assim, vale a pena debruçarmo-nos sobre os existentes. Dar-nos-ão azo a que apreciemos a evolução exterior e interior daquela instituição claustral, embora de modo imperfeito e limitado.

Estamos, todavia, perante uma tarefa de certo modo difícil e trabalhosa, tanto pelo número de relatórios, que abrangem cerca de duzentos anos, como pela não uniformidade dos mesmos, quanto à ordem das rubricas e quanto ao conteúdo. No entanto, aqui vai a tentativa que, mesmo sem base completa, se reveste de muita utilidade.

Se este trabalho representa ou traduz, em certo sentido, muitos aspectos da vida do Mosteiro durante aquele período de tempo, convém recordar o que se disse sobre os bens que teriam constituído o seu núcleo rústico-urbano primitivo, resultantes: da dotação do fundador Lovesendo (1028); da nova dotação feita pelo mesmo (1039); de outros que se foram adquirindo por doação ou por compra. Deste património à volta do Mosteiro resultou o “assento” ou seja: o complexo urbano, as herdades, os pomares, os rossios, as devesas, os soutos, etc..

No Tombo de 1551, já vimos em resumo o que já existia, quinhentos anos volvidos. E, através deste estudo suplementar poderemos ter uma ideia dos acréscimos e modificações que se foram operando, desde o séc. XVII ao XIX.

1 - Igreja, Sacristia e Coro

1626-1629: Corporais, sanguinhos, manustérgios, amitos e alvas; para a sacristia e missa; ferros para fazer as hóstias; retábulo da sacristia dourado, com painel de São Bento; um missal novo da Ordem e galhetas de prata; dois retábulos colaterais na igreja; esteiras novas em todos os altares; conserto de todo o coro, tirando-o de um canto e pondo-o no meio, com um espaldar (sic) por cima.

1629-1632: pôs-se outra pedra que caiu da abóbada da capela (mor) e outras 3 mais e se abriu a capela e se gastaram mais de 12.000 reis; deu um religioso um vaso de prata para o lavatório da comunhão; fizeram-se diversas obras no telhado e puseram-se umas grades na porta da igreja.

1635-1638: uma imagem de S. Brás estofada e 6 castiçais de latão.

1644-1647: estofou-se a imagem de Nossa Senhora; esteiras novas na capela-mor e parte do cruzeiro, e nos taburnos dos altares colaterais; um Cristo com um dossel, e cortinas na grade do coro; relicários em 3 meio-corpos; diversas e uma Crónica da Ordem.

1647-1650: conserto do relicário em prata, de St^a Tecla; cruz peitoral e anel, paramentos, capelos, estolas e manípulos para os officios da Semana Santa; esteiras na capela-mor e nos altares; missal, saltério, etc...

1650-1653: douraram-se os dois retábulos colaterais de Nossa Senhora e São Brás; pôs-se um frontal de damasco branco e brocatel no altar-mor; uma vestimenta de pinhoela branca e brocatel; um cortinado de damasquillo branco com seus franjões e alamares, para o sacrário; um véu de ombros de tafetá branco.

1653-1656: um lampadário de prata; decorou-se e pintou-se de óleo a capela-mor e cruzeiro; olearam-se de vermelho as grades no cruzeiro (arco); restaurou-se um quadro de S. Bento com molduras negras, na sacristia; 3 portapaz de latão dourado; duas cegonhas de ferro vermelhas e douradas, para os lampadários; 2 gatos de ferro grandes, para os cunhais da igreja sobre o arco da capela.

1656-1659: diversas para a sacristia; 2 castiçais e uma caldeira de estanho; esteiras; conserto de livros e manual.

1659 - 1662: um esteirame para a capela e colaterais; lâmpada para S. Brás.

1662-1665: uma mitra bordada de ouro fino e báculo de pau dourado; 4 frontais e paramentos; galhetas de estanho; um caixão para os ornamentos na sacristia; 2 resplendores dourados, para S. Bento e St^a Escolástica; um santosudário; reforma do telhado da capela-mor que se arruinara, com seus rufos de cal e com madeira; a sacristia com um arco para a capela-mor, onde há-de estar o Santo Cristo, pintada com sua fresta e grades de ferro.

1665-1668: puseram-se na sacristia e na igreja esteiras do Porto, em todos os altares e capela-mor; um frontal preto no altar-mor e mais outro adaptado e frontais roxos nos colaterais; 3 sacras com molduras, 3 tamboretas para os ministros, 2 tesouras de espevitar a lâmpada, etc.; uma pia de baptismo na igreja, paga pelo padre Geral.

1668-1671: 7 frontais, etc.; um túmulo de pau preto com forro de chamelote rosado com renda por fora de bronze dourado, e uma caixa para ele; um esteirame para a capela-mor; no coro, mesa para se assentar o órgão; uma campainha.

1680-1683: um portal novo na entrada para o coro com sua porta de almofadas e ferragem estanhada; rasgou-se um portal do coro para a torre; levantou-se o coro 4 palmos e, debaixo dele, puseram-se 2 traves forradas e guarnecidas de molduras; levantou-se o arco que está debaixo do coro; levantou-se o frontispício da igreja e o outão que fica sobre o arco da capela-mor; oleou-se de vermelho e amarelo o púlpito, escada dele e guarda-pó; emadeirou-se quase toda a igreja; pôs-se debaixo da nova varanda uma campainha, para tanger as missas e refeitório; um lavatório de mármore, na sacristia, que deu o padre Geral.

1710-1713: paramento de damazela branca e vermelha, 3 alvas e 1 sobrepeliz; conserto da cruz de prata e do vaso da comunhão; um esteirame para a capela-mor e colaterais; 2 bancos de encosto para a capela-mor, que se pintaram de vermelho; um missal e um martirológico; um sino grande para a torre, de 34 arrobas e 24 arráteis, e uma garrida nova; levantou-se o arco da torre e sobrados de tudo o necessário; dealbou-se a torre dos sinos.

1719-1722: forrou-se o sacrário interior de chamelete branco todo guarnecido de galões de ouro fino, e capa para o vaso, da mesma seda também guarnecida de ouro fino; fita grave na chave do sacrário, conserto das esteiras e uma nova; estante para se cantar as epístolas e evangelhos; um taburno com 3 mochos para as funções públicas e pontificais; conserto das portas da igreja e do pavimento da sacristia, a qual se apinçelou de cintas a vermelho; conserto do ferro das hóstias; uma mesa muito bem feita para as bênçãos das candeias, cinzas e ramos; 3 toalhas para a igreja e manustérgios; 3 toalhas para o lava-pedes, 3 toalhas para as mãos, na sacristia; 4 vidros para os lampadários e 2 folhetas para melhor conservar a luz, e 4 pares de galhetas de vidro; conserto do coruchéu da torre no interior, que ameaçava ruína, escadas novas na torre, corrimão e conserto da porta da mesma torre, que fica junto do coro; armação de madeira para os pesos do relógio cursarem direitos; seguraram-se as cadeiras do coro com escápulas de ferro, por ameaçarem ruína; encadernou-se o livro dos Hinos para o coro.

1722-1725: retelhou-se de novo todo o telhado da igreja e capela-mor; pôs-se na sacristia um espelho com suas molduras douradas e mais 5 quadros; 2 que estavam em partes menos decentes e 3 que deu o nosso Padre de seu uso; fizeram-se uns presbitérios de pedra lavrada para pôr as credências e assentos do celebrante e ministros, nas celebrações; pintou-se todo o tecto e lados altos da capela-mor com tintas finas e de boas pinturas, em muitas partes retocadas de ouro, principalmente no arco e se douraram as folhagens de nove florões no meio do tecto da capela-mor; pintaram-se as armas do nosso Padre São Bento sobre o arco, todas perfiladas e retocadas de ouro; olearam-se e pintaram-se as banquetas do altar-mor; pintaram-se os lados baixos da capela-mor e se rebocaram de cal fina, com o que ficou mais clara; pôs-se no altar-mor uma imagem do Santo Cristo crucificado em uma cruz de ébano chapeada de latão; mais se puseram no mesmo altar dois meios corpos de Cristo e Nossa Senhora; pôs-se no altar colateral uma imagem de Santo António de vulto; pôs-se uma mesa, do norte, com sua pedra preta, para credência, e comprou-se uma alcatifa para se cobrir nos festivos; desfizeram-se 3 frontais de damasco branco com os sebastes de tenilha vermelha, por estarem incapazes de servir, de que se fizeram umas cortinas de tenilha vermelha com franjas de retrós da mesma cor para a imagem do Salvador; fizeram-se mais 3 bolsas de corporal de damasco branco e vermelho e 3 palas de damasco branco, tudo guarnecido de galão de prata fina; mais um setial de damasco branco com duas guarnições de galão de prata fina; mais 3 véus brancos com franja de retrós; um paramento novo de damasco branco todo franjado de retrós cor de ouro, que consta de 3 frontais, 3 vestimentas, 3 panos de estante e 3 véus de cálix; mais uma vestimenta nova de damasco branco, com os sebastes de damasco

vermelho, e outra de damasco verde, ambas franjadas de retrós cor de ouro; mais 3 cortinas de damasco vermelho guarnecidas de galões de prata fina, umas para o sacrário, outras para o nosso padre São Bento e outras para Santa Escolástica; do mesmo damasco vermelho fez-se um véu de cálix, mais 2 cortinas de garça vermelha, todas agaloadas de prata fina, umas para S. Gregório Magno, outras para S. Bernardo; mais umas cortinas da mesma garça vermelha agaloadas; mais 3 alvas para uso e 3 toalhas para os altares, tudo guarnecido de rendas e 12 toalhetes, sete com rendas e cinco comuns; mais 2 toalhas para o prego, 11 amitos e 30 sanguinhos e se reformou todos os ornamentos e roupas brancas; cobriu-se e puseram-se cortinas de tenilha vermelha agaloadas de prata fina no sacrário do altar colateral; fechou-se a igreja e a portaria com umas bem feitas e lavradas portas de castanho que se olearam e pintaram de tintas finas.

1725-1728: pintaram-se os altares colaterais e olearam-se; também o espelho da capela-mor e as 4 frestas da igreja, arco do coro e colaterais, grades e púlpito, e na parede correspondente se embutiram umas cortinas muito ao natural; pintou-se o coro “com boa arte que na variedade das pinturas, assim de matizes como de azulejo, atraí o afecto a melhor louvar a Deus”; pintaram-se as portas com figuras, a caixa do órgão, oratório, estante grande e pequenas; na cadeira principal ou abacial pintou-se a imagem do nosso Santo Patriarca e, diante, as suas armas, “que bem mostra tudo notável primor”; puseram-se na igreja 2 tocheiras oleadas de preto com as bases de jaspe; umas galhetas, um anel para o pontifical; consertou-se a cruz grande de prata e também o lampadário; reformou-se tudo o mais necessário; um esteirame de novo; puseram-se no coro 2 tábuas para os officios, que as não havia; reformaram-se no coro 2 breviários e, na sacristia, 2 missais que tudo parece novo.

1728-1731: uma cobertura de tela branca guarnecida de galão de ouro, para o vaso do sacrário; umas cortinas interiores do sacrário feitas da mesma tela e também com galão de ouro; uma imagem de vulto pequena do nosso Santo Patriarca, no arco debaixo do coro, com suas cortinas de damasco carmezim guarnecidas de galão e espiguiilha de prata; mais outras cortinas de chita para uso; outra imagem de vulto pequena do nosso Padre São Mauro (Amaro), na igreja, “por não haver senão uma de pedra que está no claustro e não poder ir lá a gente quando quisesse fazer-lhe oração”; umas cortinas de damasco no altar de Nossa Senhora e um manto rico de tela branca guarnecidos de galões de ouro; umas esteiras no altar-mor e seus degraus; umas galhetas de estanho; uma “quarta” de louça fina do Norte com sua cobertura, para dela se lançar água nas galhetas para a celebração das missas; consertaram-se todas as vidraças da igreja, por estarem com os temporais maltratadas e quebradas; um antifonário novo para o coro; pôs-se um breviário novo com os santos novos e outro já usado; na sacristia,

pôs-se um paramento que consta de capa de asperges, duas dalmáticas e uma casula, tudo de damasco branco de Itália, com suas guarnições de retrós de cor de ouro, tudo bem aparelhado; mais 3 sobrepelizes, 2 para o uso e outra toda quarteada e guarnecida de rendas finas, para as festas principais; 3 véus de cálix de tafetá branco; um pontifical romano novo que contém todas as sagrações e bênçãos; mais outro pontifical que trata das cerimónias pontificais da Ordem; 3 cordões para as alvas; consertaram-se as vidraças da sacristia e encaixilharam-se os postigos e se pintaram de verde com novas vidraças; correram-se os telhados da igreja.

1731-1734: pôs-se um dossel de damasco branco com seus franjões de retrós cor de ouro e seus alamares nas sanefas, as quais se forraram de tafetá branco; uma cadeira de pau preto toda ornada de veludo carmezim com pregaria dourada e galões de ouro de pontas; 2 mochos de moscóvia com pregaria grande e seu franjão de retrós também cor de ouro, feitos de madeira de nogueira com as pernas retorcidas; 1 almofada de 2 faces: de uma, de veludo carmezim, de outra de damasco com suas peras nos cantos; 2 capas: uma de damasco branco, para companheira de outra já existente, outra de damasco branco com os sebastes de veludo carmezim e forrada de tafetá também carmezim; 3 bolsas de damasco branco forradas de tafetá branco, e 3 véus de cálix de tafetá branco; 5 manustérgios de pano de algodão, sendo 2 com rendalhos, mais 12 sanguinhos; uma toalha fina de mãos e mais 2 para os esguichos; 1 chave de prata para o sacrário; 2 amitos para os Dom Abades, com suas fitas; um esteirame em toda a capelamor, altar, presbitérios e os 2 altares colaterais; uma caneca para a água das missas; consertou-se um missal em pasta e com fitas; no coro, um Santo Cristo com resplendor de prata e remates na cruz, também de prata, com um dossel de damasco com seu franjão de retrós; fez-se um páteo lageado, com 2 degraus que tomam o âmbito do fontispício da igreja e torre; mais um páteo que é o âmbito do cemitério, com 1 degrau de pedra de esquadria, e o cemitério se alteou, rebocou e dealbou; retelharam-se os telhados; uma lucerna para os sineiros.

1737-1740: pôs-se uma campainha nova, 3 toalhas de pano fino com seus rendalhos grandes, para os dias litúrgicos de primeira classe; 1 cálix novo, 3 alvas para o uso, com rendas; 2 toalhas para o esguicho; 12 amitos e 30 sanguinhos, tudo novo; consertaram-se os ferros das hóstias, mudando-se-lhes as formas, e ficaram como novos; 3 vestimentas, 3 frontais de damasco roxo, tudo guarnecido de galão fino amarelo, tudo forrado de holandilha cor de ouro; 4 capelos de damasco preto com suas borlas de retrós cor de ouro, guarnecidos de galão fino da mesma cor; um pano de damasco preto para os officios de defuntos, guarnecido também de galão fino cor de ouro e forrado de holandilha da mesma cor; consertou-se todo o tabolamento do corpo da igreja que estava ameaçando ruína.

1740-1743: obras que mandou fazer um devoto: 2 retábulos (na igreja) e 2 frontais de talha bem feita, artificiosamente pintados e dourados, ficando a igreja bem composta e asseada; mais uma preciosa imagem de S. João Baptista com resplendor de prata fina; uma capela no interior do Mosteiro, toda ornada e pintada de várias pinturas e preciosos quadros; pôs nela mais um caixão acharoadado e outro de pau preto que serve de peanha a uma preciosa reliquia do Santo Lenho engastada numa cruz guarnecida de madre-pérola e metida num nicho de pau preto com toda a decência possível; pôs mais um vaso de prata com sua coberta de melânia toda guarnecida de pontilha e borlas de ouro fino, para o sagrado Viático que na mesma capela se colocou, para com mais comodidade se administrar aos religiosos enfermos; mandou encarnar o Santo Cristo e pintar o retábulo, retocando-o em muitas partes com ouro; mais um frontal prateado e uma toalha para o altar com renda fina; ornou-a do necessário que conduz para uma obra perfeita; por conta da casa, puseram-se umas grades de nogueira tingidas de preto, no cruzeiro da igreja, bem feitas e torneadas, para maior ornato e composição da capela-mor; forrou-se o sacrário do altar de N^{ra}. Senhora, de melânia, e nele se puseram também cortinas da mesma seda guarnecidas de pontilha e franja de ouro fino; 4 ramos grandes no altar-mor que servem para ornamentar nas festas de primeira classe; 3 bolsas de corporal feitas de damasco de Itália vermelho e branco, guarnecidas com retrós das mesmas cores; 4 mesas de corporais, com rendas, para uso; 2 amitos com rendas e 2 sem elas e 5 sanguinhos para uso; 3 sobrepeizes de pano fino, bem feitas e acabadas; 4 pares de galhetas e 1 gomil para as funções da igreja, tudo de estanho fino; 1 missal novo e consertaram-se mais 3, pondo-se em todos eles textos dos santos mais novos; encarnou-se e pintou-se o São Bento da horta, ficando como novo; pintou-se parte do arco da capela-mor para corresponder com a outra parte que já estava pintada; pôs-se um ferro para as partículas e outro de engomar; compôs-se a sacristia e mudou-se o esguiche da água, ficando tudo em boa forma; pintou-se uma sala e nela se fez um altar com seu frontal de madeira e nesta foi debuxado um vistoso damasco.

1749-1752: um trono para se expôr o SSmo Sacramento na Semana Santa, “obra útil por evitar os perigos de incêndio que poderiam suceder armando-se de papéis como antes se fazia, o qual trono é portátil, de peças separadas, para se poder pôr e tirar sem custo e dano do retábulo da capela-mor; é de madeira do Brasil, pintado a óleo com suas portadas e remates e pavimento em que se assenta o trono; para a qual obra concorreu o Mosteiro com perdoar à Confraria o que ela lhe costuma dar em um ano, e os monges deste Mosteiro com suas esmolas, e de alguns devotos”; pôs-se um confessionário oleado de branco; fez-se um pano para cobrir o túmulo do Senhor na sexta-feira santa, de primavera de matizes,

agaloado de seda cor de ouro e forrado de tafetá carmezim; 3 alvas novas com suas rendas; 3 sobrepelizes novas e consertaram-se as que havia e também as alvas e mais alfaias de linho; 16 sanguinhos novos e 9 manustérgios; 4 toalhas novas de esguicho; uma boceta grande para os corporais; um caixãozinho para as hóstias; 2 ramos de seda para ornato dos altares; um prato e jarro de estanho, ao moderno, para servir nos pontificais; reformou-se a mitra bordada, pondo-se-lhe o assento de fio de prata; 3 véus de cálix de seda preta; 4 bancos de pinho para a igreja; conserto do anel dos pontificais; pôs-se a haste da vela do fogo novo com seu engaste de estanho e oleada de vermelho; vidros nas lâmpadas por várias vezes, e conserto das galhetas; consertaram-se as peneiras e ferros das hóstias, e pôs-se um taml para a farinha; um quadro do nosso Santo Patriarca, no coro, sobre a cadeira dos abades, porque o que existia, com os muitos anos, estava incapaz; conserto do varão das cortinas do coro e o ferro de levantar os foles.

1752-1755: pôs-se um ornamento (paramento) que consta de uma capa de asperges e 3 vestimentas aparelhadas, mais 3 bolsas de corporal, tudo de damasco branco com galões de seda cor de ouro, 4 véus de cálix de nobreza branca e um véu de ombros de seda de França com galão de ouro em volta; 2 cálices novos com as copas de prata e o pé de bronze, todos perfumados de ouro por dentro e fora, feitos ao moderno; galhetas novas de estanho e conserto de outras; 3 alvas de linho (duas de linho fino), todas com rendas, na roda e mangas; 4 toalhas para o lavatório da sacristia; 11 amitos e 22 sanguinhos, tudo novo; consertaram-se alvas e mais roupas de linho de tudo o necessário; 4 alcatifas; 1 aparadeira nova de estanho para o polme das hóstias; conserto dos castiçais de prata e dos de metal; 1 “encerramento” novo para se expôr o SS.mo no trono; 4 cordões novos para as alvas; 2 chaves novas no lavatório da sacristia; conserto de algumas gavetas dos caixões; pintou-se a porta da sacristia, endireitou-se a maior parte do lageado e dealbou-se duas vezes a sacristia por dentro; caiu-se duas vezes a capela-mor; pôs-se um taburno pequeno ao pé da grade e dois grandes no corpo da igreja; pintou-se a porta do cruzeiro da igreja que dá para o claustro; deu o dom Abade para a igreja 3 dúzias de ramos que trouxe de Coimbra e 4 outros depois de estar no Mosteiro; um breviário encadernado de novo, para o coro e consertaram-se os livros grandes; mudou-se o hospício para a casa do despejo da sacristia, entulhando-se esta em altura de 4 palmos e se lageou de novo e se lhe pôs uma vidraça nova e se abriu a ministra por baixo da escada; consertou-se a cadeira dos abades e o soalho onde foi necessário.

1755-1758: uma mesa de corporais, 3 palas, 60 sanguinhos, 8 amitos, 2 pares de galhetas de estanho com seus pratos, ao moderno; 3 estantes novas, pintadas de mármore fingido, com dobradiças, para os missais; conserto da cruz

de prata, pequena, que costuma levar o subdiácono para a missa cantada; 4 ramos grandes e primorosos para ornato do altar-mor, que custaram 2.400 reis; deu o R. do dom Abade 9 ramos grandes para composição dos altares; 4 varas de fita verde e larga para alguns amitos; consertou-se de novo o Cerimonial; umas formas para fazer hóstias, com as quais se fazem duas juntas e custaram 3.600, além das outras que se deram; escada de mão para serviço da igreja; vários consertos e reparos; pintaram-se 6 vasos de barro para neles se porem as flores; 2 vidros para as lâmpadas.

1758-1761: reparou-se a sacristia e reformaram-se os caixões; pintou-se toda a sacristia e fez-se um guarda-roupa para os amitos; reformou-se a capela-mor e fez-se um pavilhão para o Santíssimo e um manto para N^a. Sr^a. do Rosário; 2 alvas e 2 sobrepelizes, 12 sanguinhos, uma toalha de mãos com rendas; reformaram-se todos os frontais e puseram-se-lhes galões novos; agalooou-se uma vestimenta com galões entre-finos; afinaram-se os órgãos e mudaram-se os foles.

1761-1764: uma cruz grande de prata, um báculo, uma caldeira, umas galhetas com seu prato, tudo de prata, ao moderno e com perfeição, tudo feito das pratas antigas que tinha o Mosteiro; 2 cálices novos, ao moderno e dourados, feitos de um todo de prata; 4 ramos e 4 jarras; uma caixa nova com seus remates e cornija, tudo pintado, para se guardar a cruz grande e o báculo; 4 alvas novas com rendas; 14 amitos, 4 toalhas grandes para os altares; consertou-se toda a mais roupa da sacristia que necessitava de reparo.

1764-1767: um turíbulo e naveta de prata pelo modelo da Sé de Braga; 3 pares de galhetas de estanho com seus pratos e um vaso do mesmo metal para a Sagrada Comunhão.

1767-1770: na igreja, 2 imagens de Cristo crucificado; papagaios novos para todo o altar-mor e para os outros dois; pavilhão novo de seda, matizada de flores de seda e de ouro e rodeado de galão também de ouro com seu franjão, para o sacrário; 2 vestimentas, uma preta e outra roxa; um véu roxo para a capelinha; renovou-se o dossel do Santo Cristo do Coro, rodeado de espiguiha de prata; na sacristia, 3 toalhas grandes dos altares e 2 toalhas do esguicho; uns mochos novos pintados e também se pintaram de novo os antigos; vários consertos nos ornamentos.

1770-1773: compuseram-se as cadeiras do coro e puseram-se-lhes espaldares novos e um novo caixilho no Santo Patriarca São Bento; segurou-se o tecto da igreja que ameaçava ruina; um breviário novo no coro e 2 em meio uso; cortinados de damasco carmezim fino com franjas de retrós fino e galões de cor de ouro, nos altares colaterais; outras cortinas no altar-mor a São Salvador e outras a São Bento debaixo do coro, do mesmo damasco; 3 alvas novas com renda, feitas ao moderno; no altar-mor, toalha nova com renda e 2 na

credência; 2 toalhas novas no esguicho da sacristia; uma caixa para as hóstias, de alquime; um missal novo; um taburno novo na igreja, alto, para a doutrina do catecismo; reformaram-se por várias vezes os telhados da igreja.

1773-1776: uma cruz peitoral de prata perfumada de ouro; 6 castiçais de pau para o altar-mor, feitos ao moderno; 8 ramos no altar-mor; 4 para as festas principais e 4 para o comum; uma alva rica guarnecida de cassa lavrada; 3 toalhas para os altares; um taburno na sacristia; uma campainha na igreja;

1776-1780: forrou-se de novo toda a igreja do Mosteiro, cujo forro, guardapó e mais emadeiramentos se fizeram da melhor madeira de castanho e com toda a segurança; soalhou-se o coro de castanho e fizeram-se as grades de novo; pintou-se o tecto de toda a igreja, frestas, coro e grades, com a pintura grave, decente à casa de Deus e agradável também à vista; fez-se a vidraça do coro de vidros finos, postos com segurança nos mesmos ferros da grade, para nada mais lhe embarçar a luz que fica dando ao mesmo coro; douraram-se os seis castiçais da capela-mor e renovaram-se todas as vidraças da igreja; puseram-se na sacristia três vestimentas novas de damasco branco com seus galões de seda, e as mais se concertaram, ficando em bom uso; puseram-se mais três sobrepelizes novas, sanguinhos, manustérgios, ficando provida de toda a mais roupa necessária.

1780-1783: concertou-se o retábulo da capela-mor que estava vindo abaixo e todo ele se pintou de mármore, sobressaindo o seu antigo ouro; pintou-se também de mármore a óleo a abóbada de pedra da capela-mor e o seu arco cruzeiro as frestas e a porta da mesma e do corpo da igreja e púlpito, para ornato decente do edificio; concluiu-se a pintura do coro que tinha ficado com as primeiras mãos de aparelho, cujas escadas, portas e orgão se fingiram de pau preto a óleo e os espaldares de mármore.

1783-1786: fez-se um vaso novo para o sacrário com lavor levantado de um belo desenho e optimamente executado, o qual tem de peso quatro marcos e quatro onças de prata da que estava na arca do Depósito, e está nobremente dourado e com a cúpula de seda ornada de galões e rendas de ouro fino e de dezasseis pingentes do mesmo ouro, ficando peça completa; pôs-se na igreja um missal moderno com todos os textos dos santos novos insertos na própria caixa do missal; proveu-se a sacristia do necessário.

1786-1789: puseram-se na sacristia quatro toalhas de “esguiche”.

1789-1792: deram-se à sacristia duas toalhas dos altares novas, sete amitos, vinte sanguinhos e três manustérgios; guarneceram-se três alvas finas de cambraia lavrada.

1792-1795: fizeram-se três confessionários novos de madeira de castanho; encarnou-se e estofou-se a imagem do Salvador e a mão da relíquia de São Bento; pôs-se na sacristia um ornamento novo de damasco preto, a saber: uma

casula, duas dalmáticas, uma capa de asperges e um frontal, tudo bem guarnecido com seus galões de retrós; fizeram-se duas alvas novas, três sobrepelizes e três toalhas para os altares; dourou-se um cálix e duas patenas.

1795-1798: alcatifou-se toda a capela-mor; puseram-se de novo três toalhas para os altares guarnecidas de talagaxe, e os mesmos se cobriram de tafetá verde; pintaram-se os confessionários; dealbou-se a igreja por dentro e por fora; puseram-se na sacristia dois véus pretos de cálix, vinte e dois sanguinhos, nove manustérgios, nove amitos; comprou-se uma caldeira de água benta.

1798-1801: puseram-se na sacristia três vestimentas de damasco branco forradas de bretanha fina, mais duas vermelhas e duas pretas, aparelhadas; três bolsas de corporal brancas e três véus de cálix, duas vermelhas e dois véus; mais uma capa de asperges de damasco preto; fizeram-se três alvas com folho de talagaxe e uma sobrepeliz; consertaram-se as vestimentas que necessitavam.

1801-1804: puseram-se na sacristia cinco alvas guarnecidas de rendas finas, nove amitos, uma casula de cor roxa feita de ótimo damasco, dois véus pretos, um pavilhão de damasco branco para o sacrário.

1807-1810: fez-se um dossel de damasco e um pano de seda para cobrir a cadeira pontifical; tingiu-se de roxo o dossel velho e compôs-se com novos galões; fez-se um coxim de damasco; fez-se um pano de púlpito de damasco a fingir seda de ouro; fizeram-se dois véus de cálix; mais três toalhas dos altares, alguns manustérgios e sanguinhos; puseram-se no altar do Santíssimo quatro castiçais modernos de estanho; comprou-se uma caldeira de estanho para água benta e umas galhetas de vidro; comprou-se um turíbulo e naveta de latão amarelo; pintou-se o guarda-vento feito no triênio passado e o coro, por baixo; pôs-se na fresta do coro uma grande cortina de algodão com sua sanefa; comprou-se um báculo de latão dourado de ouro a maça.

1810-1813: fez-se um pano preto para a estante grande e outro para a pequena; uma sobrepeliz e uma toalha de esguiche; compuseram-se três alvas antigas, tirando-se-lhes a renda que tinham pelo meio de alto a baixo e se lhes deitaram folhos de tremoia largos, e o mais necessário, de sorte que ficaram três alvas ricas; compuseram-se outras e mais ornamentos; pôs-se uma patena e deitou-se um pé novo dourado, num cálix; três cordões de alva novos, e seis para colarinhos de outras.

1813-1816: fez-se de novo um cortinado de damasco de seda carmezim que consta de quatro pernas e sanefa, tudo ornado de galões e franjas de retrós vermelho, tudo para o alta-mor; fizeram-se dois panos de damasco de seda e outros dois consertados e ornados com seus galões e franjas para a estante pequena do mesmo altar; fizeram-se quatro ramos de flores contrafeitas, para decoração do mesmo altar; arranjaram-se dois panos de seda roxa ornados com seus galões,

a saber: um para o púlpito e outro para cobertura da cadeira abacial, para o tempo do Advento e Quaresma; fizeram-se três alvas de linho com seus folhos, aparelhadas de seus respectivos cordões de linha branca e seus amitos que foram seis, e mais cinquenta e cinco sanguinhos; compraram-se dois cálices novos com pé de latão e copa de prata, tudo dourado com suas patenas e colherinhas.

1816-1819: fizeram-se dois grandes cortinados de damasco vermelho de seda para os dois altares colaterais do Santíssimo Sacramento e São João Baptista; puseram-se duas vestimentas de damasco de seda, uma vermelha e outra preta, na sacristia.

2 - Orgão

1665-1668: espera-se pelo orgão que mandou fazer o padre geral.

1758-1761: afinaram-se os orgãos e mudaram-se os foles.

1764-1767: fizeram-se de novo os foles do orgão, ficando em melhores condições.

1773-1776: consertou-se o orgão.

1792-1795: consertou-se o orgão todo, afinou-se e renovaram-se os foles.

1813-1816: fez-se o novo orgão de doze com perspectivas de talha moderna pintada e dourada ao gosto do tempo.

1816-1819: desmontou-se o orgão e se afinou de novo e consertou-se de alguns defeitos que os ratos e a muita humidade lhe tinham causado.

Por tudo o que fica dito, constata-se que a igreja era a dependência a que os monges dedicavam mais atenção, tanto nas reformas e melhoramentos como na conservação, limpeza, dotação de objectos de culto e introdução de elementos decorativos.

Primitivamente, era a igreja de estilo românico, de que restam poucos vestígios. Hoje, o que nos chama a atenção com mais notável é a ábside, com sua abóbada artesoada, em gótico manuelino. O retábulo principal é do século XVII, maneirinho, de renascença italiana. A portada, também manuelina, depois das obras de remodelação levadas a efeito cerca de 1840 pela família Moniz, foi posta como enquadramento decorativo de um fontanário sob a escadaria da entrada principal do Mosteiro. Quanto aos dois retábulos laterais, eles são provenientes da antiga igreja de Beiriz, reconstruída de 1865 a 1872, como ficou dito.

Reparando bem na transformação em capela particular operada no séc. XIX, verifica-se logo o mau gosto do estilo da fachada, totalmente desenquadrado do conjunto do Mosteiro.

Para concluir, registre-se que, tanto no cimo do portão de ferro que dá entrada para o recinto como no frontão da capela foi posto o brasão de armas do

Bispo Dom António Bernardo F. Moniz, provavelmente por ocasião das obras efectuadas a pretexto da sacração episcopal do mesmo.

Outras datas em que consta terem sido feitas obras na igreja são de 9/02/1733 a 15/03/1737, que compôs Frei António da Soledade em dísticos para a fachada, sem que chegassem a ser gravados.

3 - Torre, Sinos

Relógio e Casa do Relógio

1626-1629: repartiu-se a torre em 2 sobrados; traves novas, soalho, escada, corrimão e casa do relógio fechada; consertou-se o relógio com todas as peças de novo.

1653-1656: consertou-se o relógio com molas novas.

1659-1662: soalhou-se a torre de 2 sobrados e reparou-se a casa para o relógio.

1662-1665: reformou-se o relógio com 3 rodas novas e a casa dele.

1665-1668: telhou-se a torre embocada em cal e pôs-se uma porca (cabeçalho) no sino, com sua ferragem.

1668-1671: fundiu-se o sino do relógio, por estar quebrado.

1680-1683: rasgou-se um portal do coro para a torre.

1710-1713: pôs-se na torre um sino grande que pesa 34 arrobas e 24 arráteis, e uma garrida nova.

1725-1728: consertou-se o sobrado da torre e as escadas, por ameaçarem ruína.

1740-1743: fez-se a casa para o relógio, fechada com chave, e consertou-se o relógio que ficou como novo; consertou-se a torre dos sinos que estava ameaçando uma grande ruína, e se refez todo de novo por dentro com traves, sobrados e escadas de carvalho, tudo bem feito e seguro; lageou-se o pátio junto aos sinos; consertou-se o varão do meio em que assenta o sino grande, para maior segurança dele; fez-se também de novo o remate da torre, cobrindo-se de telha vidrada, tudo bem feito e acabado.

1749-1752: pôs-se no relógio a roda de Santa Catarina e a do curso, e se lhe consertaram as molas; fundiu-se um sino e a garrida e se lhe pôs (no sino) uma porca nova, e foram reparadas as dos outros; pôs-se de tijolo o pavimento da torre, para defesa das águas que caíam no relógio.

1752-1755: afinaram-se os órgãos, consertaram-se os foles e o ferro de os levantar; pôs-se um relógio de arca para governo da meditação.

1758-1761: consertou-se o relógio e acrescentou-se-lhe as meias horas.

1764-1767: pôs-se uma sineta na torre, por quebrar a antiga.
1770-1773: consertou-se o relógio.
1773-1776: pôs-se uma porca nova no sino e consertaram-se as outras e se olearam de tinta, por respeito dos temporais.
1789-1792: fez-se um sino pequeno para a torre.
1792-1795: reformou-se de novo o relógio da torre.
1795-1798: 2 sinetas na torre por se terem quebrado as anteriores; consertou-se de novo o lastro da torre e fez-se de tijolo.
1798-1801: fez-se um relógio novo para a torre.
1801-1804: assentou-se o relógio e fizeram-se de novo as escadas da torre.
1813-1816: formou-se uma escada nova de traves e madeira, de alto a baixo, na torre dos sinos, em que se fizeram 2 casas de madeira de castanho; uma onde assentam os foles do órgão resguardados de guarda-pó e telhado, outra que serve para resguardo do relógio da torre; ladrilhou-se de novo o pavimento da torre assente em cal e areia, para dividir em 2 partes as águas do telhado da igreja e liberar da humidade que descia pelas paredes até ao coro; pôs-se um docel de damasco de seda carmezim para ornato de Santo Cristo da grade.

4 - Celas

1644-1647: portadas nas janelas e vidraças nos postigos das celas.
1662-1665: bufete de pau preto, ao moderno, para a cela do prelado.
1665-1668: na cela da livraria dos prelados abriu-se uma porta para a outra cela onde eles dormem.
1680-1683: uma barra e bancas para algumas das celas.
1710-1713: foram pintadas e engessadas as 2 celas dos prelados, e pôs-se--lhes 1 tamborete e 8 cadeiras de moscóvia preta com pregaria grande e azulada, mais um guarda-roupa de pau-do-Brasil.
1719-1722: 5 mesas bem feitas, 3 com gavetas, para as celas e serviço dos religiosos; conserto das vidraças da cela do prelado.
1722-1725: umas vidraças novas na cela dos prelados, 1 toalha e 6 guardanapos desfiados.
1731-1734: 28 guardanapos para a cela dos prelados e uma cortina de brim na alcova da cama, e um guarda-pó com cortinado para os hábitos.
1740-1743: consertaram-se 2 celas.
1743-1746: alguns tamboretos e um banco para a cela do padre Mestre e outro para a do padre Recebedor.
1749-1752: remendou-se o forro da cela dos prelados, meteram-se alguns

caibros e seguraram-se outros que ameaçavam ruína.

1752-1755: puseram-se uns telhões no telhado sobre as janelas da cela dos prelados para resguardo das águas; consertaram-se os tectos das celas, pintando-se o tecto da de fora, a alcova da cama, e puseram-se de novo uma estante grande e uns gavetões; pintaram-se também as 2 portas das celas e uma interior divisória e os assentos das janelas; dealbaram-se as celas com gesso branco e tintas azuis.

1755-1758: numa das celas, portas novas para as janelas, 2 estantes, 1 armário para repartimento e acomodação; na cela dos prelados consertaram-se as vidraças com ferros e novos corrimões, e pôs-se uma vidraça nova na bandeira da janela, mais 2 tabuleiros pequenos muito bem pintados.

1773-1776: mudou-se a porta da cela dos abades para o meio, por estar a um canto, e mudou-se a da cela interior e nela se pôs um pano verde.

1776-1780: consertaram-se as vidraças.

1780-1783: fizeram-se em todo o vão dos dormitórios 7 celas; 5 para os monges e 2 para primeira e segunda dos prelados, tudo se repartiu com taipais, modernos e seguros, e se soalharam de bom tabuado cortado em lua e sem emendas; forraram-se as ditas celas com madeira de castanho e puseram-se as vidraças à inglesa com vidros finos, e se pôs um banco grande bem formado e trabalhado com seu encosto, e estantes para os livros; na cela principal dos prelados, mudou-se para o meio a janela que estava no canto e, para ficar airosa e dar bastante luz, se lhe tirou a bandeira de pedra que dantes tinha e se acrescentou no todo, sem nota de boa simetria; pintou-se o forro desta cela cujo risco é bem fora do comum, por ser de um agradável estuque, com molduras e sua cornija de mármore esquisitos, nobremente lançados com cores decentes; nesta cela, puseram-se 4 quadros grandes com as imagens de São Bento, Santa Escolástica, São Plácido e São João; puseram-se mais na dita cela 2 quadros pequenos com os passos da tentação da sarça em que se lançou o Santo Patriarca; mais 2 meias cómodas com cadeiras almofadadas, tudo bem trabalhado e de boa madeira de cerdeira, e se dotou de outras beneficiações, etc..

1789-1792: na cela dos prelados, 1 tabuleiro grande estrangeiro para o aparelho de chá, e 6 da mesma qualidade pequenos, para fruta, doce, etc.; 2 garrafas grandes de vidro fino lapidadas, e 2 menores do mesmo vidro fino; 14 bandejinhas acharoadas para as garrafas e copos de mesa; 2 castiçais de casquinha e 2 bugias modernas pequeninas, e uma dúzia de pratos de guardanapo da Índia, com ramos de oiro, 2 toalhas de mesa e 12 guardanapos.

1792-1795: na cela dos prelados, 1 tabuleiro grande estrangeiro, 6 xícaras da Índia, e esteirou-se de novo a cela.

1795-1798: nas celas dos priores pôs-se um repartimento novo.

1798-1801: na cela dos prelados, 1 liteira nova e cortinados de chita.

1807-1810: na cela dos prelados, uma estante grande para os livros, etc., 2 garrafas finas, 6 copos e um novo selo do Mosteiro.

1810-1813: compuseram-se quase de novo as águas-furtadas e envidraçaram-se; pôs-se um capacho comprido para os pés e mais 2 pequenos; alguma louça necessária para o serviço de chá; repartiram-se e compuseram-se 2 celas com os cômodos possíveis; puseram-se vidraças noutras duas; fizeram-se portas com vidraças para duas sacadas e compuseram-se todas as mais.

1813-1816: na cela dos prelados pôs-se 1 cortina, 1 coberta de roda-pé, tudo de chita.

1816-1819: acrescentou-se à cela dos prelados outra que ficava imediata, por não haver arranjos nem as comodidades precisas e muito menos lugar decente onde dormissem os prelados; abriu-se uma porta entre as duas e, na cela acrescentada, levantou-se outro tabique paralelo, e entre eles meteram-se as escadas das águas-furtadas, e nos vãos de um e outro lado da porta fizeram-se armários grandes com portas e com parteleiras, pregaram-se lanceiros e arranjou-se um lugar em que a arca do Depósito estivesse fechada e oculta; pintou-se de verde com seus facheados e nela se pôs a cama dos prelados e, junto a esta, uma prateleira e uma grande escrivaninha de castanho com aguada amarela e com 4 gavetas por banda e um vão no meio para os pés; a cela em que estava a cama fica a servir de sala regular e de espera, e também de hospedaria para os nossos Reverendíssimos quando vierem, e forrou-se de castanho e aseou-se com duas cantoneiras em cada um dos lados e se puseram cadeiras novas com seu canapé de assentos de palhinha; junto da cela dos prelados fez-se uma hospedaria grave e decente que também se pintou com seus facheados, esteirou e aseou, e pôs-se-lhe um catre de pau-do-Brasil, marchetado e moderno, com cadeiras e canapé de assentos de palhinha e respectiva mesa; fez-se segunda hospedaria também decente em outra cela onde se levantou um tabique, e nos compartimentos puseram-se 2 camas aseadas com cortinas de chita amarela e suas riscas, e se ornou com 12 cadeiras de assento de almofada de couro preto que tinham e sua mesa; esteirou-se de novo a sala de visitas, renovaram-se as vidraças de todas 3 e puseram-se-lhe cortinas de paninho branco com folhos de cassa, com cordões de subir e descer em modo de bambinelas; fica esta cela dos prelados mobilada com 2 tabuleiros grandes de charão, um que já havia e outro maior, moderno e mais aseado que se comprou de novo; mais um aparelho de chá com bule e açucareiro e leiteira de louça fingindo prata, e mais outro bule grande de estanho para o uso, com colherinhas de prata, e mais outra grande e moderna do açucareiro, que não havia, e um e outro tabuleiro ficam cobertos com coberturas de chita amarela com ramos e seus folhos.

5 - Capelinha no interior do Mosteiro

1740-1743: mandou um devoto fazer uma capela no interior do Mosteiro, toda ornada e pintada de várias pinturas e preciosos quadros; pôs nela um caixão acharoadado e outro de pau preto que serve de peanha a uma preciosa relíquia do Santo Lenho engastada numa cruz guarnecida de madre-pérola e metida num nicho de pau preto com toda a decência possível; mais um vaso de prata com sua coberta de melânia toda guarnecida de pontilha e borlas de ouro fino, para o Sagrado Viático que na mesma capela se colocou para, com mais comodidade, se administrar aos religiosos enfermos; mandou encarnar o Santo Cristo e pintar o retábulo, retocando-o em muitas partes com ouro; mais um frontal prateado e uma toalha para o altar com renda fina; ornou-a do necessário que conduz para uma obra perfeita.

1780-1783: reformou-se o tecto e pintou-se com agradável pintura assim como o retábulo, frontal e portas, ficando muito bem acabada e preparada, com ramos, castiçais e outros ornatos.

1795-1798: pôs-se uma alcatifa nova na capelinha.

Obs.: A capelinha localizava-se junto do dormitório, como se pode confirmar no que a ele se refere, no nº. 9, triénio 1786-1789.

6 - Cozinha

1626-1629: dotada a casa da cozinha de tudo o necessário, e fez-se um pavilhão e uma chaminé.

1629-1632: muita louça de cozinha, 2 caldeiras (grande e pequena), grelhas, almofariz e certã.

1635-1638: almofariz, seringa, tacho de latão, grelhas e mais ferramenta.

1653-1656: levantou-se a casa da cozinha com paredes novas e madeiramento; 1 caldeira e 1 “tachinho de caçoulas” (sic).

1662-1665: 1 seringa de latão, 1 cozinha com água dentro do forno; caldeira de cobre, grelhas, certã, 3 espetos, 1 machadinha, 1 faca grande e 2 trempes.

1665-1668: 1 forno, caldeira, tacho, certã, escumadeira, 2 colheres, argolas de ferro na cadeia da caldeira.

1710-1713: 1 almofariz novo.

1719-1722: fez-se um alpendre novo à porta da cozinha, reformou-se o ladrilho do forno e consertaram-se os panais do pão; 1 gramalheira nova para a caldeira, 1 férrea, 1 mostardeira, conserto das caldeiras, certã, trempe e espetos.

1725-1728: abriu-se na cozinha uma pia para o exterior e 2 frestas para dar luz, e pôs-se 1 caldeira nova, tacho, colher e grelhas.

1728-1731: fez-se um alpendre da porta da cozinha com 2 pilares “para não comerem ao temporal os animais imundos”, e meteu-se na cozinha parte da água que vai para o chafariz, porque a que tinha faltava no verão, e levantou-se a fonte da cozinha, metendo-se-lhe biqueira nova e 1 raro de ferro.

1740-1743: 1 tacho e 1 caldeira nova, e consertaram-se 2; mais 5 testos de ferro e 2 facas.

1743-1746: Fez-se um louceiro, rebocou-se e dealbou-se a cozinha, pôs-se uma rede de arame na fresta; fez-se uma capoeira; 1 balde, 1 certã, 1 trempe, 1 caldeira de cobre; consertaram-se as demais alfaias da cozinha, puseram-se panos para os moços, 2 toalhas para as mesas onde eles comem, e reformou-se o janelo de madeira e telha.

1749-1752: fez-se a um lado da cozinha um quarto térreo para o cozinheiro, por não ter onde dormir senão na cozinha e nesta padecer algumas incomodidades; 1 tacho pequeno de latão para o peixe, mais 1 tachinho de cobre para fritar, 1 grelha pequena e consertou-se a grande, 1 mão de bronze para o almofariz; fez-se uma porta chapeada de ferro com asa para o forno; 2 colheres, 1 espumadeira, 4 testos de ferro, tudo de novo; 1 espeto pequeno e acrescentou-se o grande; 1 gamela para salgar o peixe, 1 tabuleiro novo, 5 toalhas para os moços e trabalhadores, 8 panos para a cozinha e despensa, 8 sacos e 5 mantas para os moços.

1752-1755: lageou-se de novo todo o forno de adobes e se consertou de tudo o mais necessário; pôs-se 1 trempe nova, 1 testo de ferro, consertaram-se os tachos e caldeiras, compraram-se algumas peneiras novas e consertaram-se outras; comprou-se um crivo novo, 2 aventais para o cozinheiro, 2 toalhas para a mesa dos moços e alguns panos de estopa, tudo novo.

1755-1758: comprou-se 1 espeto grande para os assados, 3 colheres e 1 escumadeira.

1758-1761: 1 caldeira grande, 2 tachos, 1 grelha e 4 colheres de ferro.

1764-1767: levantou-se, em parte, o pavimento da cozinha e o “continente” das suas águas, e ficou tudo mais proficuo; louças, 1 caldeirão grande de cobre.

1767-1770: trempe nova, colheres de ferro, etc..

1770-1773: ladrilhou-se de novo o forno e segurou-se a chaminé com pilar de pedra.

1773-1776: 1 tacho e 1 machado, fez-se o forno de novo, consertaram-se as 2 chaminés.

1776-1780: 1 caldeira nova de cobre, de peso de 19 a 20 arráteis, e 1 tacho.

1783-1786: toalhas para os moços e para o serviço da cozinha e despensa;

pôs-se um serviço de cinco potes de ferro para se fazer o comer.

1792-1795: fez-se uma cozinha de novo e 2 casas juntas a ela para o cozinheiro e ajudante, e outra para o forno, onde se fizeram 2 fornos, um grande e outro pequeno, com todos os mais aparelhos necessários.

1795-1798: 1 tacho grande de latão, 1 testo de ferro, 2 colheres de ferro, 1 escumadeira, grelhas para assar peixe; consertou-se o forno e lageou-se de novo; fez-se um alpendre de novo na saída para a horta, com esteios de pedra.

1807-1810: pintou-se a porta que vai das escadas para a cozinha.

1810-1813: pôs-se 1 pote grande, 1 tacho de cozer, 2 ferros grandes com os mais preparos para economia de lenha e arranjo do fogo; 2 toalhas para a mesa dos moços, mais 4 para limpar as louças e 6 aventais.

7 - Refeitório

1626-1629: mudou-se o refeitório de lugar e foi dotado de tudo o necessário; puseram-se mesas, encostos, dois armários e um retábulo.

1629-1632: abundância de toalhas de mesa e de guardanapos, muita louça de mesa (pratos e tigelas), travejou-se e soalhou-se o lanço que dá para o refeitório.

1647-1650: levantou-se a casa sobre o refeitório, que tinha caído; linho e facas.

1656-1659: roupas e outros utensílios.

1662-1665: roupas, 8 facas, 6 aparadeiras, 1 resfriador grande de estanho e 1 émina de estanho, com seu prato.

1665-1668: roupas, jarros, copos, saleiros, facas.

1668-1671: 5 éminas novas e 1 prato, reformando-se outras éminas; toalhas, guardanapos, 4 aparadeiras, 4 jarros.

1680-1683: 8 facas.

1710-1713: 9 toalhas, 50 guardanapos de duas terças, 5 guardas, 4 toalhas para as mãos, 1 toalha fina com franja de retrós e 3 guardanapos do mesmo.

1719-1722: conserto do pavimento e segurar alguns assentos, apincelou-se o refeitório com cintas pretas, pôs-se 1 lanceiro novo junto do esguicho, para pôr a toalha das mãos; 1 esguicho novo de bronze.

1722-1725: 4 toalhas de mesa grandes, 82 guardanapos, 7 guardas, 3 toalhas "do prego" para as mãos, 9 aparadeiras de estanho fino.

1725-1728: puseram-se taburnos novos no refeitório, engessou-se o refeitório todo de branco com suas cintas vermelhas e, ao lado, azulejo bem pintado; reformou-se o refeitório, onde se puseram 8 copos grandes para os hóspedes.

1728-1731: 13 guardas em todas as mesas, de pano de linho, novas; 5

toalhas de mesa, 2 toalhas de lavatório, 30 guardanapos, consertaram-se todas as vidraças, encaixilhando-se de novo os postigos com novas vidraças.

1731-1734: 10 toalhas de mesa e 11 guardas.

1740-1743: 51 guardanapos, 2 aventais, 9 guardas para as mesas, 5 facas, 5 copos de vidro, 1 colher e 1 garfo de prata.

1743-1746: 2 armários novos de madeira de castanho lavrada com seus feitos; repararam-se outros 2; 9 toalhas grandes de mesa, 8 ferros de prender as ditas toalhas, cobertos de carneira; 51 varas de guardanapos, 3 toalhas de mãos aguardanapadas; consertou-se o estanho e o candeeiro do refeitório; 4 aventais, 10 copos, algumas facas, 1 banco, 1 tábua para levar o comer, 6 colheres e 6 garfos de metal.

1749-1752: 1 toalha grande de mesa, 5 dúzias de guardanapos, 3 aventais, 6 guardas, 4 toalhas de esguicho, tudo de novo; conserto de roupas várias vezes; conserto das vidraças do refeitório; 4 copos para água, 4 facas, 2 pares de colheres e garfos de estanho.

1752-1755: pintou-se o tecto de branco e os frisos de azul, consertando-se o forro; o mesmo se fez de conserto e de pintura nos encostos e assentos, fazendo-se alguns assentos de novo; pintou-se a porta do refeitório por dentro, e pela parte de fora pintaram-se de vermelho as almofadas, e de branco e preto os frisos; e as padieiras e ombreiras de pedra, da mesma porta, se pintaram à imitação de pedra mármore; pintaram-se ainda os armários e a porta que vai para a despensa; renovou-se o quadro e puseram-se-lhe cortinas de chita com sua sanefa da mesma num varão de ferro que se pôs de novo; pintaram-se também de mármore fingido as frestas, púlpito e ministra; o mesmo se fez no esguicho ou lavatório onde se puseram 2 chaves de bronze; 1 caixilho novo nos postigos das vidraças; substituíram-se algumas mesas; 45 guardanapos, 5 guardas, 2 toalhas de esguicho, e consertou-se a mais roupa branca; encanou-se a água com canos de chumbo para vir ao refeitório, obra útil e proveitosa que foi de custo e promete duração.

1755-1758: 50 guardanapos, 3 toalhas de Guimarães para as mãos, 3 copos grandes de vidro, e 3 pequenos, e escáfulas de ferro cobertas de couro, para segurar as toalhas de mesa.

1758-1761: 3 aventais, 2 toalhas de esguicho, 69 guardanapos.

1761-1764: 43 guardanapos, 23 guardas, 10 toalhas de mesa.

1764-1767: 11 guardas e 32 guardanapos.

1767-1770: consertaram-se as vidraças; puseram-se trinta e cinco guardanapos novos e quatro toalhas.

1770-1773: puseram-se quatro toalhas grandes de Guimarães para as mesas principais, vinte e quatro guardanapos e nove guardas.

1773-1776: pôs-se um sino pequeno para tocar ao refeitório e mais actos da comunidade; 28 guardanapos, 3 aventais e 1 toalha de esguiche.

1776-1780: 7 guardas, 1 toalha de esguiche, 72 guardanapos; fizeram-se caixilhos novos para as frestas e ficam com vidraças à inglesa.

1780-1783: reformou-se toda a casa do refeitório cujo forro estava a cair e fez-se este de castanho assim como os espaldares dos assentos onde foi necessário e pintou-se a óleo, fingindo-se no tecto um estuque italiano e diversos mármore nos entabulamentos e molduras e nas frestas; 8 guardas, 1 toalha de esguiche e 3 aventais.

1783-1786: guardas novos em todas as mesas, 1 dúzia de guardanapos.

1786-1789: 2 toalhas de esguiche e 3 das mãos, 3 dúzias de guardanapos.

1789-1792: 6 toalhas de mesa e 3 das mãos, 3 guardas, 3 dúzias de guardanapos, 4 pratos sopeiros de louça de pedra inglesa, 11 mais pequenos, 18 de guardanapo.

1792-1795: 7 toalhas de mesa e 7 guardas para as mesmas, 3 dúzias de guardanapos, 9 copos de vidro e 1 dúzia de garfos.

1795-1798: 1 caldeirão e 1 bacia de cobre, 8 toalhas novas; taburnos feitos de novo; consertou-se o refeitório de um lado, de madeira de castanho e pintou-se de todos os lados; 4 toalhas, 11 guardas, 48 guardanapos, 3 aventais, 1 toalha de mãos; reformou-se e acrescentou-se todo o estanho.

1798-1801: envidraçaram-se de novo as frestas.

1801-1804: 3 dúzias de guardanapos de Guimarães, 2 toalhas, 9 guardas, 12 lugares de ferro (facas, garfos e colheres).

1807-1810: 1 aparelho de louça de pó de pedra, 12 lugares de facas, garfos e colheres do feitio mais moderno, e meia dúzia de facas e garfos ordinários; 12 guardanapos, 5 guardas de linho, 2 toalhas de mãos; pintou-se o refeitório a óleo.

1810-1813: caixilhos com vidraças para as frestas, 8 toalhas para as mesas, 9 guardas, 38 guardanapos, 3 toalhas de mãos, 3 toalhas para o esguiche, 2 copos grandes para água, 1 colher de sopa, de lata, garfos, facas e colheres; compuse-ram-se os encostos e pintaram-se de novo.

8 - Despensa

1659-1662: 2 arcas para a farinha e para o peixe seco.

1662-1665: fez-se uma casa de despensa com 3 portas, etc..

1680-1683: pôs-se 1 causela de jacarandá para as ostras.

1719-1722: 3 panais para a azeitona e 2 cirandas; 6 sacos, 1 crivo novo, conserto das peneiras e 1 nova, panais para a azeitona e pôs-se 1 fechadura na caixa do peixe.

1725-1728: pôs-se 1 porta na ante-despensa, por ser muito útil.

1728-1731: 5 dúzias de tijelas que hão-de servir para o refeitório e mais 4

tijelas e suas coberturas, de louça fina do Norte.

1740-1743: 1 panal novo para o trigo e 1 masseira para a segunda.

1743-1746: 2 panais e conserto dos outros que havia.

1749-1752: 6 peneiras de seda para o trigo, 4 de cabelo para a segunda, 2 panais para o trigo e segunda, e 1 para a azeitona.

1752-1755: armário novo para resguardo de algumas coisas que o pedem.

1755-1758: 4 talhas que levam 22 almudes, para o azeite, e consertaram-se algumas vasilhas; panal novo para o trigo, de 8 varas, e outro para a azeitona, de 15 varas; fizeram-se 7 sacos, 5 aventais e 4 toalhas para os moços.

1758-1761: 9 sacos e 2 caixões pequenos; puseram-se umas caixas novas para as farinhas.

1767-1770: 7 toalhas novas, 15 sacos novos.

1770-1773: consertaram-se todas as arcas da despensa, e as da farinha fizeram-se quase de novo; 8 sacos para a farinha, 8 toalhas para os moços e para limpar o estanho.

1773-1776: 3 panais para a azeitona.

1789-1792: 3 sacos.

1792-1795: consertou-se a despensa por cima, para ficar tudo em águas correntes, e fez-se um armário grande para arrumação; fundiu-se e reformou-se de novo todo o estanho pertencente à despensa.

1795-1798: 19 toalhas e 8 sacos.

1798-1801: 5 sacos, 3 toalhas para moços e 2 aventais.

1801-1804: 5 toalhas, 3 sacos, 5 potes de ferro, 1 tacho, 2 testos.

1807-1810: soalhou-se grande parte da despensa e fizeram-se uns caixões novos e uns armários, tudo pintado a óleo; 4 sacos.

1810-1813: 1 caixão grande de castanho com seus repartimentos para as farinhas de trigo e segunda, com gavetas para as aparar e medir; um sacho para a despensa.

9 - Dormitório

1635-1638: reformou-se.

1662-1665: construíram-se mais 2 dormitórios, com que se aumentou o Mosteiro, ficando em quadro: um pavilhão a nascente e outro a poente; no dormitório velho fizeram-se umas "secretas" fechadas de parede, com caldeira e cano para água e 5 cadeiras repartidas.

1680-1683: soalhou-se de novo parte do dormitório velho.

1710-1713: rasgou-se uma janela e pôs-se-lhe vidraça, na sacada do dormitório.

1728-1731: um aguador de folha para se aguar aos sábados o dormitório, quando se varre, pois não o havia.

1731-1734: soalhou-se o dormitório que fica ao meio-dia (sul), e as 2 sacadas do mesmo, com tábuas de 30 palmos; consertaram-se os forros dos dormitórios, reformaram-se os seus telhados e se dealbaram.

1737-1740: emadeirou-se de novo o dormitório sul, com caibros, ripas e terços, por ameaçar ruína, e se forrou e limpou.

1743-1746: 2 enxergões e 4 lençóis de estopa para os moços.

1752-1755: consertou-se o soalho e os forros das varandas dos dormitórios.

1776-1780: soalhou-se de novo o dormitório que corre da portaria até à varanda.

1780-1783: madeiramento do dormitório do poente, desde o salão grande até metade do dormitório do meio-dia, posto de novo de boa madeira de castanho, tudo forte e seguro para durar; fizeram-se 7 celas em todo o vão dos 2 dormitórios: 5 para os monges e 2 para 1ª e 2ª dos prelados; por cima destes, uma boa arrecadação, e se soalharam de bom tabuado cortado em lua e sem emendas, forrando-se os dormitórios que contêm esta obra; e fizeram-se as portas e as portas das janelas e das sacadas, tudo de castanho, e as mesmas de um e outro dormitório, com seus postigos rasgados de 6 palmos, em que se puseram vidraças de vidros finos à inglesa, e todas as janelas com dobradiças chumbadas na pedra, para duração; nos baixos do dormitório do meio-dia, cuja parede se apanda até aos alicerces, ameaçando estrago, se fez uma casa com 6 janelas para o meio-dia e para o poente, repartida em 2 andares, servindo a de baixo de oficina para azeites, carnes, sal, etc., e a de cima de frutas, peixe seco e mais provimento, com muita luz e airosa; dela para diante corre a adega e o lagar que se mudara.

1786-1789: fez-se de novo o dormitório, desde a 3ª cela que corre do poente para nascente e deste para o norte, em que se incluem 6 celas, livraria e capela, emadeirando-se por cima com as melhores madeiras e maior segurança, e forrou-se de novo e se soalhou, tudo na melhor perfeição.

1807-1810: pintaram-se a óleo todos os dormitórios.

10 - Enfermaria

1653-1656: 1 colher de prata.

1719-1722: 2 escabelos, 1 estante, 3 caixas de serviços para os enfermos.

1731-1734: 1 seringa de estanho fino.

1743-1746: 1 armário com sua chave e com um gavetão repartido em vários compartimentos, para coisas diversas da enfermaria que se proveu de novo com 11 vidros de lançar ventosas, 1 urinol de vidro e 1 prato grande com 3 tigelas, para sangrias, de estanho fino.

1767-1770: 2 bacias grandes de latão.

1770-1773: 1 seringa nova, com vários êmbolos.

1792-1795: 1 armário grande com as alfaias necessárias para os enfermos.

11 - Secretas ou Necessárias

1635-1638: reformaram-se.

1653-1656: consertaram-se de madeira e telhado.

1662-1665: no dormitório velho, fizeram-se umas secretas, fechadas de parede, com caldeira e cano para água e 5 cadeiras repartidas.

1728-1731: reedificaram-se as secretas todas de novo, com traves, soalho, forro, porta e repartimentos, tudo de novo e, de 3 se aumentaram para 6.

1776-1780: portas novas para as 2 janelas das comuas.

12 - Livraria e Cartório

1665-1668: na cela da livraria dos prelados abriu-se uma porta para a outra cela onde eles dormem.

1719-1722: encadernou-se um livro dos Hinos, para o côro; fez-se um costumeiro encadernado em pasta onde se escreveram os usos do Mosteiro e se apontaram todos os papéis do Cartório, que se puseram em maços numerados, assim como os livros da Livraria e os Tombos, e dotou-se a Livraria de novos livros.

1722-1725: uma estante nova para melhor acomodação dos livros; um bufete de castanho pintado de preto, com 2 gavetas e fechaduras; dotou-se a Livraria dos 5º e 6º tomos do “Cotela”, o 6º tomo do Curso Moral Salmanticense, 3 tomos de “Zerda”, Félix Hortênsio Paravicino Y Arteaga, a 2ª parte do Foro da Consciência, Explicação das Condenadas, um Livro Espiritual, a vida de Santa Quitéria e as Obras Espirituais do padre Alonso Rodriguez para se lerem no refeitório, e de umas vitrines velhas que eram da cela dos prelados.

1737-1740: 3 tomos de “La Madre Agreda, Soror Maria de Jesus”, 1 tomo das obras do Frei Joseph de Sam Bento, 1 tomo da vida do Padre Sam Bento, 1 tomo da “Antilogia Catacrítica e Apocatástasis da Verdade Beneditina”.

1740-1743: 3 tomos de Sermões de Fr. António de Santo Eliseu encardernados em pasta e, por falta de tempo, não se puseram os outros tomos, mas ficaram encomendados e pagos; mais os livros do espólio do Padre Pregador Fr. Manuel do Espírito Santo.

1743-1746: toda a obra de Berchorio, em 5 tomos, por 6.400, e toda a obra de Vieira, menos a História do Futuro e os tomos das Cartas, obra já encomendada e paga no triênio anterior.

1749-1752: a obra em 10 tomos do Villa Roel das Tauthologias e Ephemerides, em fôlio, encadernados em pasta e com aplicação de ouro, por 22.000 reis; mais o Laureto, por 3.050; mais o Epithome Sanctorum Patrum, e tomos em fôlio, encadernados em pasta, por 4.800; mais 3 tomos de Soares Grande, “De Religione”, encadernados em pergaminho, por 1.200; o que tudo importa em 31.050 reis, dos quais 24.000 reis são deste triênio e do passado, e 7.050 são do produto de alguns livros repetidos que se venderam, ficando ainda 7.120 na mão do padre Mestre Prior.

1752-1755: comprou-se a Theologia de Lardito em 3 tomos; os “De comitibus” de Theologia, em 9 tomos; a Controversia Theologica, de Rada; Soto (Domingos de), “De justitia et jure”; os 6 tomos Predicáveis do Pe. M. Frei José Caetano da Ordem de São Jerónimo; o 2º e 3º tomos do N.P.M. Frei Mateus Pina; e Thesaurus de Beneficiis, de Pe. Alamin.

1764-1767: tirou-se a Livraria do escuro e sórdido lugar em que se achava para uma cela em que se puseram novas estantes; compraram-se: as Obras Morais de Antoine, encadernadas em pasta; as Obras Exzepositivas de A Lapide, impressas em Antuérpia, em 12 tomos grandes, encadernados em “Bezerro” amarelo lavrado; as obras do venerável Lanuza, arcebispo de Barbastro, em 3 tomos, em fôlio, encadernados em pasta sobredourada; a História do Senhor Rei Dom João Quarto, em quatro tomos, encadernados em pasta; mais os Reportórios a Ordenação, encadernados em pasta; a obra de Mendes Acastro; e a Patristica Manual, etc..

1767-1770: comprou-se a Tentativa Theologica, os Elogios dos Nossos Reverendíssimos, a História dos Reis de Portugal, os Sermões de P.M. Sarmento, a obra toda do Maceilon, a Dedução Cronológica.

1770-1773: uma estante grande nova e os livros seguintes: todos os tomos do Dicionário Histórico e Crítico, de Moreri, (10 tomos bem encadernados); as Decretais; as obras de Pincinello; o Homem Simbólico, de Escartino; o Legrand, da História Natural; as Vozes Saudosas; O Defensio Sanctae Matris Ecclesiae; o Templo Theologico; a Prosódia Bononiense; as obras de Verney; o Novo Método de Latim; o Dicionário de Dez Línguas; a Conspiração Universal; o Hortensio de Christo Domino; o Torneli abreviado; a Arte da Língua Grega; os Clamores Evangélicos; as Provas Académicas de Bluteau; o Archietheneo Luzitano; o Aaviso Teixtor, as Proluzões Academicas; e um Index novo de todos os livros.

1783-1786: fica a casa do cartório feita de pedra e cal, lageada de cantaria, mas ainda sem o assento da sua abóbada, por falta de tempo.

1786-1789: fez-se o pavimento do cartório que ficou no triênio passado tão: sómente com as paredes feitas.

13 - Varandas

1626-1629: soalhou-se e puseram-se balaústres na varanda que vai pegada à igreja.

1647-1650: caibros e soalho novo, grades e colunas.

1656-1659: foi reformada.

1659-1662: foi reparada.

1662-1665: reformou-se o lança arruinado da varanda.

1680-1683: pôs-se debaixo da nova varanda uma campainha “para tanger às missas e refeitório”.

1731-1734: consertaram-se os forros das varandas.

1740-1743: Pôs-se um taburno na varanda.

1755-1758: na varanda de pedra que havia no Mosteiro, acrescentaram-se 13 palmos ao comprimento, com colunas e grades de ferro, e nela se fez uma porta forte pintada, com fechaduras e fechos de ferro ao moderno, da qual desce uma escada também de pedra, de 20 degraus, que se fez de novo e fica para a banda da horta; ultimamente se aperfeiçoou a mesma varanda com forro novo na parte que se acrescentou, com seus florões de talha, madeiramento e telhado novo, e também um taburno no comprimento de todo o assento que também se acrescentou à proporção da mesma varanda. Esta obra não só serve de formusura ao Mosteiro mas também é de utilidade, por não haver outra saída senão a da escada do dormitório para o claustro.

1776-1780: Fizeram-se portas novas; puseram-se caixilhos com vidraça à inglesa nas portas novas, para darem luz ao dormitório no tempo de inverno.

1786-1789: emadeirou-se de novo toda a varanda que ameaçava ruína e se forrou de castanho, e tudo foi pintado e aseado; fez-se por baixo do seu pavimento que é lageado de pedras compridas uma parede larga para sustentar o peso de fortes traves de carvalho.

1792-1795: reformaram-se todas as varandas por cima e forraram-se de boa madeira de castanho, e soalharam-se de novo.

1795-1798: na varanda de pedra puseram-se 2 grades de ferro que lhe faltavam.

1807-1810: pintaram-se a óleo todas as portas do Mosteiro e sacadas que deitam para fora; fizeram-se de novo as portas das 2 sacadas: a do salão velho que deita para o pomar e a do pé da varanda, todas envidraçadas de novo; ao pé desta última, puseram-se assentos de encosto, tudo pintado a óleo.

14 - Claustro

1644-1647: uma porta nova de saída para a horta.

1653-1656: fez-se o lança de claustro que está sobre o refeitório, com madeira e grades novas.

1680-1683: fez-se um lança de claustro de esquadria com 4 linhas de

forro e se forrou de madeira castanha com suas molduras, e nas 3 janelas puseram-se portas de almofadas com ferragens estanhadas, e olearam-se as portas de vermelho e amarelo, pondo-se também nas 3 janelas grades de ferro “ao moderno”.

1719-1722: apinçelou-se o claustro interior e puseram-se cintas pretas, assim como nas escadas que dão para o refeitório.

1725-1728: puseram-se 12 grades de ferro nas varandas do claustro com balaústres bem feitos e acabados, mostrando grandeza e utilidade e obviando perigos, e reformaram-se as portas do mesmo claustro e se pintaram.

1728-1731: consertou-se o soalho das varandas do claustro e pintaram-se as 12 grades das sacadas, de verde e amarelo.

1731-1734: forrou-se todo o claustro com boa planta de frisia e se pintaram de óleo os esguichos do claustro; soalharam-se mais 3 lanços das varandas do claustro com tábuas de 30 palmos e dealbaram-se as varandas e o mesmo claustro por dentro.

1752-1755: pintaram-se as partes inferiores das paredes do claustro e de todo o Mosteiro com gesso preto, por várias vezes; encanou-se a água para vir ao chafariz do claustro.

1758-1761: pintaram-se todas as portas do claustro.

1776-1780: fez-se a nova fontana do claustro, encanando-se a água para ela por novos canos de pedra, do comprimento de 7 palmos, para perdurar (e se reformaram todos os mais aquedutos, em beneficio de hortas e pomares).

1792-1795: forrou-se todo o claustro de boa madeira de castanho e pintou-se todo a óleo assim como todas as suas portas, e pintaram-se também todas as imagens que estão no claustro e seus nichos, ficando tudo aseado; no mesmo claustro se fez um novo jardim.

1795-1798: repararam-se todas as pinturas e puseram-se resplendores novos nas imagens.

1807-1810: pintaram-se a óleo as varandas do claustro.

1813-1816: continuou-se com o encabeçamento das portas sobre o claustro, e reformaram-se as vidraças das mesmas.

* * * *

Nota: No Capítulo Geral beneditino de 1590, estabeleceu-se um plano de obras para os mosteiros da Ordem, cabendo ao de Palme o oitavo lugar. Ignora-se em que ano terão começado. No entanto, em relação ao claustro vêem-se as datas de 1682 e 1684. Compreende cada lado 17,5 metros de comprimento, com cinco arcos apoiados em colunas pançudas.

15 - Sala de Visitas e Salão

1725-1728: pôs-se um banco muito bem pintado, na sala, correspondente a outro que já lá havia, para receber as visitas.

1752-1755: pôs-se na janela de parapeito um retábulo novo e outro na fresta que fica sobre a mesma janela, pintando-se ambos; nas 3 sacadas, abriram-se buracos nas soleiras para escoarem as águas que danificavam as portas, e puseram-se algumas tábuas novas no soalho; consertou-se uma trave que estava rendida.

1776-1780: fez-se uma janela grande, e as mais se encabeçaram, tudo de castanho.

1780-1783: consertou-se o salão pequeno e se pintou a cola; e também o salão grande, pintando-se todo o forro à óleo, e pondo-se neste mesmo salão 2 quadros grandes de muito boa pintura, 2 bancos de encosto bem feitos que servem para o encher e ornar; na janela grande do meio pôs-se uma vidraça à inglesa, de vidro fino.

16 - Móveis, utensílios e outros objectos de mais ou menos valor

1710-1713: uma espingarda.

1743-1746: um despertador.

1753-1756: bolsa para as cartas, com 2 aluquetes.

1755-1758: uma caixa nova para se lançarem as cartas do correio, fechada com sua chave.

1761-1764: 1 cruz grande, de prata; 1 báculo, 1 caldeira, umas galhetas com seu prato, tudo de prata e feito ao moderno, com perfeição, das pratas antigas que tinha o Mosteiro; mais 6 garfos e 6 colheres da mesma prata; mais 2 cálices de novo, para a sacristia, também ao moderno e dourados, para o que se desfez um cálix todo de prata; 4 ramos e 4 jarras; 1 caixa nova com remates e cornija, tudo pintado, para guardar a cruz grande e o báculo.

1764-1767: 1 cartório, todo de madeira de castanho, em forma de escrínio, com 20 gavetas que assentam sobre um grande caixão; pôs-se na sacristia um turíbulo e uma naveta de prata, pelo modelo da Sé de Braga; 3 pares de galhetas de estanho com seus pratos, e um vaso do mesmo material, para a Sagrada Comunhão; fica no depósito, de prata que veio de Braga, 13 marcos e 7 onças; e da do Porto 44 marcos e 6 onças e 6 oitavas.

1773-1776: cruz peitoral de prata, “perfumada” de ouro; um aparelho inteiro de chá com um estojo de colheres e seu tabuleiro.

1783-1786: vaso novo para o sacrário com lavor levantado de um belo desenho optimamente executado, de peso 4 marcos e 4 onças de prata da que estava na arca do depósito, nobremente dourada, com a cúpula de seda ornada de galões e rendas de oiro fino, com 16 pingentes do mesmo oiro.

1786-1789: fez-se um faqueiro com aparelho de chá e colher de sopa, da

prata que estava no depósito, e tem sua caixa boa e asseada.

17 - Ensino

1743-1746: fez-se um repartimento e uma sacada para servir de aula; fez-se 1 cadeira para a aula, 1 lucerna e bancos para os cubículos dos colegiais; ao Padre Mestre de Artes foram confiados 5.600 reis para os livros que parecerem mais necessários.

18 - Telhados e caiação

1626-1629: repararam-se os telhados.

1656-1659: reforma nos telhados.

1680-1683: obras de conservação e caiação; cobriu-se de telha o que estava de colmo.

1710-1713: reformaram-se os telhados e dealbaram-se os dormitórios e a torre dos sinos.

1725-1728: dealbou-se todo o Mosteiro, por dentro e por fora, por 3 vezes, e correram-se os telhados.

1728-1731: dealbou-se todo o Mosteiro, por dentro e por fora, e reformou-se o reboco que estava caído em muitas partes; correram-se por várias vezes os telhados do claustro, dos dormitórios e da igreja.

1731-1734: dealbaram-se os dormitórios e varandas do claustro e também este por dentro, a sacristia, o refeitório, o hospício e todo o Mosteiro por fora.

1737-1740: correram-se os telhados dos dormitórios, igreja e casas baixas, e dealbou-se todo o Mosteiro, por dentro e por fora.

1740-1743: dealbou-se todo o Mosteiro, por dentro e por fora; correram-se os telhados dos dormitórios e consertaram-se os da igreja, que todos estavam danificados pela inclemência do tempo.

1743-1746: reformaram-se os telhados do Mosteiro e dealbaram-se algumas das celas; emadeirou-se a maior parte do telhado da estrebaria.

1749-1752: correram-se os telhados várias vezes e reformou-se o lanço do dormitório da parte do sul e salão com telhado à mourisca; correu-se toda a igreja, embocando parte das telhas em cal, com suas cintas, e da mesma sorte a capelinha, hospício e cozinha.

1752-1755: dealbou-se 2 vezes o Mosteiro por fora, e 1 vez por dentro com gesso e também as celas; dealbou-se o claustro com cal, por 2 vezes.

1755-1758: dealbou-se a igreja por dentro e todo o Mosteiro, dormitório, claustro, refeitório e algumas celas; pintou-se a parte inferior das paredes de preto e conser-taram-se os telhados.

1758-1761: reformaram-se os telhados.

1761-1764: repararam-se os telhados e dealbou-se o Mosteiro por dentro.

1764-1767: retelharam-se os telhados do Mosteiro e dealbou-se por dentro e por fora.

1773-1776: conserto nos telhados em vários sítios, e o da igreja se assentou em cal, por causa da tempestade; dealbou-se a igreja e o Mosteiro por dentro.

1776-1780: consertaram-se os telhados e ficou quase tudo de novo, sendo o da igreja assentado em cal; dealbou-se o Mosteiro, por dentro e por fora, picando-se e raspando-se, para a cal pegar, o que não se fazia há muito.

1780-1783: fizeram-se os telhados todos de novo, desde o salão grande até o concluir da obra nova, com telha dobrada; rebocaram-se, por dentro e por fora, os dormitórios, e se dealbou todo o Mosteiro.

1783-1786: consertaram-se os telhados, e todas as paredes do Mosteiro se rebocaram, por dentro e por fora, e se dealbaram assim como as suas oficinas.

1789-1792: dealbou-se o Mosteiro por dentro e por fora, e consertaram-se os telhados.

1792-1795: dealbou-se o Mosteiro por dentro e por fora, e retelharam-se os telhados.

1795-1798: dealbou-se todo o Mosteiro, por dentro e por fora.

1801-1804: dealbou-se o Mosteiro e repararam-se os telhados.

1810-1813: repararam-se os telhados e dealbou-se o Mosteiro por dentro e por fora.

19 - Portaria e Portaria do Carro

1644-1647: uma porta nova.

1656-1659: reformou-se a portaria.

1662-1665: 3 portas novas; ladrilhou-se a portaria do carro e pôs-se uma porta com ferragens novas.

1665-1668: argolas de ferro e agulhões às portas da portaria do carro.

1719-1722: dealbou-se a casa da portaria interior, com sua cinta de preto, e se puseram em redondo uns assentos de tabuado muito bem feitos, e 1 mesa com sua gaveta para o serviço do recibo, e consertou-se a porta; consertaram-se muito bem as portas do carro.

1725-1728: pintaram-se as portas da portaria e pôs-se uma porta nova muito bem oleada e muito bem feita, com suas almofadas.

1728-1731: 1 lucerna de folha com suas vidraças na sala da portaria.

1731-1734: fez-se a portaria do carro com 4 pirâmides e se lhe pôs uma porta nova com almofadas, e se oleou.

1737-1740: pôs-se uma campainha nova com seu ferro na porta e sua cadeia de ferro para andar no carrinho.

1749-1752: soalhou-se parte do salão que está sobre a portaria.

1755-1758: fizeram-se de novo as portas da portaria do carro pintadas a óleo, com algumas ferragens novas.

1758-1761: fez-se uma porta nova para a portaria.

1776-1780: soalhou-se de novo o salão da portaria.

1780-1783: consertaram-se as portas, etc..

1792-1795: forrou-se a portaria, por cima, de madeira de castanho, e pôs-se uma fresta numa vidraça nova.

1795-1798: fez-se um alpendre novo na portaria do carro, de madeira de castanho, com guarda-pó forrado e pintado; portas novas nas 2 portarias.

20 - Hospedaria

1626-1629: 1 cobertor branco novo, 2 colchões, 2 chumaços, 2 almofadas com fronha de rendilha, 2 esteiras, 1 mesa pequena, 1 bacia.

1629-1632: 2 alcovas para as camas dos hóspedes, 2 colchões novos, 2 cobertores brancos, 10 lençóis, 2 fronhas de almofadas, 3 castiçais, 3 tesouras, esteiras.

1635-1638: 4 lençóis, 6 travesseiros, 3 cobertores brancos.

1644-1647: roupas (não especificadas).

1647-1650: levantou-se a hospedaria, pois tinha caído, puseram-se roupas, 3 castiçais de latão, com prato de estanho.

1656-1659: roupas.

1662-1665: roupas e caixão para as guardar, 2 castiçais de latão com seus pratos de estanho, tesouras.

1665-1668: 3 catres, 3 bufetes, 7 tamboretas, colchões e outras roupas.

1668-1671: roupas, colchões, um cobertor novo de papa, e dois usados que ficaram de um religioso falecido.

1710-1713: 2 cobertores brancos, 8 lençóis novos, 2 travesseiros, 2 almofadinhas, conserto de colchões e um feito de novo.

1722-1725: 1 cortinado de brim guarnecido de fitas, 2 cobertores de Castela, 2 colchões, 1 enxergão.

1725-1728: reformou-se a hospedaria.

1728-1731: 4 lençóis de pano fino com entremeios e rendalhos finos pelo lado, 2 travesseiros novos e 2 almofadinhas, tudo guarnecido a renda.

1731-1734: 4 travesseiros e 4 almofadinhas lisas, mais 2 travesseiros e 2 almofadinhas de pano fino guarnecidas com bom rendalho, e outra do mesmo

pano com as rendas de uma que havia já incapaz de servir.

1737-1740: oito lençóis, 4 travesseiros, 4 almofadas, 2 toalhas de Guimarães para as mãos, 2 lençóis mais cheios e 6 mantas, tudo novo.

1740-1743: 2 travesseiros com suas rendas, 2 almofadas, 1 enxergão, 2 chumaços, mais 4 lençóis e 4 enxergões para os moços.

1743-1746: fez-se uma barra e puseram-se 2 cobertores de papa novos.

1749-1752: 2 travesseiros novos, 2 chumaços, 1 cobertor de papa, vários concertos nos lençóis e demais alfaias, concertou-se 1 jarro, fez-se uma banca de novo, remendaram-se os forros.

1752-1755: 2 cobertores novos brancos de papa, 4 travesseiros, 2 lençóis novos, concerto e pintura do tecto.

1755-1758: sobre um lanço do claustro, fizeram-se 3 hospedarias com portas pintadas e fechaduras, obra muito conveniente, ainda nestas hospedarias 2 mesas de pau-do-Brasil bem feitas, 2 bugias de latão com suas tesouras, para alumiar aos hóspedes, 3 toalhas de Guimarães, 5 travesseiros, 3 almofadas, 7 barras para as hospedarias e algumas celas dos monges; numa das celas, portas novas para as janelas; 2 estantes, 1 armário para repartimento e acomodação; 1 quarto soalhado e forrado com sua janela para o claustro que serve para acomodação do despenseiro, pela falta que havia de celas; 2 lençóis novos, 2 enxergões e 8 mantas para os moços dos hóspedes.

1758-1761: 3 colchas, 2 toalhas de mãos, 14 lençóis, 5 travesseiros, 1 candeeiro, 8 tamboretas.

1761-1764: 12 lençóis, 6 travesseiros, 3 cobertores e 12 mantas.

1767-1770: 1 colcha nova, 1 candeeiro de latão, e jarro e bacia de estanho, 2 toalhas novas.

1770-1773: nas vidraças das hospedarias e nas outras “oficinas” do Mosteiro puseram-se 12 arráteis de vidro claro e seguraram-se os caixilhos.

1773-1776: 5 lençóis e 5 toalhas de mãos.

1776-1780: 2 colchas novas e boas, 6 lençóis, 2 travesseiros com rendas, 4 toalhas de mãos.

1780-1783: 1 coberta de cama de chita da Índia, 6 lençóis finos ornados de talagarça, e travesseiros e almofadas semelhantes, 14 lençóis e 8 travesseiros de estopa.

1783-1786: 5 lençóis de linho e 5 de estopa, 3 travesseiros e 3 travesseiras, e jarros com bacias de estanho.

1786-1789: 4 lençóis de linho e 6 toalhas de mãos.

1789-1792: 3 cobertas de cama, de chita fina, forradas e guarnecidas de fita de seda; 2 cobertas de mesas de chita ordinária, 2 lençóis finos com seu travesseiro e travesseira, guarnecidos de cambraia lavrada, mais 9 ordinários, 6 travesseiros e 7 travesseiras.

1792-1795: 1 candeeiro, 1 jarro e bacia de estanho, 3 toalhas de Guimarães para as mãos, 3 lençóis de linho, 1 travesseiro, 2 fronhas, 2 enxergões, 12 lençóis de estopa, 8 mantas para os moços.

1795-1798: 4 cobertores de papa, 10 mantas, 6 lençóis de linho, 2 deles guarnecidos de talaxe fina, e 16 de estopa novos.

1798-1801: 2 mesas novas guarnecidas com chita e panos oleados, 4 lençóis de linho e 10 de estopa fina para os criados.

1801-1804: 6 lençóis de linho fino e 6 grossos para uso dos criados, 6 toalhas, travesseiros e cobertores e tudo reparado e bem provido.

1807-1810: 2 lençóis de linho, 2 travesseiros, 2 travesseirinhas, 2 toalhas de mãos, tudo aparelhado de talagaxe, 2 lençóis de linho lisos, 7 de estopa para os moços e 6 mantas.

1810-1813: 1 coberta de chita forrada e bem aparelhada, 9 lençóis de linho, 5 travesseiros lisos, 3 travesseirinhas com guarnição, 9 lençóis de estopa e 13 mantas.

1813-1816: 9 lençóis novos.

(continua)



